



Imagem Arquivo Sind-Rede/BH (2010)

Wanderson Paiva Rocha

A CUT nos governos Lula e a reorganização sindical: o caso do Sind-Rede/BH

Dissertação de Mestrado em Sociologia,
sob orientação do Professor Doutor Elísio Guerreiro Estanque
e co-orientação da Professora Doutora Márcia Ondina Vieira Ferreira,
apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Coimbra, 2011



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Wanderson Paiva Rocha

A CUT nos governos Lula e a reestruturação sindical: o caso do Sind-Rede/BH

Dissertação de Mestrado em Sociologia,
sob orientação do Professor Doutor Elísio Guerreiro Estanque
e co-orientação da Professora Doutora Márcia Ondina Vieira Ferreira,
apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Coimbra, 2011



Aos meus amores: Diana e Ayana;
Aos meus Pais e Familiares
pela confiança e carinho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. METODOLOGIA E HIPÓTESE DE TRABALHO	3
1.2 Hipótese de trabalho.....	9
2. O SINDICALISMO DO PASSADO E DO PRESENTE	11
2.1 O trabalho e as suas transformações.....	13
2.2 O trabalho no século XXI.....	15
2.3 Sindicalismo e os impactos da globalização hegemônica	18
2.4 Uma possibilidade a ser analisada.....	19
3. CENÁRIO BRASILEIRO: SINDICALISMO E A ERA CUT.....	21
3.1 A CUT dos anos 90 e a intensificação do neoliberalismo.....	28
3.2 A CUT dos anos 2000: Governo Lula e cenário sindical.....	33
3.3 Como ficou o movimento sindical do setor público?.....	35
3.4 Conlutas: construção de uma alternativa?.....	38
4. SINDICALISMO E TRABALHO DOCENTE	47
4.1 O movimento sindical docente.....	50
4.2 Sind-Rede/BH <i>versus</i> Sind-UTE/MG: um prenúncio?	55
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	61
CONCLUSÃO	68
ANEXO I	72
ANEXO II	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Diana de Cássia Silva, minha esposa e companheira, pela compreensão e dedicação extraordinária ao nosso maior amor – nossa filha;

À Ayana Silva Paiva Rocha, minha querida filha, razão da minha perseverança;

À Zélia Paiva Rocha, minha linda mãe e demais familiares, obrigado, obrigado mesmo;

À Professora Cláudia Eliana Silveira Lara, da Faculdade da Cidade de Santa Luzia, pela confiança em meu potencial;

À Professora Isabel de Oliveira Silva, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais pelo auxílio na reformulação do objeto de pesquisa no pré-projeto;

À Professora Sílvia Portugal e ao Professor Carlos Fortuna, coordenadores do Mestrado em Sociologia, em que estendo o agradecimento ao corpo docente, técnico e administrativo da Universidade de Coimbra;

À co-orientadora Professora Márcia Ondina Ferreira, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, pela sinceridade e contribuição no que se refere à discussão sobre Sindicalismo Docente;

Ao orientador Professor Elísio Estanque, pela essencial contribuição nesta dissertação, a quem agradeço pelo alerta do distanciamento entre o militante e o pesquisador, a quem agradeço pela reflexão e (re) visão sobre o sindicalismo.

Ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte «funcionários e dirigentes sindicais» pela experiência vivenciada;

Às colegas e aos colegas da Fundação Cultural e Dom Dinis, da Televisão da Associação Académica de Coimbra – TVAAC e do Jornal Universitário de Coimbra A Cabra pelo acolhimento dos meus trabalhos;

Às colegas e aos colegas da Associação de Pesquisadores e Estudantes Brasileiros em Coimbra – APEB-Coimbra pela luta associativa e cultural;

Às amigas e aos amigos da Incubadora Social Académica da Faculdade de Economia da Universidade de Economia – ISFEUC pela experiência social;

Às entrevistadas e aos entrevistados que contribuíram para a realização deste trabalho;

Ao Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford – IFP e toda equipe que foram decisivos para a continuidade dos meus estudos, oferecendo instrumentos essenciais no percurso do mestrado que fortaleceram, ainda mais, a luta em defesa dos movimentos sociais e por uma educação pública e de qualidade.

EPÍGRAFE

Para que esses direitos sejam mais do que reconhecidos – respeitados e encarnados – é preciso que lutemos. Às vezes, que lutemos ao lado do sindicato e até contra ele se sua liderança é sectária, de direita ou de esquerda. Mas também às vezes é preciso que lutemos enquanto administração progressista contra as raivas endemoniadas dos retrógrados, dos tradicionalistas entre os quais alguns se julgam progressistas e dos neoliberais para quem a História parou neles.

Paulo Freire

Lista de ilustrações (figuras, quadros e tabelas)

Tabela 1. Número de greves, grevistas e média de trabalhadores por greve	32
Tabela 2. Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC-IBGE	40
Tabela 3. Índice de representatividade das Centrais Sindicais	44
Tabela 4. Trabalhadores em Educação da RME/BH	60

Listas de símbolos, abreviaturas e convenções

ABC paulista – Região da Grande São Paulo formada pelos municípios de Santo André, São Bernardo e São Caetano do Sul

ADVEM – Associação dos Diretores e vice-diretores

AMISP – Associação dos Supervisores Pedagógicos

ANDES/SN – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ANEL – Assembléia Nacional de Estudantes Livre

AOEMIG – Associação dos Orientadores Educacionais de Minas

APEOESP – Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

APPMG – Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais

ASS – Alternativa Sindical Socialista

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

CEBs – Comunidades Eclesiais de Bases

CES – Centro de Estudos Sociais (Universidade de Coimbra)

CGT – Central Geral dos Trabalhadores

CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores

CGTB – Central Geral dos Trabalhadores do Brasil

CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CODEFAT – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador

CONCLAT – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora

CONCLAT – Congresso Nacional da Classe Trabalhadora

CONCUT – Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores

Conlutas – Coordenação Nacional de Lutas

CS – Convergência Socialista

CSC – Corrente Sindical Classista

CSP – Central Sindical dos Profissionais

CSP/Conlutas – Central Sindical e Popular/Coordenação Nacional de Lutas

CPB – Confederação dos Professores do Brasil

CPPB – Confederação dos Professores Primários do Brasil

CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DEM - Democratas

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FNV – Confederação Holandesa de Sindicatos

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNT – Fórum Nacional do Trabalho

FS – Força Sindical

FST – Fórum Sindical dos Trabalhadores

GEOE/PBH – Gerência de Organização Escolar Prefeitura de Belo Horizonte

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES – Instituições de Ensino Superior

INTERSINDICAL – Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora

INTERSINDICAL – Instrumento de Luta, Unidade da Classe e de Construção de uma Central

INPC – Índice Nacional de Preço ao do Consumidor

LGBTT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

MR8 – Movimento 8 de Outubro

TEM – Ministério do Trabalho e Emprego

MTL – Movimento Terra e Trabalho e Liberdade

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto

MUST – Movimento Urbano dos Sem-Teto

NCST – Nova Central Sindical de Trabalhadores

ORMS/DS – Organização Revolucionária Marxista-Democracia

OS – Oposições Sindicais

PBH – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCO – Partido da Causa Operária

PL – Partido Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN – Partido da Mobilização Nacional

PPS – Partido Popular Socialista

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PSTU – Partido dos Trabalhadores Unificado

PT – Partido dos Trabalhadores

PV – Partido Verde

RGPS – Regime Geral de Previdência Social

RME/BH – Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte

SEPE/RJ – Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro

SINASEFE – Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica

Sind-Rede/BH – Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte

Sind-UTE/MG – Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais

SINPRO – Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais

SINTEP/BH – Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Belo Horizonte

SINTEPP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará

SMED/BH – Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte

SRT – Secretariado de Relações de Trabalho

TCU – Tribunal de Contas da União

TM – Tendência Marxista

TST – Tribunal Superior do Trabalho

UGT – União Geral dos Trabalhadores

UMEI (s) – Unidade (s) Municipal (is) de Educação Infantil

UNATE – União Nacional dos Trabalhadores em Educação

UTE-MG – União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais

RESUMO

O presente trabalho tem como propósito analisar a relação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) com os governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, bem como compreender o processo de desfiliação das entidades sindicais com essa central. A análise desse processo estará associada com os reflexos da globalização econômica no mundo do trabalho e no sindicalismo, assim como sobre o sindicalismo no Brasil e a reorganização do movimento sindical. Por fim, identificar como foi à constituição da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) enquanto alternativa para o movimento sindical brasileiro, tendo como estudo de caso o Sind-Rede/BH.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the relationship of the Central Única dos Trabalhadores (CUT) in government of President Luiz Inácio Lula da Silva, as well as understand the process of disaffiliation of unions with this center. The analysis of this process is associated with the reflections of economic globalization in the world of work and the union, as well as on trade unionism in Brazil and the reorganization of the union movement. Finally, identify how was the constitution of Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) as an alternative to the Brazilian trade union movement, taking as case study the Sind-Rede/BH.

INTRODUÇÃO

É um desafio discutirmos o sindicalismo nos atuais tempos, seja enquanto dirigente sindical seja como pesquisador, esse é um terreno em que não podemos ser deterministas. O cuidado é essencial. As transformações do mundo trabalho associadas ao avanço da globalização econômica causaram um impacto na vida dos trabalhadores e, mais ainda, colocaram em causa o poder de reação do sindicalismo. Algumas discussões teóricas chegaram a apontar para o fim do trabalho e outras foram incisivas quanto ao declínio e fim do sindicalismo. É natural que essas transformações trouxessem um período turbulento para o sindicalismo e, conseqüentemente, limitassem as suas ações. Passado alguns anos, nem o trabalho perdeu a sua centralidade, nem o sindicalismo desapareceu ou foi substituído. Concordamos que há uma crise no sindicalismo, mas isoladamente o movimento sindical vem dando algumas respostas positivas.

A crise do sindicalismo reforça a tese de que é preciso haver uma renovação do mesmo. Há uma acomodação de muitas entidades sindicais ao discurso positivista das conquistas da classe trabalhadora, as disputas ideológicas ajudaram na discussão sobre a independência e autonomia sindical, porém, a busca pela hegemonia na condução do movimento sindical, bem como, a crença de uma vanguarda afastou as possibilidades de alianças sociais.

O estudo sobre a CUT, a sua trajetória e a sua atuação nos governos Lula nos ajudará a perceber o papel das correntes ideológicas e a reorganização do movimento sindical brasileiro. A revisão de alguns estudos sobre a constituição e atuação da CUT nos períodos da redemocratização no Brasil (1970/1980), na década da consolidação do neoliberalismo (1990) e na sua relação histórica com o Partido dos Trabalhadores, nos ajudará na análise sobre a relação desta central com os governos Lula, além de percebermos a reorganização do sindicalismo no Brasil e o papel do processo de desfiliação de algumas entidades sindicais da CUT, como será o caso do Sind-Rede/BH.

Esse estudo estará estruturado na seguinte forma: no capítulo 1 apresentaremos a base metodológica que utilizaremos para a realização deste estudo. Na discussão, descreveremos o planejamento elaborado, a escolha dos instrumentos metodológicos, as questões levantadas e a hipótese trabalhada.

No capítulo 2, vamos discutir sobre o sindicalismo numa perspectiva de compreender a sua importância para a sociedade, as suas transformações a partir dos

reflexos da globalização econômica no mundo do trabalho. O que significa discutir a sua atuação com o fordismo, o pós-fordismo e taylorismo. Em seguida, apresentaremos alguns estudos, experiências e estratégias do movimento sindical europeu.

No capítulo 3, pretendemos fazer uma análise sintetizada da produção teórica sobre o sindicalismo no Brasil tendo como ponto de partida o final dos anos de 1970 e os anos de 1980, períodos marcados pelo retorno da efervescência do movimento estudantil, social e, principalmente, do movimento sindical operário em que parte dos dirigentes sindicais viu como alternativa para continuidade da luta dos trabalhadores a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). O estudo de alguns pesquisadores ajudará a compreender como se localizou a atuação política e social da CUT nos anos de 1990, bem como as conseqüências da relação desta entidade nos governos Lula, em especial compreender o processo de desfiliação de entidades sindicais e o movimento de filiação e construção de uma identidade de parte dos movimentos sindicais, sociais e populares com a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), que traz em sua concepção formativa um discurso de sindicalismo de movimento social.

No capítulo 4, iremos realizar um enquadramento contextualizado do Sind-Rede/BH analisando o surgimento desta entidade do setor Educacional e para isso teremos como ponte de apoio uma breve contextualização do trabalho docente, do movimento sindical docente, e, posteriormente, incluindo o papel do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Estado de Minas Gerais (Sind-UTE/MG), enquanto representante dos Trabalhadores em Educação da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte (RME/BH), que exerceu um papel importante na luta dos professores de Minas Gerais nas décadas de 1970 e 1980, e também na criação da CUT. Discutiremos a cisão dos trabalhadores em educação com o Sind-UTE/MG e com a CUT, que deu origem à criação de um sindicato próprio, que é o nosso caso de estudo: Sind-Rede/BH.

No capítulo 5 apresentaremos os resultados do estudo, em que analisaremos o caderno das Teses do Congresso dos trabalhadores em educação da RME/BH em que houve a criação de um sindicato próprio e a desfiliação das referidas entidades sindicais e, também, analisaremos o caderno de Teses do IX Congresso dos Trabalhadores em Educação da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte (RME/BH) e I Congresso do Sind-Rede/BH que aprovou a filiação à Conlutas. Além de análise e interpretação de entrevistas realizadas com dirigentes sindicais da diretoria colegiada do Sind-Rede/BH (Triênio 2007/2009).

Por fim, apresentaremos algumas indagações e conclusões desta pesquisa, sendo que as percepções não serão, de forma alguma, definitivas e, nem tão pouco, soluções mágicas para a crise do sindicalismo ou ciclo de dificuldades vivenciadas pelo movimento sindical.

1. METODOLOGIA E HIPÓTESE DE TRABALHO

O sindicalismo brasileiro pode ser identificado a partir de algumas fases que são significativas para entendermos a sua configuração diante de mudanças presentes no cenário político e cultural do país. Se nas décadas de 1970 e 1980, do século passado, os sindicatos eram vistos como entidades ligadas ao governo, também, neste mesmo período, surge um movimento de trabalhadores que, além de lutar por melhores salários e condições de trabalho, exigia uma democratização e independência destas entidades e, com o apoio de diversos segmentos da sociedade, faziam frente de oposição ao sistema político e econômico do regime ditatorial do governo brasileiro.

A Central Única de Trabalhadores (CUT) surgiu incorporando este espírito de luta do movimento sindical e passou a representar os anseios de vários trabalhadores que a ela se filiavam, por terem uma identidade com suas propostas e um inimigo em comum, visualizado por meio das políticas desenvolvidas pelos governos que realizavam pouquíssimos investimentos no campo social. Com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, tivemos o aprofundamento de uma quebra de paradigma identitário de dirigentes sindicais em relação à atuação da CUT. Assim, se os governos anteriores eram de direita, este agora era de esquerda, e se antes as políticas sociais eram quase inexistentes, com este governo elas passam a acontecer de forma mais intensiva, mesmo considerando as críticas a muitos programas sociais desenvolvidos nos governos Lula.

E como a CUT atua neste cenário? Ela dialoga com o governo Lula mantém uma proximidade que incomoda muitos dirigentes sindicais que não percebem esta aproximação com bons olhos e passam a denunciar esta aproximação como uma forma de silenciar os problemas presentes na sociedade brasileira e no campo laboral. O descontentamento destes dirigentes sindicais de alguns sindicatos começa a gerar a desfiliação da CUT. E quais seriam as conseqüências destes atos? Como os sindicatos se reconfiguram? Com quem dialogam? Quais identidades constroem?

A proposta deste trabalho será encontrar as respostas destas perguntas e identificar como acontece a reorganização do sindicalismo brasileiro a partir do movimento de desfiliação de algumas entidades sindicais da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Este afastamento teve como raiz os questionamentos que colocavam em cheque a atuação desta central nos governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E, em alguns casos, possibilitou a filiação das entidades numa nova entidade sindical: a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas).

A Conlutas tem como principal característica a oposição ao governo Lula, à continuidade do modelo econômico do governo anterior, à implantação de reformas no campo sindical, trabalhista, universitário e tributário, além de buscar construir-se como alternativa de luta aos trabalhadores e movimentos sociais, visto que houve um estreitamento de muitos movimentos com o Estado (governo Lula), em especial, tenta incorporar os trabalhadores e entidades sindicais que estão perdendo identidade com a CUT, principal central brasileira.

O contato com as novas formas de mobilização social e mesmo os desafios que são colocados no contexto brasileiro para os trabalhadores se organizarem, traz também o questionamento sobre o lugar ocupado pelos sindicatos e mesmo se existe uma crise no atual modelo. Sendo assim, buscaremos identificar algumas características dos sindicatos que possam ser problematizadas a partir de um olhar de revitalização do movimento sindical. Esta proposta será aprofundada a partir do estudo de caso do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte (Sind-Rede/BH).

Para responder as questões colocadas utilizaremos pesquisas bibliográficas, tendo como base a consulta a livros impressos, pesquisas no portal eletrônico do Centro de Estudos Sociais de Coimbra (CES), no portal eletrônico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) «Brasil» e no portal eletrônico dos bancos de dissertações e teses de algumas Instituições de Ensino Superior (IES) e, também, alguns documentos que nos ajudarão a entender os questionamentos feitos.

Um dos documentos analisados, que ajudará a compreender como a aproximação da CUT nos governos Lula modificou a sua relação com as entidades de sua base, será o Caderno de Teses do ano de 2006, apresentado no VIII Congresso dos trabalhadores em educação da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte (RME/BH), realizado na cidade de Belo Horizonte/Minas Gerais. O documento em

questão passa a ser de grande valia por fazer parte da estruturação dos congressos sindicais desta natureza. Sua elaboração é aberta a toda comunidade de filiados com o objetivo de direcionar pautas que devem ser debatidas, avaliadas e votadas no congresso. A leitura de tal documento permite estruturar uma imagem da CUT, traçada pelos dirigentes sindicais, bem como, compreender a idéia de pertencimento e de identidade que outrora existia entre as entidades sindicais vinculadas à CUT, como é o caso deste sindicato.

No campo educacional, é importante destacar como alguns sindicatos foram se desfilando da CUT e passaram a construir novas alternativas de mobilização social. Em Belo Horizonte, Minas Gerais, o caso do Sind-Rede/BH é um dos exemplos destas experiências, pois no congresso de sua fundação foi aprovada a participação nas experiências alternativas que estavam fora da CUT e, mais adiante, passam a ter uma experiência mais autônoma. Estas experiências serão fonte de estudo e estão registradas no segundo Caderno de Teses do IX Congresso dos Trabalhadores em Educação da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte (RME/BH) e I Congresso do Sind-Rede/BH, na cidade de Belo Horizonte/Minas Gerais em 2008.

Os cadernos de Teses nestes Congressos dos trabalhadores em educação da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte (RME/BH), são discussões e posicionamentos que foram elaborados por pessoas ligadas ao sindicato, onde a proposta é estabelecer quais serão as bandeiras de luta do sindicato e fazer um balanço em relação aos acontecimentos e ações que marcaram a atuação da Diretoria.

Estes documentos explicitam as visões dos segmentos sobre a conjuntura internacional, nacional, local e de como eles passaram a observar a CUT nos governos Lula. Estas visões são relacionadas com a experiência que tiveram com o Sind-UTE/MG, filiado à CUT, quando esta entidade aproximou-se institucionalmente com o governo local, administrado pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Também, poderemos perceber como passaram a se organizar e como estruturaram suas ações a partir de um diálogo mais aberto sobre a reorganização das novas experiências do movimento sindical e dos movimentos sociais fora CUT, e as novas estratégias de militância. A recolha de dados documentais de "organismos oficiais" oferece "dados dignos de confiança", e essencialmente "os arquivos e os bancos de dados, sob todas as suas formas, são ricos em dados que apenas esperam pela atenção dos investigadores" (Ghiglione e Matalon (2001: 201).

Para compreender a organização dos sujeitos no sindicato, dentro de uma análise sociológica de *nível intermédio*, e como estes percebem as mudanças em questão, foram realizadas entrevistas semidiretivas com alguns dirigentes sindicais da diretoria do Sind-Rede/BH (triênio 2007/2009). Para Ghiglione e Matalon (2001: 64), nesta metodologia "o entrevistador conhece todos os temas sobre os quais tem de obter reacções por parte do inquirido, mas a ordem e a forma como os irá introduzir são deixadas ao seu critério, sendo apenas fixada uma orientação para o início da entrevista".

Este tipo de entrevista permite ir ajustando, ao longo da mesma, as questões a serem formuladas, possibilitando a criação de novas, além de adaptações previstas, em que podem ter alterações na ordem prevista do guião, que busca analisar o significado dado pelos atores sobre as suas *práticas* e aos *factos* em que se percebem dentro de um confronto com "os seus sistemas de valores, as suas referências normativas, as suas interpretações de situações conflituosas ou não, as leituras que fazem das próprias experiências" (Quivy e Champenoudt, 1998: 193). Segundo Quivy e Champenoudt (1998: 194), as principais vantagens da entrevista semidiretiva estão relacionadas com o a "flexibilidade e fraca directividade do dispositivo que permite recolher os testemunhos e as interpretações dos interlocutores, respeitando os próprios quadros de referência – a sua linguagem e as suas categorias mentais".

De início é interessante destacar que estas entrevistas foram aproveitadas de um outro trabalho realizado pelo pesquisador¹, pois, a primeiro instante, cogitou-se aprofundar neste trabalho quais os reflexos da ação coletiva de um grupo de professores dentro do Sind-Rede/BH. Porém, optamos por ampliar a discussão aproveitando a experiência sindical e as contribuições de uma leitura sociológica sobre o que o Sind-Rede/BH pode nos ajudar a pensar sobre as experiências de reestruturação no movimento sindical brasileiro. Sendo assim, aproveitamos do guião da entrevista realizada com os dirigentes sindicais apenas a constituição do perfil dos entrevistados e a opinião dos mesmos sobre a criação do Sind-Rede/BH, bem como o posicionamento sobre a desfiliação da antiga subseção do Sind-UTE/MG e da CUT.

Realizamos entrevistas semidiretivas com oito dirigentes sindicais da diretoria colegiada do Sind-Rede/BH (triênio 2007/2009) que participaram do congresso de criação desta entidade, bem como da filiação à Conlutas. Estas entrevistas tiveram o intuito de avaliar a compreensão e o entendimento sobre a desfiliação tanto da CUT

¹ Ver Rocha (2010a; 2010b; 2011).

quanto do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG), que tinha uma subsede que representava a base de filiados do atual Sind-Rede/BH.

A escolha dos entrevistados teve como base os dezoito dirigentes sindicais que compuseram a diretoria, porém, somente oito conseguiram ter disponibilidade para a entrevista. Por ser uma diretoria colegiada e ter uma eleição proporcional, salienta-se que a composição desta diretoria ficou distribuída da seguinte forma: oito dirigentes sindicais pela chapa "Coletivo Fortalecer" (formada por filiados ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU, Partido Verde – PV e sem filiação partidária), cinco pela chapa "Coletivo Travessia" (formada por dirigentes sindicais filiados ao Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e sem filiação partidária) e cinco pela chapa "Mudar de Rumo" (formada por dirigentes sindicais filiados ao Partido dos Trabalhadores – PT, Partido Comunista do Brasil – PC do B, e sem filiação partidária).

As entrevistas foram realizadas nos lugares indicados pelos dirigentes, sendo que alguns escolheram seus locais de trabalho, neste caso as escolas. Outros preferiram o Sind-Rede/BH. Dois preferiram serem entrevistados na sede do partido político que são filiados, pois estavam liberados para concorrerem às eleições ocorridas em 2010. Não houve nenhum tipo de resistência quanto à realização das entrevistas. Foi esclarecido, antes das entrevistas, que seria preservado o anonimato, bem como não haveria obrigatoriedade de responder todas as perguntas. Os professores que foram entrevistados possuem a seguinte caracterização:

- **Aléxia:** Dirigente sindical, 29 anos, professora dos 1º e 2º ciclos do Ensino Fundamental e Educadora Infantil na Educação Infantil da RME/BH, formada em Pedagogia, Pós-graduação em Alfabetização e em Educação Infantil, e atua há 12 anos na profissão. Participante do "Coletivo Travessia" e informou que não tinha histórico de filiação partidária. Entrevista realizada em 09/09/2010.
- **Beatriz:** Dirigente sindical, 46 anos, professora dos 2º e 3º ciclos do Ensino Fundamental da RME/BH, formada em Magistério e Matemática, e atua há 24 anos na profissão, somente na RME/BH. Participante do grupo "Mudar de Rumo" e informou que já foi filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT). Entrevista realizada em 01/09/2010.
- **Célia:** Dirigente sindical, 53 anos, professora dos 1º e 2º ciclos do Ensino Fundamental da RME/BH, formada em Magistério e em Normal Superior, muitos

cursos na área da Alfabetização, Pós-graduação em Educador Comunitário, e atua há 30 anos na profissão. Participante do grupo "Mudar de Rumo" e, posteriormente, ao "Coletivo Fortalecer", informou que foi simpatizante do Partido dos Trabalhadores (PT), mas atualmente, tem simpatia pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Entrevista realizada em 14/09/2010.

➤ **Joana:** Dirigente sindical, 40 anos, professora dos 2º e 3º ciclos do Ensino Fundamental da RME/BH, formada em Ciências Biológicas, e atua há 19 anos na profissão. Participante do "Coletivo Fortalecer" e informou que é filiada ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Entrevista realizada em 10/09/2010.

➤ **Núbia:** Dirigente sindical, 29 anos, professora no cargo de Educador Infantil² da RME/BH, formada em Pedagogia, Pós-graduação em Arte e Educação, e atua há 08 anos na profissão. Participante do "Coletivo Travessia" e informou que não tinha histórico de filiação partidária. Entrevista realizada em 09/09/2010.

➤ **Hugo:** Dirigente sindical, 49 anos, professor do 3º ciclo do Ensino Fundamental da RME/BH, formado em Magistério, em Psicologia, em Biologia, Pós-graduação em Psicopedagogia, e atua há 26 anos na profissão. Participante do grupo "Mudar de Rumo" e informou que não tinha histórico de filiação partidária, participa de movimentos ligados à Igreja Católica. Entrevista realizada em 08/09/2010.

➤ **Manuel:** Dirigente sindical, 42 anos, professor dos 1º e 2º ciclos do Ensino Fundamental da RME/BH, formado em Pedagogia, Pós-graduação em Metodologia do Ensino Superior, e atua há 23 anos na profissão. Participante do "Coletivo Fortalecer" e informou ser filiado ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Entrevista realizada em 08/09/2010.

➤ **Rui:** Dirigente sindical, 46 anos, professor do Ensino Médio da RME/BH, formado em Filosofia, em História, em Sociologia, Pós-graduação MBA em Gestão Educacional, e atua há 22 anos na profissão. Participante do "Coletivo Fortalecer" informou ser filiado ao Partido Verde (PV). Entrevista realizada em 10/09/2010.

Deixamos como observação que este trabalho não será baseado pelo novo acordo ortográfico, neste sentido, utilizaremos como padrão o português do Brasil e somente as citações dos autores portugueses serão mantidas na ortografia original.

² Professora no cargo de Educadora Infantil é nomenclatura defendida pelo movimento da educação infantil que luta contra a diferenciação criada pela PBH com a Lei Municipal 8.679/03 que acabou por efetivar uma diferenciação salarial e no Plano de Carreiras da educação.

1.2 Hipótese de trabalho

Esta dissertação traz uma inquietação que estará presente ao longo da discussão de como foi a atuação do movimento sindical brasileiro durante os governos Lula, denominadamente a Central Única dos Trabalhadores (CUT), e como se (re) estruturaram. Esta inquietação pode ser utilizada aqui como uma questão de partida, pois é a através de "uma pergunta de partida" que "o investigador tenta exprimir" como maior exatidão "possível o que procura saber, elucidar, compreender melhor" (Quivy e Campenhoudt, 1998: 32).

Sendo assim, teremos como base de análise compreender como as transformações ocorridas na principal central sindical do Brasil «Central Única dos Trabalhadores (CUT)», seja por sua atuação diante da reconfiguração do mundo trabalho, seja por sua participação e apoio na eleição de um governo de esquerda, neste caso representado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), do qual teve como representante o presidente Lula. Com este apoio eleitoral e a participação de alguns dos seus dirigentes no governo Lula acabou por acirrar *os conflitos* dentro desta central que tiveram como resultado a desfiliação de alguns dos seus sindicatos, fortalecendo assim, a criação da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), que foi absorvendo boa parte destas entidades, como é o caso do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte (Sind-Rede/BH).

O objeto de estudo que nos propomos a analisar «Sind-Rede/BH», possui como base representativa os diversos segmentos da educação «professores, educadores infantis, pedagogos, bibliotecários e auxiliares de biblioteca, escola e secretaria». E as deliberações da atuação sindical possuem como norte a conjuntura em que se encontram as diversas forças político-partidárias, ou correntes ideológicas, como poderemos perceber mais adiante. Sendo assim, as forças destas correntes ideológicas constroem um consenso hegemônico de conduzir a entidade fora da CUT e de sua filial, o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG) «criando outro sindicato» em seu VIII Congresso, sem com isto vinculá-lo a nenhuma outra entidade. Esta vinculação se dará no IX Congressos dos Trabalhadores em Educação da Rede Municipal de Belo Horizonte e no I Congresso do Sind-Rede/BH em 2008 sem um consenso destas correntes ideológicas.

A hipótese aqui pesquisada é a de que o processo de consolidação da CUT «no campo sindical e político» começou a ter um intenso questionamento quando da

aproximação institucional com os governos Lula, pois a experiência do sindicalismo de base, a capacidade de mobilização e de formação dos associados e trabalhadores tornou-se mais complexa e gerou tensões internas de difícil solução. Se por um lado, as políticas sociais implementadas pelo governo Lula foram utilizadas (mesmo que tacitamente) para obter um amplo apoio da sociedade, mais especificamente por via da classe trabalhadora organizada nos sindicatos da CUT. Do outro lado, os dirigentes de sindicatos importantes passaram a possuir um canal de diálogo mais fácil com o poder «político, mas também econômico», com isso cederam à tentação burocrática, conseqüentemente há uma acomodação do protagonismo que a CUT tinha como uma das suas principais características. Temos como resultado uma tensão entre as diferentes correntes ideológicas e ativistas, até então presentes dentro da CUT. Como desdobramentos, temos as seguintes subhipóteses: **A primeira sub-hipótese** é de que a perda de independência da CUT frente ao Estado com a co-participação nos governos Lula «representante do Partido dos Trabalhadores», se dá pela forte conexão histórica que esta entidade possui com o PT. Isso leva a um movimento de desfiliação de sindicatos, onde as correntes ideológicas hegemônicas nestas organizações sindicais são contrárias a esta perda de independência e autonomia sindical da CUT. **A segunda sub-hipótese** é a de que a perda de identidade destas organizações sindicais com a CUT levou à constituição da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) que agrupou, além de movimentos rural, urbano e estudantil, diferentes entidades sindicais, como é o caso do objeto de estudo «Sind-Rede/BH».

Definitivamente não é possível desconsiderar que o pesquisador seja um ser social e que o seu conhecimento teórico seja constituído por este mesmo processo. Na realização de uma pesquisa os riscos e contradições devem ser questionados constantemente a ponto de estabelecerem uma sociologia auto-reflexiva guiada por uma dada estratégia que seja susceptível a uma variedade de eventualidades presentes no ato de investigar os objetos e sujeitos que são parte deste *processo social*. Neste sentido, o envolvimento do pesquisador com os sujeitos da pesquisa deve ser direcionado por um tipo de estratégia e procedimento metodológico adotado (Estanque, 1999).

O cuidado em relação ao *sujeito-objeto* neste trabalho tem como base a constante atenção em manter uma postura de isenção frente ao tema a ser pesquisado. Desta forma, procuramos evitar que o resultado final desta pesquisa tivesse uma concepção militante, visto que trazemos em nossa trajetória uma participação intensa

desde a experiência no movimento estudantil até a atuação sindical no objeto de estudo: o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte (Sind-Rede/BH). Temos ciência que esta não é uma tarefa fácil, não pelo fato de separar pesquisador e dirigente sindical, pois há uma dupla relação intrínseca, mas de evitar fazer o juízo de valor e ter como preocupação compreender, contribuir e refletir sobre produção acadêmica que envolve o tema do sindicalismo.

2. O SINDICALISMO DO PASSADO E DO PRESENTE

Neste capítulo vamos nos reforçar da discussão teórica sobre o sindicalismo e o seu histórico papel de intervenção social ao longo dos anos. Analisar o passado e o presente do sindicalismo significa compreender a atuação histórica, política e social nas sociedades industriais e pós-industriais porque esta atuação não pode ser pensada de forma dissociada do *mundo do trabalho* e, principalmente, das interferências ocasionadas pela globalização econômica, bem como a sua relação no pós-fordismo, pois foram introduzidas novas terminologias, até então não imaginadas pelos trabalhadores, tais como descentralização, flexibilização/desregulação, tercerização e precarização. Esta breve perspectiva também serve como uma introdução antes de falarmos especificamente do sindicalismo no Brasil que teve como característica uma industrialização tardia, logo, é natural, a realidade das estratégias e das ações do movimento sindical serem compostas por um viés diversificado.

Consideramos importante, antes de darmos início a discussão proposta, fazemos uma explicação da origem da palavra *sindicato*. Segundo a pesquisa de Antunes e Carvalho (2008) é uma palavra de origem grega *Syndikos* e traz como significado *junto à justiça*. Houve uma conversão para o latim *Syndicus*, representando a terminologia *Advogado dos pobres*, tendo outros significados em diversos idiomas, sendo que o português tomou como referência a expressão conhecida como *sindicato*. Segundo Ricardo Antunes (1994: 12):

os sindicatos são, portanto, associações criadas pelos operários para sua própria segurança, para a defesa contra a usurpação incessante do capitalista, para a manutenção de um salário digno e de uma jornada de trabalho menos extenuante, uma vez que o lucro do capitalista aumenta não só em função da baixa de salários e da introdução das máquinas, mas também em função do tempo excessivo de trabalho que o capitalista obriga o operário a exercer.

A despeito disso, Étienne *et al* (1998: 286) afirmam que o sindicalismo pode ser entendido enquanto "movimento de representação e de defesa dos direitos e interesses

profissionais" que apareceu no século XIX, considerando o seu marco de nascimento junto à revolução industrial. Ainda nesta mesma linha de considerações, Costa (2005: 29) argumenta que os sindicatos surgem enquanto "reação dos trabalhadores na indústria capitalista", também exercem um papel importante para a "transformação de toda a sociedade"; ao mesmo tempo, assim como nutrem "o conflito dentro e fora da empresa", também atuam enquanto "canalizadores de participação política das massas, ajudando à integração destas na sociedade".

Um exemplo do papel canalizador de *participação política das massas* foi a pesquisa histórica realizada por Antunes e Ramalho (2008: 31) sobre as manifestações de trabalhadores em Nova Iorque, Estados Unidos (1829), que tiveram como objetivo a luta contra a excessiva jornada de trabalho exercida nas indústrias americanas – em torno de até 18 horas diárias. Além da contestação desta política estes movimentos exigiam a "uniformização e instituição da jornada de oito horas de trabalho por dia". Em 1886, dezenove estados americanos, tendo como referência o crescimento destes movimentos, implantaram os dispositivos da lei aprovada 1868, que estabelecia o cumprimento obrigatório da jornada diária para os trabalhadores de oito horas diárias, no máximo. Sendo assim, a Federação Norte-americana do Trabalho "decretou, então, que, a partir de 01.05.1886, a jornada de trabalho de oito horas diárias deveria ser unificada nos Estados Unidos, por todas as empresas instaladas no país".

Outro aspecto levantado por Antunes e Ramalho (2008: 32), foi o de que os sindicatos organizaram uma greve geral com o objetivo de pressionar os empresários a cumprirem o decreto. Escolheram Chicago, por ser a segunda cidade industrial do país, além concentrar vários sindicatos de cunho anarquista. Este movimento teve uma forte organização, ao ponto de provocar "paralisações em todas as fábricas, transportes e comércio da cidade". Foram organizadas contínuas manifestações, sendo que no dia quatro de maio de 1886, mesmo com a presença de autoridades públicas, houve "um confronto com a polícia da cidade, resultando em número expressivo de feridos e mortos de ambos os lados". Isso levou a prisão de vários líderes e, conseqüentemente, algumas lideranças sindicais desta manifestação foram mortas por enforcamento «Albert Parsons, August Spies, Adolph Fischer, Georges Engel e Louis Ling»; e outros foram condenados à prisão perpétua «Michael Schwarb e Samuel Fielden»; e a quinze anos de prisão «Óscar Neeb». Estes acontecimentos tornaram-se referência na luta dos trabalhadores, sendo que, em 1889, na França, os representantes operários que

participaram do Congresso Socialista Internacional, unanimamente aprovaram o dia primeiro de maio como sendo o dia dos trabalhadores, uma homenagem ao histórico movimento de Chicago.

2.1 O trabalho e as suas transformações

É inegável desde as últimas décadas do século XX, que o trabalho sofre transformações que requerem novas articulações da academia para identificarmos como podemos analisar o mundo do trabalho, sem deixar de perceber a importância do sujeito enquanto um ser social. Assim, se por um lado o trabalho perdeu a identidade de ser entendido como um conceito de realização do homem, como um fim nele mesmo para ser colocado no mundo capitalista como uma mera mercadoria, como força de trabalho que deve ser vendida para o capital em busca de uma suposta sobrevivência do homem, não podemos deixar de problematizá-lo a partir das relações que são estabelecidas nestes mesmos espaços onde estas forças, além de serem vendidas, são, principalmente, produzidas por sujeitos que estabelecem suas relações de trabalho e suas identidades.

Constantemente, nos deparamos com a extinção de determinadas carreiras, fusão de grandes empresas, bem como a redução do número de postos de trabalho, além do impacto causado pelas tecnologias nos diversos locais de trabalho (Giddens, 2000). Nesta mesma análise, Estanque (2009b) defende que os impactos da globalização foram desestruturadores no campo laboral, e, conseqüentemente, isso foi devastador para milhões de trabalhadores de vários continentes. Mas, não podemos pensar a mudança na organização e na gestão do trabalho sem descrevermos o auge das abordagens racionalizadoras do trabalho³, ou seja, a forte influência do taylorismo, fordismo e toyotismo, na vida das pessoas durante o século XX. Os estudos de Frederick Taylor consistiram em desenvolver métodos de organização do processo de organização do trabalho que tendiam, essencialmente, suprir as bases do processo de trabalho e do domínio sobre a mão-de-obra. Com a experiência de Henry Ford, podemos perceber que o mesmo optou por implementar e criar em sua empresa uma "linha de montagem e produção em série padronizada para o consumo de massa" (Rodrigues, 2006: 204). Por fim, o modelo toyotismo ou modelo japonês de organização do trabalho se apoiou no remanejamento de tarefas e do tempo do período do trabalho, além de intensificar o

³ Ver Freire (2002).

treinamento para a mão-de-obra, reduzir a hierarquia, incluindo-se também termos como flexibilização e adaptação.

Percebemos no início dos anos 1970 que os sistemas fordista e taylorista passaram a ser criticados por suas limitações diante das mudanças do consumo global. Mesmo com o sucesso na produção em série para mercados de massa o Taylorismo e o Fordismo possuíam uma rigidez tamanha que não conseguiam produzir pequenas encomendas de mercadorias. Desta forma, práticas flexíveis começaram a ser introduzidas por algumas empresas que buscavam adaptar-se a estas demandas. Percebemos assim o surgimento de um novo modelo de organização industrial, "o chamado modelo de acumulação flexível ou toyotismo ou, ainda, pós ou neofordismo que se contraporia à tradição fordista-taylorista" (Rodrigues, 2006: 204). O sistema fordista trazia consigo a perspectiva do trabalho pleno e com estabilidade indefinida, porém, esta *transição* trouxe como realidade para um enorme contingente de trabalhadores o trabalho temporário «contratos por horas, dias, semanas ou meses».

O termo pós-fordismo⁴ surge enquanto descrição de uma nova era da produção econômica capitalista em que flexibilidade e a inovação eram maximizadas como forma de adaptação às solicitações do mercado, tanto em matéria de produtos diversos quanto padronizados. Percebemos, nas últimas décadas, que a recomposição dos processos produtivos e das relações laborais está fortemente relacionada com as fronteiras abertas e a veloz extensão das trocas comerciais de forma globalizada. Sendo assim, o trabalho – observando-se a sua fragmentação, flexibilização, precarização —, deve ser discutido tendo como parâmetro a contextualização da globalização econômica. Sendo que depois dos anos 70 percebemos um crescimento internacional da desregulação econômica. O colapso da antiga relação salarial fordista, declínio do Estado-providência, ampliação da concorrência em âmbito global, especialmente com a eliminação de obstáculos ao comércio mundial na metade dos anos 80, foram desenhados dentro da urgência de uma «nova onda liberal», vastamente amparada na «inovação tecnológica e na revolução informática». (Estanque, 2005:105).

A reestruturação produtiva acaba por consolidar, tanto na produção e quanto no trabalho, os desejos da globalização. Neste sentido, a reestruturação produtiva das economias nas novas formas de divisão mundial do trabalho, as recentes "tecnologias de automação" e os "novos padrões de gestão e organização do trabalho" se tornam

⁴ Um termo popularizado por Michel Piore e Charles Sabel na obra *The Second Industrial Divide* (1984).

universais, acabam por preparar e reforçar "as condições objetivas" para o desempenho desmedido e sem limites do capital (Druck, 1996:31). De acordo com Estanque (2009a e 2009c: 4) "os efeitos da globalização têm vindo a induzir novas formas de trabalho cada vez mais desreguladas, num quadro social marcado pela flexibilidade, subcontratação, desemprego, individualização e precariedade da força de trabalho".

Diante do que já foi descrito sobre os efeitos da globalização econômica e as conseqüências no mundo do trabalho não podemos deixar de analisar o papel do Estado neste processo. Segundo Costa (2005) o declínio da "idade de ouro", após os anos setenta do século passado, ocasionou um agravamento da degradação das condições de trabalho que, por conseguinte, trouxe novas exigências aos orçamentos públicos, especialmente diante da ampliação do desemprego que, por efeito, acabava por agravar a crise fiscal do Estado. Isto acaba por colocar em causa o papel do Estado e das políticas públicas. As transformações que atravessaram o sistema mundial, mesmo que de forma desigual e, conforme o posicionamento dos países neste sistema, causaram significativos impactos nas políticas econômicas. Neste sentido, Santos (2005) aponta que a globalização econômica acaba por sustentar-se num «consenso econômico neoliberal» no qual existe uma forte restrição à regulação estatal da economia, além da subordinação dos Estados nacionais às agências multilaterais. Ainda nesta mesma linha, para Druck (1996: 30) este processo se aprofundou no início dos anos noventa, século passado, com o estabelecimento do *Consenso de Washington*, enquanto modelo de desenvolvimento orientado para mercado, surge "para ajustar as economias dos países periféricos às novas exigências dos países centrais". Por fim, Santos (2005: 37) afirma que os países periféricos e semi-periféricos⁵ são os que mais estão vulneráveis às ordens do "receituário neoliberal", que é alterado pelas "agências financeiras multilaterais" em seus "programas de ajustamento estrutural". Salienta-se que os Estados centrais também estão vulneráveis às decisões das agências financeiras de *rating*⁶, levando-se em conta o aumento da dívida pública e, principalmente, com o aumento ascendente da "lógica financeira sobre a economia real".

2.2 O trabalho no século XXI

Neste momento podemos descrever que nas últimas décadas, são variadas as teses tendo como base a discussão sobre "a perda de centralidade ou mesmo o fim do

⁵ Ver estes conceitos em Pochmann (2001) <<http://www.decon.edu.uy/network/panamá/pochmann.pdf>>.

⁶ São empresas internacionalmente acreditadas para avaliar a situação financeira dos Estados e os consequentes riscos e oportunidades que eles oferecem aos investidores internacionais (Santos, 2005:37).

trabalho, enquanto valor decisivo de estruturação da sociedade" (Estanque, 2005:114). Mas, deve ser realçado que o trabalho enquanto «fator de criação ou obra» não perdeu a sua importância. De acordo com Estanque (2005):

O que acontece é que os atributos que antes conotavam o trabalho com criatividade e autonomia, têm vindo, por assim dizer, a ser expulsos da esfera profissional, mas isso não corresponde a uma "libertação" do trabalhador e menos ainda se traduz numa expansão da esfera pública. O capital móvel e o poder da economia financeira, operando para além da esfera política, fragmentaram o 'trabalho' como forma de disciplinar a rebeldia da classe trabalhadora (Estanque, 2005: 114).

Nesta mesma linha, a tese de Alves (2007:31-32) é a de que não existe mais uma disposição de enfrentamento da ordem sistêmica por parte das "instituições tradicionais do trabalho". Neste sentido a ofensiva do capital de produção caracteriza-se "como complexo de reestruturação produtiva; deslocalização industrial; precarização de contratos salariais". É importante destacar que por mais que o trabalho tenha se transformado "num recurso global", torna-se, porém, limitado falarmos em "mercado de trabalho global", porque atualmente os mercados de trabalho estão "mais segmentados do que outrora" (Santos e Costa, 2004: 18).

Ao discutir a nova morfologia do trabalho, Ricardo Antunes (2009) faz uma contribuição importante sobre o trabalho na atualidade ao enumerar algumas tendências sobre o mundo do trabalho. Estas tendências são caracterizadas pelo autor enquanto mutações que trazem como reflexo no mundo do trabalho *redução do proletariado fabril*, ocasionado pela reestruturação produtiva do capital. Esta é uma herança da era da indústria com característica *top down* típico do taylorismo e do fordismo, sobretudo nas economias mais avançadas. Isto pode ser explicado pelo crescimento da *lean production*⁷ e da horizontalidade do capital produtivo, além das diferentes particularidades "de flexibilização e desconcentração do espaço físico produtivo" e a introdução da máquina informatizada (Antunes e Carvalho, 2008: 106). O *trabalho precarizado*, onde estão inseridos os trabalhadores terceirizados, subcontratados, *part-time*, é ampliado em escala global. Ressalta-se que antes estes postos eram preenchidos pelos imigrantes (Antunes, 2009). Esta ampliação contribui para acentuar novas formas de poder discricionário, novos despotismos, exclusões e formas de opressão no emprego (Estanque, 2005).

Os regimes de fábrica vigentes na maioria das nossas empresas industriais são apenas a ponta do icebergue, pois o autoritarismo e as formas de

⁷ De forma simplificada pode ser chamada de produção enxuta.

violência no trabalho encontram-se em praticamente todos os sectores do emprego. E a globalização neoliberal tem vindo a contribuir para acentuar as situações de opressão, de exploração, precariedade e dependência que hoje caracterizam o mundo laboral. (Estanque, 2005:129-130).

Por outro lado, verificamos o aumento do trabalho feminino, pois houve um crescimento do número de mulheres trabalhando, porém não significou um equilíbrio com o salário masculino, mas sim, em média são inferiores, bem como, há uma desigualdade em relação aos direitos sociais e do trabalho (Antunes, 2009). No mundo do trabalho contemporâneo esta é uma tendência expressiva, e chega ao ponto de termos países "em que essa força de trabalho atinge 40%, absorvida, principalmente, no universo do 'part-time', tão precário e desregulamentado" (Antunes e Carvalho, 2008: 107). Com a expansão dos assalariados médios no setor de serviços, sobretudo nos últimos anos do século passado, houve uma incorporação, inicial, dos operários expulsos do mundo produtivo industrial. Das transformações ocorridas, os jovens também são atingidos e se deparam com a falta de perspectiva de emprego, engrossando assim as fileiras dos serviços precários e dos desempregados (Antunes, 2009). Outra tendência é a exclusão dos trabalhadores que começam a ser considerados idosos quando se aproximam dos quarenta anos, ou seja, quando excluídos do trabalho, dificilmente conseguem reingressar no mercado. Existe uma recusa destes trabalhadores no mundo do trabalho, principalmente, se forem especializados, ou seja, se forem herdeiros da *cultura fordista*. Atualmente, o mundo do trabalho opta por substituí-los por trabalhadores polivalentes e multifuncionais da era toyotista. Além da exclusão dos *idosos* e dos jovens em idade pós-escolar, o mundo do trabalho, nas mais diversas partes do mundo, utiliza-se da inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado, nas mais diversas atividades produtivas. Esta situação também está presente em países centrais, mas, particularmente, nos países asiáticos e latino-americanos que são de industrialização intermediária e subordinada (Antunes, 2009). Outra questão é a ampliação do trabalho em domicílio, que surge devido a desconcentração do trabalho produtivo e o crescimento de pequenas e médias unidades produtivas. Esta tendência é viabilizada por meio da telemática⁸ e das tecnologias de informação (contando com a expansão de formas de flexibilização e precarização do trabalho) e com o progresso da horizontalização do capital produtivo. Salienta-se que o trabalho produtivo doméstico

⁸ Telemática ou teleinformática surgiu da convergência dos sistemas de telecomunicações por satélite e por cabo, juntamente com as novas tecnologias de informação e microeletrônica, possibilitando enorme expansão e a aceleração das atividades transnacionais (Antunes e Carvalho, 2008:108).

vem presenciando formas de expansão em várias partes do mundo. Por último, o surgimento do terceiro setor, como as Organizações Não Governamentais, que se tornam uma alternativa de ocupação, sendo uma «atividade social» dentro de um cenário «de desemprego estrutural». O terceiro setor é a nova alternativa de ocupação, pois possibilita a constituição de empresas de perfil mais comunitário, motivadas pelo trabalho voluntário, no qual são abarcadas as atividades predominantemente de caráter assistencial. A expansão deste segmento é um desdobramento direto da retração do mercado de trabalho industrial e de serviços, porém, torna-se uma alternativa com bastante limitação para compensar o desemprego estrutural (Antunes, 2009).

De acordo com Antunes (2009) o século XXI apresenta uma profunda contrariedade crítica, pois ao mesmo tempo em que existe uma centralidade para o trabalho tendo como resultado o valor, demonstrando assim uma *perenidade*, ilustra, de forma avassaladora, seu traço de *superfluidade*, em que se enquadram "os precarizados, flexibilizados, temporários, além do enorme exército de desempregados (as) que se esparramam pelo mundo" (Antunes, 2009:238). Para complementar esta caracterização Antunes e Carvalho (2008: 108-109) descrevem que esta «nova classe trabalhadora», em sua diversidade e heterogeneidade, acaba por comportar "trabalhadores estáveis e precários; homens e mulheres; jovens e idosos; nacionais e imigrantes; brancos e negros; qualificados e desqualificados; incluídos e excluídos".

2.3 Sindicalismo e os impactos da globalização hegemônica

Nos últimos anos, pode-se verificar um distanciamento da classe trabalhadora com seus respectivos sindicatos, principalmente com a ofensiva da globalização neoliberal nos diversos países do mundo, destacadamente nos países, em desenvolvimento e/ou com dependência econômica junto aos organismos multilaterais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Não se pode pensar neste distanciamento sem analisar as mudanças acentuadas no mercado de trabalho, num momento em que havia uma economia fundamentada na indústria e que acaba por passar para uma economia fundamentada nos serviços. Segundo Estanque (2010), os efeitos da globalização neoliberal é um tipo de debate mais analisado pela sociologia do trabalho nos últimos anos, principalmente quando se percebe que em vários tipos de profissões, os trabalhadores passaram a conviver com a precarização do trabalho, com a instabilidade quanto a sua permanência e o seu desempenho no local de trabalho. As

diferentes formas de integração profissional e de precariedade são originárias dos reflexos simultâneos "nas relações de trabalho e na relação com o emprego" que sofreram "profundas transformações" em relação à "esfera laboral" (Estanque, 2010: 5). Estas transformações levaram a uma profunda reestruturação nas relações de trabalho, visto que, os capitalistas ganharam com o enfraquecimento do sindicalismo para estabelecerem contratos de trabalho mais flexíveis, em que as relações de trabalho tornaram-se mais precarizadas através das reformas trabalhistas, permitindo assim, a eliminação de direitos conquistados em décadas de lutas do movimento sindical. Conforme Harvey (1996), os patrões souberam tirar proveito do fraco poder de reação dos sindicatos e o excesso de mão-de-obra tanto com o desemprego quanto com o subemprego, ocasionado pela intensa variação dos mercados, pela competitividade e pelo estreitamento das margens de lucro.

Existem diversificadas hipóteses acadêmicas a serem discutidas e analisadas sobre o sindicalismo e as transformações no mundo do trabalho diante do avanço da globalização capitalista, principalmente, quando se depara com a redução da expectativa de se encontrar saídas após a desintegração do Comunismo na antiga União Soviética e na Europa do Leste, que mantinham acesa a efervescência internacional de um mundo socialista. Este espectro ainda se mantém presente na base de muitos movimentos sociais, no discurso de dirigentes sindicais e intelectuais, porém os «olhares» e os entendimentos esquerdistas sobre as possibilidades de um outro mundo possível fora do neoliberalismo são diferenciados, ou seja, não há uma unicidade.

2.4 Uma possibilidade a ser analisada

São muitas as transformações causadas pela globalização econômica no movimento sindical, sendo assim, nos perguntamos como será o futuro do sindicalismo? Segundo Rodrigues (2002) as lideranças do movimento sindical estão conscientizadas sobre o tamanho dos perigos que ameaçam a manutenção da organização sindical, um dos exemplos, como é o caso do setor privado, em que a dessindicalização pode diminuir profundamente as receitas financeiras dos sindicatos. A questão financeira pode tornar-se mais dramática nos países cujos sindicatos possuem uma ampla dependência das cotizações de seus associados. Outro exemplo, pode ser a possibilidade de distanciamento dos sindicatos com a sua base de representatividade e perda de autonomia e independência quando dependem fortemente de subsídios governamentais.

Percebemos que quanto mais a desindustrialização avança mais o sindicalismo recua, porém, não podemos afirmar que isso significa que o sindicalismo desaparecerá. Assim como não há uma igualdade no desenvolvimento do capitalismo, o mesmo ocorre nas respostas e nas estratégias utilizadas pelo sindicalismo. Alguns estudos sociológicos europeus (Costa 2005; Estanque 2010, 2009a, 2008, 2004; Santos 2004; Santos e Costa 2004, Waterman 2004) apontam para a necessidade de o sindicalismo renovar-se perante a sua perda de representatividade e de resposta aos efeitos causados pela globalização econômica no sistema produtivo. Principalmente, numa Europa que vivencia uma avassaladora atuação da liberalização da economia e precarização das relações de trabalho, isso devido ao enfraquecimento de reação do movimento sindical, tendo como um dos fatores o decréscimo de trabalhadores associados. Num estudo realizado pela Confederação Holandesa de Sindicatos (FNV), Kloosterboer (2008) descreve que a densidade sindical, um relevante indicador do poder sindical, no período de 1990 a 2003, desceu de 15,5 para 12, 4% nos EUA e de 33,1 para 26,3% na União Européia. Neste estudo, Kloosterboer (2008) agrupou algumas experiências de sindicatos que obtiveram sucesso diante destes novos desafios para o sindicalismo no século XXI. Estas experiências reforçam a tese de renovação por parte do movimento sindical que incluem um conjunto de princípios como a pluralidade sindical, a valorização da liberdade de expressão, fortalecimento de um espírito crítico e construtivo, intervenção ativa na sociedade, desenvolvimento de alianças e a cooperação sindical internacional (Trindade e Naumann, 2008).

É necessário que o sindicalismo atue para além de sua essência basilar de forte agente na negociação coletiva e comece a agrupar questões sociais, a buscar novas alianças e novos membros. Ultrapassar a perspectiva de representação dos interesses econômicos de seus associados significa que o movimento sindical deverá incorporar as experiências vivenciadas pelas ações coletivas dos diversos movimentos sociais. Algumas correntes teóricas (Dibben, 2004; Melucci, 2003; Touraine, 1984) começaram a contribuir com esta perspectiva de ação do sindicalismo como um movimento social. Não queremos de forma alguma substituir o papel relevante dos movimentos sociais e, nem tão pouco, atribuir ao sindicalismo um papel de vanguarda. Mas, tão somente, trazer alguns elementos para reflexão sobre a necessidade do sindicalismo renovar-se e fortalecer-se nos tempos atuais. Como defende Estanque (2010), o sindicalismo não tem que abrir mão da defesa dos valores democráticos, mas é preciso ampliar o seu campo

de atuação. Pois, a cada vez mais há setores fragilizados na sociedade contemporânea, novas formas de manifestações, novos atores sociais e movimentos sociais, ou seja, os problemas não são somente trabalhistas, são sociais.

3. CENÁRIO BRASILEIRO: SINDICALISMO E A ERA CUT

Analisar as experiências sindicais no Brasil nos remete a analisar um período histórico da luta dos trabalhadores e diversos movimentos sociais decorridos durante o processo de redemocratização do país, no qual surgiu a Central Única dos Trabalhadores. Cabe ressaltar que os primeiros movimentos associativos no Brasil, ao longo do século XIX, caracterizaram-se pelas mutualidades, sendo que somente por volta de 1870 as associações operárias de resistência passaram a substituir tais associações de socorro mútuo. A Confederação Operária Brasileira «fundada em 1908» foi uma das associações mais representativas no Brasil, cujos ideais eram guiados pelo anarco-sindicalismo (Costa, 2005). De acordo com Oliveira (2004), as regiões Sul e Sudeste do Brasil tiveram forte influência da presença anarquista e anarco-sindicalista.

Pode-se dizer que o sindicalismo brasileiro nasceu, também, pelas mãos dos imigrantes espanhóis, galegos, italianos e alguns poucos portugueses, ligados ao anarco-sindicalismo, no princípio do século XX. Fora dos sindicatos, mas exercendo intensa doutrinação, o anarquismo foi a principal corrente política também no meio operário, ao lado dos esforços de socialistas e da Igreja Católica e de alguns poucos grupos empresariais de «boa vontade» (Oliveira, 2004: 131).

Oliveira (2004) defende que, passada esta fase, os lugares da industrialização, sobretudo em São Paulo começam a ser preenchidos por imigrantes vindos da Região Nordeste do Brasil e, também, do Estado de Minas Gerais. Assim, verificamos a nacionalização do operariado e, conseqüentemente, o fim da primeira fase «internacionalista» do movimento sindical brasileiro.

Segundo Pas (2009), o Brasil inseriu-se num forte período de *corporativismo inclusivo* entre os anos de 1930 a 1945. Este modelo sindical corporativo nos anos de 1930, no governo de Getúlio Vargas, foi resultado de uma profunda reestruturação das forças políticas e produtivas. O Estado passou a assumir-se como mediador dos conflitos entre o capital e o trabalho, como resultando disso, a experiência sindical brasileira caracterizou-se como uma repartição pública, ou seja, as ações ficaram voltadas para o assistencialismo, com o apoio de recursos públicos. Pas (2009: 17) destaca que não houve passividade por parte do movimento sindical brasileiro, no entanto, as correntes sindicais assumiram condutas diferenciadas. De um lado os

anarquistas rejeitaram a organização imposta pelo Estado, porém, pela decadência em que se encontraram acabaram por terem uma postura baseada na denúncia. Já, os comunistas, optaram por ficar na clandestinidade, com exceção de São Paulo, no qual formaram, a partir de 1932, *frações vermelhas nos sindicatos legais*. O período de 1930 a 1964 foi denominado como período populista em que houve uma acomodação de sindicalistas diante da estrutura sindical oficial e do papel interventor do Estado nas relações de trabalho.

Por fim, inicia-se um período do *corporativismo excludente*, entre 1964 e 1978, período de forte reação do regime militar, que se caracterizou pela repressão ao movimento sindical, bem como o protagonismo da classe trabalhadora. Para Pas (2009: 21), no período que precede o "golpe militar de 1964, os movimentos sociais compostos pelo movimento contra carestia⁹, movimento sindical urbano e ligas camponesas no meio rural" tinham um crescimento inusitado, que era resultado do *afrouxamento* promovido pelo governo de João Goulart «conhecido como Jango». Tal atuação governamental tinha a finalidade de aproximar-se destes grandes movimentos e, com isso, indicava possíveis reformas de base «reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária». A concretização deste projeto foi interrompida pela atuação das Forças Armadas que, com o apoio da burguesia insatisfeita, realizaram o golpe militar em 1964.

Inicia-se um período de exclusão da participação e atuação política do sindicalismo, mantém-se o controle dos elementos constitutivos do sindicalismo, levando os sindicatos a fortalecerem mais ainda as atividades de cunho assistencial e burocrático, sobrepondo das atividades políticas. O regime ditatorial implementa o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), gerando uma instabilidade no trabalho e, conseqüentemente, uma intensa rotatividade no emprego. A manutenção da legislação trabalhista da era Vargas «imposto sindical compulsório, poder normativo do Ministério do Trabalho, a estrutura vertical confederativa e a unicidade sindical», junto à repressão do regime militar mantiveram ainda mais incrustada no movimento sindical um grupo de dirigentes burocratas, sustentando sindicatos sem representatividade, além da criação de *sindicatos de carimbo* (Comin, 1995) que existiam somente no papel. De acordo com Cardoso (2007), a ditadura militar acelerou o processo de fragmentação das

⁹ "O Movimento Contra a Carestia foi uma das primeiras manifestações contra o regime militar e contou com a participação de diversos setores da sociedade. As mulheres foram protagonistas e dele decorreram várias organizações de mulheres" (Soares, 1998: 40).

entidades sindicais, ocasionando um distanciamento dos dirigentes com o local de trabalho de seus representados. Houve a proibição das greves, líderes sindicais foram cassados e substituídos com a nomeação de agentes federais. Isso praticamente inibiu as ações grevistas. Algumas tentativas aconteceram, tendo como influência os movimentos internacionais dos estudantes e operários em 1968, com manifestações contrárias ao regime militar. Em resposta, o governo decreta o Ato Institucional 5 fazendo com que lideranças destas manifestações entrassem na clandestinidade, serem presas, exiladas e, até mesmo, assassinadas.

Esta conceituação histórica, política e social ajuda na percepção e compreensão de como estava o país e o movimento sindical brasileiro. Não houve passividade por parte de alguns sindicatos e movimentos sociais e foram várias as experiências e ressignificações das estratégias a serem tomadas. Começa a ser gestada, neste turbilhão, o símbolo marcante do *Novo Sindicalismo* com a explosão de greves que reivindicavam reposição salarial, como descreveu Cardoso (2007: 95) "o sindicalismo no país não estava morto como se imaginava".

Segundo Santana (2010) o sindicalismo brasileiro sentiu, no final dos anos de 1970, um período histórico marcante. A sociedade brasileira reconquistou os espaços de participação política e presenciaram o advento de diversos movimentos sociais que fortaleceram a luta pelo processo de redemocratização, além de acelerarem a crise do regime militar. Ao entrarem em greve em 1978, os metalúrgicos do ABC paulista¹⁰, tornaram-se referência nas decisões de outras categorias, rompendo, desta forma, com os limites estreitos da legislação, que proibia qualquer movimento grevista, com o *arrocho salarial* e o silêncio geral imposto para a classe trabalhadora. Esta greve foi muito importante para o movimento dos trabalhadores, em especial, e para a sociedade, pois, comprovou "a sua capacidade de organização, mobilização e disposição de luta, ainda que diante do temível regime militar" (Santana, 2010: 288).

A greve de 1978 foi um marco para o movimento sindical, principalmente para o que seria mais adiante a CUT, pois abriu possibilidade para outras mobilizações, como, por exemplo, as greves de metalúrgicos em 1979 e 1980, que foram maiores e somado a isso outras categorias assalariadas dos setores público e privado começaram participar, ampliando e fortalecendo estas ações (Santana, 2010). Como afirma Alves (2000: 112)

¹⁰ Localizado no Estado de São Paulo, neste período, era formado pelas cidades de Santo André (A), São Bernardo Campo (B) e Santo Caetano (C).

o final da década de 1970 a classe trabalhadora brasileira teve uma destacada presença no campo político e social, um novo sindicalismo buscando uma "perspectiva de unidade e luta contra o governo e contra os patrões".

A debilidade econômica, política e social do regime militar começou a sucumbir com a insatisfação popular diante deste regime, sendo que em 1979 houve o retorno do pluripartidarismo através da Reforma Partidária, em 1982 aconteceram as eleições diretas para governos estaduais e municipais e, como fase final do processo de redemocratização ocorreu a eleição para presidente em 1989. Com este processo de redemocratização tornaram-se mais intensas as discussões sobre a possibilidade de um partido de trabalhadores com a participação dos diversos setores da esquerda, ativistas de vários movimentos sociais, setores avançados da Igreja Católica, vários intelectuais e, destacadamente, dos sindicalistas que deram origem ao Novo Sindicalismo.

Em 1980, foi fundado o Partido dos Trabalhadores (PT) que na sua primeira eleição no ano de 1982 teve baixa votação, mesmo contando com o apoio popular ao recente movimento grevista, no qual tinha incorporado um setor significativo destes dirigentes sindicais. O partido surgiu com um caráter classista em que a eleição deveria ser usada como forma de mobilização dos trabalhadores, um dos exemplos foi a plataforma para as eleições que tinha como slogan: "Trabalhador vota em trabalhador". Isso mostra que o PT trouxe consigo, neste período, a áurea do Novo Sindicalismo e das manifestações que questionaram o regime militar.

Segundo Lima (2004), o PT ao se propor ser um partido de massa democrático, surge com uma concepção diferenciada em relação aos partidos que disputaram as eleições de 1982, o que será uma influência na constituição da CUT, pois ambos serão a essência embrionária de uma alternativa de organização da classe trabalhadora e com posicionamentos comuns: romper com o capitalismo, rumo ao socialismo. A discussão sobre o PT e a CUT é necessária visto que a história de ambos se fortalecerá ao longo dos anos, principalmente quando formos analisar os governos Lula.

A década de 1980 foi marcada pela fixação de um novo período do sindicalismo no Brasil, em que presenciamos a ascensão de um *Novo Sindicalismo* que, recusou o modelo de atuação sindical anterior (Rêses, 2008). De acordo com Pas (2009) este movimento teve em sua origem a crítica do atrelamento dos sindicatos ao Estado, dos seus dirigentes ao governo e a subserviência ao sistema vigente. Para Oliveira (2011:

11) "o cosmo político era favorável às mudanças e a possibilidade de desmoronar com as lideranças do chamado 'Novo Sindicalismo' era um ato infrutífero, ou seja, o governo não possuía base social para sufocar a rebeldia dos trabalhadores".

A pré-constituição da Central Única dos Trabalhadores relaciona-se com a intensificação das disputas no meio sindical cujo objetivo era marcado pela conquista da hegemonia da direção do movimento sindical e, em especial, pela disputa do modelo de sindicalismo dominante. De um lado a corrente formada por sindicalistas que se intitulavam de *autênticos*¹¹. Três segmentos participavam deste grupo: lideranças que já estavam na direção de sindicatos; setores da igreja progressista; e oposições sindicais, agrupamentos de organizações de cunho leninista e trotskista «Organização Revolucionária Marxista-Democracia Socialista/ORMS-DS e a Convergência Socialista/CS». Do outro lado, a Corrente Sindical Classista¹² formada por sindicalistas ligados ao Partido Comunista do Brasil/PC do B, Partido Comunista Brasileiro/PCB, Movimento Revolucionário Oito de Outubro/MR-8 e dirigentes ligados ao sindicalismo de resultado (Pas, 2009).

Segundo Oliveira (1995) os temas polêmicos no movimento sindical giravam em torno de como seria a organização dos trabalhadores, a democracia sindical, a liberdade e a autonomia sindical. As discordâncias criaram uma ruptura no movimento sindical em que na primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) realizada em 1981, não houve consenso quanto à constituição de uma central única para os trabalhadores, neste sentido, foi criada uma comissão Pró-CUT com o objetivo de fundar a central no congresso seguinte. Então, em 1983 surge a CUT, constituída pela diversidade de correntes ideológicas defendendo um sindicalismo combativo e de massas. Sendo que os sindicalistas da Unidade Sindical, com base formativa enraizada no corporativismo sindical, criaram em 1986 a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). Como veremos mais adiante, segundo Oliveira (1995: 86) "Hoje como no

¹¹ Um grupo de dirigentes sindicais, dos quais Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula, foi uma das lideranças. Posteriormente foi presidente do Brasil «01º/01/2003 a 01º/01/2011».

¹² "Esse grupo não simpatizava com a idéia de uma organização que tivesse outros segmentos sociais no seu interior, queriam uma central estritamente sindical, conforme modelo previsto na CLT. Outro ponto de discordância entre os grupos era o envolvimento na criação de um Partido dos Trabalhadores. Para os comunistas, isso significava uma disputa num campo que acreditavam ser seu, os PCs. Esse grupo então criou a CGT, Confederação Geral dos Trabalhadores, mas em 1988 o PC do B rompeu com esta Central e criou a Corrente Sindical Classista (CSC), que no ano seguinte passou a fazer parte da Central Única dos Trabalhadores (CUT) (Pas, 2009:24). Com a hegemonia do sindicalismo de resultados o PCB e o MR-8, derrotados por política sindical, criaram outra CGT, resgatando o nome da Central Geral dos Trabalhadores, assim o movimento sindical passou a contar com duas CGTs «Confederação Geral dos Trabalhadores e a Central Geral dos Trabalhadores (Souza, 2002).

passado, as questões que separam os agrupamentos sindicais brasileiros derivam fundamentalmente das opções ideológicas divergentes, ou mesmo opostas, que caracterizam estes agrupamentos".

As correntes ideológicas dentro da CUT construíram uma unidade quanto à ruptura com o histórico do sindicalismo do passado, porém houve uma forte disputa pela hegemonia político-ideológica da condução da central. A entidade foi constituída à margem da legislação e a diferença era relacionada ao caráter de formação e concepção da CUT, uma disputa entre as Oposições Sindicais (OS) e os Autênticos. Se no primeiro Congresso Nacional da CUT (CONCUT), realizado em 1984 em São Paulo, estavam unidos quanto à estrutura sindical no Brasil, no segundo CONCUT, realizado em 1986, as divergências acirram-se com a tentativa de mudança estatutária por parte do campo majoritário que não levou a proposta para votação, pois percebeu a possibilidade de não conseguir a aprovação. Houve peso da esquerda com o direcionamento da CUT na luta por uma sociedade socialista (Oliveira, 1995). A eleição teve como resultado: Chapa 1 com 59,9% dos votos (Articulação Sindical¹³), Chapa 2 com 28,95% (CUT pela Base e aliados) e a Chapa 3 com 11,07% (Convergência Socialista). O terceiro CONCUT, realizado em 1988 em Belo Horizonte, houve a aprovação da mudança estatutária que limitou a participação das oposições sindicais e a proporcionalidade para a escolha dos delegados por entidade deixou de ser por número de trabalhadores na base e passou para proporcionalidade do número de sindicalizados. Este congresso ficou marcado por ter sido o último congresso de massas e forte embate entre as correntes ideológicas. O quarto CONCUT (1991), foi marcado pelo clima da derrota do PT nas eleições presidenciais de 1989, com Lula candidato, em que se desenhava o início de um projeto econômico neoliberal com o candidato vencedor Fernando Collor de Melo, e uma defensiva do movimento sindical. Embalado pelas denúncias de fraude, conflitos e a unificação da oposição quanto à proposta de proporcionalidade qualificada o setor majoritário da CUT conseguiu reverter a votação e manteve-se como maioria. Diante deste quadro, o setor majoritário da CUT iniciará os anos de 1990 com definições importantes sendo deliberadas pela executiva, temos assim, o início do *cupulismo*, ou seja, das decisões realizadas por uma cúpula sindical.

¹³ Conhecida como Artsindical, a Articulação, formada em 1983, tinha como projeto um PT voltado para a luta de massas, em contrariedade às correntes leninistas e marxistas. Possui a hegemonia no PT e na CUT. Assumiu esse nome somente na década de 1990.

Não é redundante afirmarmos que, na década de 1980, o sindicalismo teve uma significativa importância para o país, além de uma vitoriosa reorganização sindical em âmbito nacional¹⁴. A mobilização do movimento sindical ampliou-se a cada vez mais em plena transição democrática «governo de José Sarney (1985-1989)» tendo como reivindicações "desde a luta pela inserção de direitos sociais e trabalhistas na Constituição de 1988, passando pelas greves locais e nacionais por categorias, até as greves gerais contra diversos planos econômicos", ou seja, foi um período marcado por diversas greves, que acabou por consolidar a ascensão do sindicalismo brasileiro (Santana, 2010: 295). Segundo Alves (2000: 116), a redemocratização política brasileira convivia com uma hiperinflação, em que o Estado estava numa crise estrutural, que acabou cooperando para a ascensão "do sindicalismo classista, de massas, de confronto, com as práticas 'obreiristas', seja de cariz socialista ou social-democrata, ocupando maior espaço político (o que veio, de fato, a caracterizar a CUT em seus primórdios)".

Aproveitando a efervescência das mobilizações sociais, a força adquirida pela luta sindical e o período de transição política no Brasil, os sindicatos, posicionados à esquerda, intensificaram o poder de pressão com o objetivo de forçar o governo a apressar o processo de redemocratização no país¹⁵. Iran Pas (2009) cita como o exemplo, a reivindicação do movimento sindical para se ter uma Assembleia Nacional Constituinte, cujo objetivo era o de garantir na legislação, de forma mais assegurada, significativos direitos para a classe trabalhadora, neste caso, através de uma nova carta constitucional. Por fim, (Pas, 2009) este período, além da intensidade na atuação dos movimentos grevistas, distinguiu-se pela organização e a solidificação das centrais sindicais, que tiveram inserção na organização dos setores assalariados médios e servidores públicos, e a crescente sindicalização dos trabalhadores, sobretudo, entre setores industrial e bancário.

¹⁴ A década de 1980 foi marcada pela criação da Central Única dos Trabalhadores (28/08/1983) e a Central Geral dos Trabalhadores (23/03/1986), posteriormente, o nome desta entidade foi alterado para Confederação Geral dos Trabalhadores (1989).

¹⁵ São acontecimentos que caracterizaram um Brasil de esperança, que, entretanto, inseria-se num cenário mundial nada promissor – a mundialização do capital avançava nos países capitalistas centrais, impulsionada pela política neoliberal (Alves, 1999). "Nesses países, assistíamos a uma crise do sindicalismo e dos partidos de esquerda. O Brasil, um país capitalista importante na geopolítica do 'Terceiro Mundo', nos anos 80 estava por fora da nova ordem mundial capitalista instaurada pela globalização" (Alves, 2000:112).

3.1 A CUT dos anos 90 e a intensificação do neoliberalismo

A transição dos anos de 1980 para os de 1990 foi marcada pela primeira eleição direta para presidente da República no pós-ditadura, cujos resultados vão precipitar a sociedade brasileira em um intenso processo de mudanças que teria efeitos políticos e econômicos de grande importância. O sindicalismo não deixaria de sofrer os seus impactos (Santana, 2010: 299).

A derrota eleitoral do Partido dos Trabalhadores e o fracasso do Sindicalismo brasileiro em construir uma unidade e, especial, a mudança estrutural e burocratização da Central Única dos Trabalhadores (CUT) "facilitou" a intensificação do receituário neoliberal no país. As lutas sindicais e sociais aconteceram, mas a resposta veio recheada com um forte ataque a estas ações. A luta coletiva deparou-se com o desemprego estrutural, rotatividade no emprego, flexibilização trabalhista e terceirizações. Somando-se também a crise ideológica sobre uma parte dos dirigentes sindicais com a queda do Muro de Berlim e, conseqüentemente, do espectro do socialismo real.

De acordo com Santana (2010) tivemos um acirramento no segundo turno das eleições presidenciais de 1989 dos então candidatos «Fernando Collor de Melo¹⁶ e Luiz Inácio Lula da Silva¹⁷», que defendiam projetos totalmente distintos para os destinos da sociedade brasileira. Este acirramento eleitoral acabou por eclodir no movimento sindical, em que de um lado a CGT se definiu por um apoio incondicional à candidatura de Fernando Collor de Melo e, do outro lado, setores identificados com a CUT apoiaram Luiz Inácio Lula da Silva, que foi derrotado no pleito.

Com a vitória eleitoral, Fernando Collor de Melo teve como principais medidas o confisco das cadernetas de poupança, ajustes econômicos voltados para a abertura comercial e a privatização de empresas estatais. Neste novo período para o sindicalismo nos anos 1990, foi necessário um enfrentamento por parte do movimento sindical que desenvolveu diversas ações impactantes. Por exemplo, uma greve geral, organizada pela CUT e CGT, com o objetivo de pressionar o governo a estabelecer uma política salarial favorável aos trabalhadores. Houve, também, mudança na composição das forças de atuação dentro do sindicalismo neste período, pois foi criada uma nova central sindical, a Força Sindical¹⁸ (Santana, 2010). Segundo Cardoso (2007), o governo Collor tentou,

¹⁶ Candidato por uma aliança capitaneada pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN).

¹⁷ Candidato de uma frente de partidos de esquerda capitaneada pelo Partido dos Trabalhadores – PT.

¹⁸ Criada no dia 08 de março de 1991, a Força sindical "foi constituída por setores do chamado 'sindicalismo de resultados', egressos da CGT, e que tinham como política clara rivalizar com a CUT, a

sem, sucesso criar um pacto social diante do fracasso de seu ajuste econômico e das disputas entre as centrais e a resistência de associações ligadas aos empregadores em participar deste pacto.

Um exemplo local, de sucesso momentâneo de concertação social, ressaltando a necessidade imediata de reação por parte dos sindicalistas, foi ação desenvolvida num dos pólos de resistência e luta do novo sindicalismo, o Grande ABC Paulista, que serviu de referência para algumas saídas a serem realizadas na defesa do emprego diante do fenômeno de deslocamento das empresas automotivas. A solução dos dirigentes sindicais foi a de irem até as sedes das indústrias automotivas construírem uma saída conjunta tendo como base de argumentação o impacto social e econômico nas regiões ao entorno das indústrias. Também são incorporadas outras saídas para a crise como envolvimento dos principais atores sociais e políticos da região. Esta experiência demonstrou que tanto os sindicalistas quanto o sindicatos começaram a incorporar novas responsabilidades em que a discussão sobre trabalho deixou de ser entre empresa e sindicato, e foi ampliada enquanto uma discussão social «sociedade e poder público».

As mobilizações políticas reacendem com a eclosão dos escândalos e acusações de corrupção sobre o governo de Fernando Collor de Melo, em que grande parte do movimento sindical inseriu-se às manifestações de rua pelo *impeachment* do presidente. O movimento sindical compreendeu esta situação como uma possibilidade de mudança na condução da política iniciada pelo governo como, por exemplo, a redução dos gastos públicos e globalização dos mercados. O Congresso Nacional acabou por impugnar o mandato de Collor e afastá-lo de suas funções em 1992. Assumiu a presidência o vice, Itamar Franco, que, para conter a crise econômica, através do combate à inflação e a estabilidade da moeda, lançou o Plano Real, junto ao seu novo ministro da Economia «Fernando Henrique Cardoso». O governo consegue sustentação política e consegue a estabilidade necessária até as eleições de 1994.

O Plano Real foi o carro chefe do ex-Ministro da Fazenda, então candidato a presidente Fernando Henrique Cardoso. Foram oito candidatos nas eleições de 1994 e a esquerda brasileira unificou-se no apoio ao Partido dos Trabalhadores, com Lula candidato, e havia uma expectativa de, no mínimo, uma polarização no segundo turno

qual já havia se tornado hegemônica no movimento sindical nacional,, comandando o que seria, em seu conjunto, a fatia mais importante e representativa das organizações de trabalhadores (Santana, 2010:300) .

entre favoráveis e contrários ao Plano Real, porém Fernando Henrique Cardoso venceu no primeiro turno com 54% dos votos válidos.

O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) deu continuidade à abertura comercial e às privatizações do governo anterior, sendo respaldado pela estabilidade da economia, o que foi fator preponderante nos seus dois mandatos¹⁹. Com os planos de privatização e quebra de monopólios, o governo teve como resposta uma forte oposição de setores do movimento sindical «petroleiros, eletricitários, telefônicos e previdenciários», tendo a CUT como articuladora. Para enfraquecer o movimento grevista, o governo publica um decreto-lei²⁰ descrevendo as diretrizes sobre as paralisações no serviço público, foi uma resposta para a forte greve dos petroleiros (Santana. 2010).

Há um consenso na literatura sociológica ao comparar o tanto que impactou o sindicalismo europeu, a derrota imposta pela Primeira Ministra ao movimento sindical dos mineiros ingleses em 1980. Esta relação pode ser feita com a derrota da greve dos petroleiros, em 1995, no governo de FHC. A CUT organizou no dia 31 de maio o "Dia Nacional de Solidariedade: somos todos petroleiros" reunindo um conjunto de apoios ao movimento sindical. Também, houve o apoio de uma frente parlamentar composta por diversos partidos, que se comprometeram em intermediar as negociações com a Petrobrás e, a partir disso o aceno positivo da direção da empresa, fez com que a Federação Única dos Petroleiros, filiada à CUT, apontasse para a suspensão da greve, que foi aprovada pela categoria, com exceção da categoria em Cubatão que havia ocupado a refinaria e deliberado a suspensão somente no dia seguinte. Abaixo, podemos perceber a forma com que o governo passou a tratar as questões sindicais:

O movimento foi considerado ilegal e abusivo pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) [...]. De posse deste trunfo, no fim do mês de maio, o governo deslocou tropas do exército para ocupar quatro das 11 refinarias da Petrobrás, sob a justificativa de que se dispunha a garantir o direito daqueles que queriam trabalhar. [...] Diante desta avalanche de pressões, os petroleiros voltaram ao trabalho no início de junho sem conseguir ver atendidas suas reivindicações e amargando pesada derrota [...] (Santana, 2010: 303).

¹⁹ De 01º/01/1995 a 01º/01/2003.

²⁰ O Decreto-Lei 1.480/95 descrevia que "os dias parados seriam considerados como faltas, que não poderiam ser abonadas, compensadas ou mesmo computadas para fins de tempo de serviço; exigia-se das chefias imediatas, sob pena de exoneração ou dispensa, a lista com o nome dos faltosos; e, em caso de os grevistas ocuparem funções gratificadas ou cargos comissionados, se tornariam passíveis de demissão" (Santana, 2010:310).

Esta greve conseguiu uma visibilidade nacional e o conflito entre o governo e o movimento sindical tinha uma simbologia importante: a vitória deste movimento seria uma forte derrota para as estratégias de aprofundamento nas políticas neoliberais. A derrota do movimento seria a demonstração de força do governo diante de um dos braços de referência do movimento sindical. Neste sentido, o retorno dos petroleiros ao trabalho, sem terem alcançado o atendimento das reivindicações durante a greve, teve reflexos nas futuras ações sindicais, ou seja, foi uma das maiores derrotas do sindicalismo brasileiro, principalmente do setor público.

Concomitante, o movimento sindical nacional começou a ser impactado pela abertura econômica, a privatização e a estabilização diante das crescentes taxas de desemprego. Ou seja, a recessão econômica e o desemprego eram as questões primordiais no debate colocado para os trabalhadores e, também, estavam presentes nos argumentos dos setores empresariais ao explicarem as dificuldades de reposição salarial (Pas, 2009). A competitividade (em âmbito internacional) fez com que as empresas reestruturassem e incorporassem os novos padrões de produção. Assim, a participação dos trabalhadores nas mobilizações já não eram as mesmas. Já, as privatizações fizeram com que houvesse uma redução no poder de resposta dos sindicatos do setor público, que formavam a principal base de sustentação das centrais.

Diante deste quadro, Alves (2006: 465) salienta que a década de 1990 foi marcada pelo surgimento do neocorporativismo sindical caracterizado pela descentralização das negociações coletivas do trabalho e a proliferação de arranjos tripartites paritários²¹, que com "as concessões políticas e econômicas", buscou se defender, "enquanto burocracia sindical", perante um período de grande investida capitalista na produção. Neste tipo de estrutura tripartite paritária, como dissemos, existem avanços, porém a disputa se dá dentro de um sistema capitalista em que, de acordo com Silva (2001: 39) "a igualdade de voto para trabalho, capital e governo em si não equilibra a correlação de forças e pode não ser capaz de nivelar o poder para decidir".

²¹ A gestão tripartite e paritária é a atuação colegiada entre os representantes do governo, dos trabalhadores e dos empresários que têm a função de gerir os recursos destinados do Sistema Público de Emprego, através do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT. Segundo Alves (2006:467) "é perceptível no decorrer dos anos de 1990 uma maior participação dos sindicatos nos *fóruns de políticas públicas* e *fóruns tripartites* de discussão sobre capacitação tecnológica e de qualificação profissional, o que demonstra uma maior preocupação dos sindicatos em interferir na definição de políticas públicas".

A turbulenta mudança política e econômica sentida pelo sindicalismo brasileiro é analisada por Alves (2006), quando são observadas as dificuldades em construir greves gerais por categoria, em que a média de grevistas por greve decresce (de 7.096 em 1993 para 2.496 em 1999), mesmo, como é demonstrado na tabela 1, que tenha existido um crescente número de greves. Isso demonstra "um sintoma das dificuldades de mobilização sindical nas condições adversas objetivas de um novo regime de acumulação produtiva" (Alves, 2006:466).

Tabela 1. Número de greves, grevistas e média de trabalhadores por greve 1992-1997

Anos	Greves	Grevistas	Média de grevistas por greve
1990	1956	9.084.672	4644
1991	1128	7.527.732	6674
1992	624	2.819.412	4518
1993	732	5.194.020	7096
1994	1128	3.266.076	2896
1995	1128	2.654.628	2353
1996	1332	2.694.180	2023
1997	684	896.172	1310
1998	600	1.714.692	2858
1999	552	1.378.668	2496

Dados: Dieese, 2002

Neste sentido, os sindicatos passam a mudar as reivindicações diante do desemprego e a precariedade no trabalho, ratificada pela predominância de políticas de um movimento sindical propositivo de aspecto neocorporativo e de participação. De acordo com Santana (2010) nos anos de 1980 os sindicatos tinham como prioridade a questão econômico/salarial, porém, nos anos de 1990 os sindicatos tomam como prioridade garantir o emprego e campanhas que combatiam o desemprego. Como defende Alves (2000), a década neoliberal foi um período marcado pela crise do sindicalismo brasileiro, com queda de sindicalização e redução da eficácia da ação sindical, diferentemente de uma crise sindical, pois as burocracias sindicais sobreviveram com a manutenção de suas estruturas.

A CUT se insere numa década de transformações política, econômica e social e estrutura-se institucionalmente com o objetivo de dar respostas à realidade vivenciadas pelos trabalhadores, no que tange ao crescimento da informalidade, mudanças na produção e no trabalho como negociações sobre renda variável (Participação nos Lucros

e Resultados), jornadas de trabalho flexível com os bancos de horas e a insegurança e precariedade no trabalho. O pensamento majoritário na CUT acaba por assumir uma *ideologia legalista* (Boito, 1991) em que as orientações sobre as suspensões das greves obedeciam a um preceito legalista diante do receio da intervenção do Estado. Isso contraria a origem constitutiva da central de autonomia frente ao Estado, assumindo o divórcio da luta econômica com a luta política. Acrescenta-se que as disputas entre as centrais pela conquista de representatividade, fortaleceram o papel mediador do Estado, e surgem ações de conquista de filiados como *sindicato de resultado*, *sindicato cidadão*, *sindicato ético*, *sindicato inovador*, *departamento jurídico forte* *sindicato forte*.

Por fim, mesmo mantendo em seu estatuto a independência frente ao Estado, o discurso dos dirigentes sindicais da CUT de crítica à estrutura sindical oficial, caloroso nos anos de 1980, se contradiz com a prática da maioria dos dirigentes sindicais em decisões referentes à restrição de participação de oposições e da base que a mesma representa, intermediação com o poder público, principalmente com as experiências nos governos petistas como descreveremos na análise do estudo de caso. Podemos dizer que a década de 1990 encerrou-se com uma das principais centrais sindicais consolidando o uso do modelo corporativo, que tanto combateu, ao aproximar-se para dialogar com os representantes empresariais do setor privado.

3.2 A CUT dos anos 2000: Governo Lula e cenário sindical

Mesmo com as transformações passadas pela CUT «dentro e fora» nos anos anteriores, a entidade inicia os anos 2000 consolidada como uma referência internacional, sendo a maior central brasileira e da América Latina e a quarta maior do mundo. Porém, ainda mantinha-se limitada diante das políticas implementadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, que conseguiu sua reeleição em 1998 gozando de uma alta popularidade. Derrotando novamente a coligação de esquerda, encabeçada por Lula do PT, como ressalva, o PSTU saiu da coligação e concorreu com candidatura própria e não atingiu 1% dos votos válidos. Com a contenção da inflação e estabilidade da moeda, Fernando Henrique Cardoso venceu no primeiro turno com 53% dos votos válidos contra os cerca de 32% da coligação de esquerda.

Porém, os últimos anos do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB) passaram por uma forte crise na economia, em que o seu apoio ao candidato a presidente José Serra enfrentava dificuldades. O Partido dos Trabalhadores ampliou o

leque de sua base de coligação com a inserção de partidos conservadores como o Partido Liberal (PL) e o Partido da Mobilização Nacional (PMN), mantendo a coligação com partidos de esquerda como PCB e PC do B. Outros grupos ligados a partidos conservadores deram apoio. O PT internamente viveu um grande conflito, principalmente com tendências dentro partido que eram contrárias a esta coligação, caracterizada como uma aliança entre o operário, Lula, e empresário, José de Alencar. Com a possibilidade de Lula vencer a eleição, o principal adversário explorava a pressão dos investidores e economistas que tinham temor à vitória de que um candidato da esquerda significasse o aprofundamento de uma crise no Brasil. Nas sondagens eleitorais havia uma forte possibilidade da vitória de Lula no primeiro turno e para acalmar os mercados, o PT lançou uma carta de intenções que basicamente definia a manutenção de continuidade dos contratos assinados pelo Brasil. O candidato de Fernando Henrique Cardoso, José Serra, consegue levar as eleições para o segundo, porém, Lula obtém uma estrondosa vitória com 61% dos votos válidos.

Segundo Lima (2004) a CUT durante este processo posicionou-se pelo apoio à candidatura de Lula, abrindo mão de seu princípio de independência frente a qualquer partido. Se em 1989, com a forte presença de Lula no movimento sindical e social a entidade optou pela neutralidade sobre as eleições presidenciais, nas eleições de 2002, aprovou na 10ª Plenária Nacional o apoio à candidatura de Lula diante da viabilidade eleitoral nas pesquisas, desconsiderando as possíveis candidaturas de partidos da esquerda, como de José Maria de Almeida (PSTU) e Rui Costa Pimenta do (PCO²²). Por um lado o PT priorizou as disputas eleitorais e abandonou a sua origem ideológica de ser um partido de massas com inserção nos movimentos sociais, por outro a CUT aprofunda a crise da sua força de cariz ideológica, marcada pelo sindicalismo classista, autônomo e independente de partidos e do Estado.

Em nome da governabilidade e da aliança eleitoral, o Partido dos Trabalhadores, do presidente Lula, assumindo um compromisso pelo social, mantendo as privatizações realizadas nos governos antecessores, uma bandeira histórica da CUT e do PT caiu no "esquecimento" como as campanhas nacionais pela revisão da privatização da Companhia Vale do Rio Doce (Vale é o nome atual), era uma importante empresa

²² Partido da Causa Operária criado em 1995, originário da tendência Causa Operária, uma das correntes trotskista dentro do PT, constantemente fazia denúncias contra as alianças eleitorais, consideradas alianças com partidos da burguesia, ocasionou na expulsão dessa corrente no partido.

pública no ramo da mineração, que foi vendida no governo Fernando Henrique Cardoso seguindo um dos receituários do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Segundo Cardoso (2007), o diálogo social tornou-se a essência do governo Lula, ao utilizar a idéia que regia as câmaras setoriais realizadas pelos sindicatos do Grande ABC Paulista, criou conselhos que tinham a função de elaborar políticas públicas, como foi o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), um fórum com temas a ser discutidos com representantes de diversos segmentos da sociedade civil. Este conselho, basicamente, discutiu temáticas que interessavam o governo em seu primeiro ano, as reformas da previdência social e do sistema fiscal.

A reforma da Previdência Social reacendeu a necessidade de luta dos trabalhadores, principalmente do setor público, porém a CUT assume um posicionamento favorável sobre a esta reforma. Num ato que seria organizado contra a reforma em 2003 e a possibilidade de uma greve, a CUT confirmou presença, mas sem se comprometer com a organização do mesmo, e caso ocorresse uma greve manter-se-ia neutra (Lima, 2004). O movimento sindical mobilizou-se, mesmo com os conflitos latentes com CUT e a divergência de parlamentares da esquerda radical do PT, porém não foi suficiente para impedir a aprovação da reforma que acabou com a paridade entre servidores ativos e aposentados, cobrança de contribuição dos inativos e a criação de fundos complementares de Previdência.

3.3 Como ficou o movimento sindical do setor público?

O movimento sindical do setor público federal e, conseqüentemente, os das demais esferas públicas, assim como outros movimentos sociais, construíram muitas expectativas com a eleição de Lula em 2002. Visto que, ao longo dos anos desempenharam um papel importante nos anos de ascensão do movimento sindical à partir das greves dos operários, além de contribuir sobremaneira na fundação da CUT.

Numa análise geral sobre o papel político, histórico e social sobre o sindicalismo setor público, podemos perceber que basicamente o movimento sindical tinha a sua inserção especificamente no setor privado, ou seja, esta inserção era inicialmente no setor privado manual, manufatureiro, e, posteriormente, no setor de serviços, neste caso, nas ferrovias, portos e trabalhos públicos urbanos. Justamente por esta origem é que o movimento operário teve protagonismo na maioria das pesquisas acadêmicas. Tomamos

o cuidado de apresentar uma breve contextualização história e social do papel exercido pelo sindicalismo do setor público.

A seguinte divisão elaborada por Rodrigues (2002) nos ajuda a entender melhor a evolução histórica do sindicalismo: na primeira fase tivemos o *sindicalismo de ofício* em que as organizações sindicais reuniram a nata da classe operária da época, os trabalhadores qualificados, profissionais com formação artesanal polivalente num período em que as máquinas ainda não haviam substituído o uso manual das ferramentas. A segunda distinguida pelo *sindicalismo de Trabalhadores Industriais* que com o surgimento da produção em série e em massa, a extensão dos princípios tayloristas-fordistas, propiciaram o aparecimento de novo tipo de sindicalismo, destinado a abranger os operários não qualificados, «trabalhadores negros; e a inserção das mulheres. E a última etapa, o *sindicalismo do Setor Público*, mais especificamente na década de 1960, a sindicalização do setor público pode ser equiparável à superação dos sindicatos de ofício pelo sindicalismo dos operários fabris, ou seja, uma nova etapa do sindicalismo.

Ao falarmos do sindicalismo no setor público devemos entender, primeiramente, que o sindicalismo dos empregados de escritório, dos setores de serviços, foi tratado como sindicalismo de *classe média*, o que de acordo com a terminologia anglo-americana, era chamado de um *White-collar unionism*²³.

O uso do termo "trabalhador de colarinho branco", para designar o empregado de escritório, o comerciário, o bancário, o professor, etc. que usava gravata, símbolo de distinção, é indicativo de que, então, preocupava-se mais com o *tipo de tarefa*, isto é, tarefas não-braçais, não-manuais, do que com o *setor de atividade*, se público ou privado, se ligado ao mercado ou ao Estado, em que se localizava o empregado (Rodrigues, 2002: 85).

Entre os motivos que levaram a crescente inserção desta "classe média", bem como o seu poder de ação sindical pode ser caracterizada tanto pela perda de renda, de status e de estilo de vida quanto pela burocratização dos procedimentos de seleção, racionalização dos serviços e mecanização de tarefas de escritórios. Ou seja, percebe-se um declínio destes segmentos, que não possuíam sindicatos e tão pouco direito de greve, e sentiam a corrosão nos salários diante dos períodos inflacionários. E com a burocratização o trabalho foi simplificado ao ponto de possibilitar o acesso de outras camadas sociais aos empregos que eram ocupados, em geral, por familiares oriundos desta classe média.

²³ Sindicalismo de Colarinho Branco.

É interessante ressaltar que a sindicalização de classe média ou de não manuais, no mundo ocidental, foi maior nos segmentos advindos da administração pública (seja federal, estadual ou municipal). Assim, podem perceber que a maciça sindicalização da classe média foi, sobretudo, da classe média estatal.

Portanto, conforme defende Rodrigues (2002), o sindicalismo de classe média possui ressalvas em relação ao seu estrondoso crescimento, pois, devemos considerar que, de fato, a melhor formulação é a de um crescimento do sindicalismo dos trabalhadores e empregados do setor público, conjugado tanto pela presença dos trabalhadores «não manuais» quanto dos manuais, ou seja, os de «classe média», os *White-collars* e os *Blue-collars*, denominados, respectivamente, pelos de «colarinho branco» e pelos de «colarinho azul», estes últimos, relacionados à velha classe operária manual. A inserção dos funcionários públicos foi essencial para reativação do sindicalismo, visto que reacendeu, um pouco mais, o dinamismo das estruturas sólidas e adaptadas do movimento sindical.

É inegável o papel preponderante do movimento sindical operário nos anos de 1970 e 1980, assim como, é indiscutível a atuação decisiva do setor público na impulsão do fortalecimento da luta contra o regime autoritário e, também, na criação da CUT. O movimento sindical do setor público destacou-se por uma forte atuação de segmentos oriundos da educação e saúde num cenário em que as associações cumpriam ações marcadas pelo assistencialismo e clientelismo. Inicia-se um movimento em que as associações e/ou movimentos de oposição começam a assumir um caráter sindical e de oposição ao regime militar, dado que o fator motivador está relacionado com as questões econômicas e políticas da condição de trabalho, como exemplo temos as greves tanto dos professores da rede estadual de ensino de São Paulo (organizada por oposições sem a participação e apoio da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP²⁴) quanto a dos professores do Estado de Minas Gerais (rede pública, em sua maioria, e rede privada) em 1979 (também organizada por oposições sem a participação e apoio da Associação das Professoras Primárias do Estado de Minas Gerais (APPMG²⁵) e do Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais (SINPRO/MG²⁶). Outras greves eclodiram como no Paraná, em Brasília (1978) e Rio de Janeiro (1978). Segundo Nogueira (1996: 73) "os professores atuaram com uma

²⁴ Atualmente Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo.

²⁵ Atual sindicato com o nome de Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais.

²⁶ Atuação sindical na rede privada de ensino.

espécie de vanguarda dos movimento dos servidores públicos e das classes médias", o autor compara a ação dos professores com movimento grevista ocorrido no Grande ABC Paulista. No capítulo 4 daremos um maior detalhe quanto a participação do movimento sindical docente no processo de redemocratização do Brasil.

O sindicalismo do setor público (federal, estadual e municipal), vivencia um forte ascenso na década de 1980 em que foram deflagradas greves que se arrastavam por vários dias, num período marcado por crise econômica, arrocho salarial e péssimas condições de trabalho situações também vinculadas com a crise do Estado no período de redemocratização. Isso permite que os trabalhadores do serviço público construam uma identidade de classe na busca de ações coletivas com características sindicais.

Marcado pela combatividade o movimento sindical do setor público acaba por incorporar-se nas ações de criação da CUT em 1983, assumindo, desta forma, uma identidade de independência frente ao Estado e de classe. Porém, de acordo Nogueira (1996: 81) devemos ressaltar que este segmento pertence às classes médias e, como tal, vivem uma oscilação na estrutural social, "entre a conservação e a mudança, e que sofreu rapidamente a queda de suas condições econômicas e salariais".

Esta identificação profunda com a CUT começa a ser abalada com a experiência negativa da reforma previdenciária no governo Lula e, com a conivência da entidade representativa. Ainda não sabemos as proporções deste abalo e mais dados empíricos serão necessários. O certo é que a decepção converge com o movimento das correntes ideológicas que perderam a identidade com a CUT e começaram construir alternativas para o sindicalismo brasileiro fora desta entidade. Isso ainda não significa um rompimento em massa, mas uma interrogação que poderá ser respondida com as experiências ao longo das atividades sindicais.

3.4 Conlutas: construção de uma alternativa?

Sem por um lado os estudos sociológicos revelavam a forte pressão da reestrutura produtiva sobre o sindicalismo, e com isso a crise ou o declínio do mesmo, ao compararem a reação das ações coletivas dos finais de 1970 e início dos anos de 1980 com os anos de 1990, por outro, a literatura começa a fazer algumas ponderações, principalmente pelo momento político, econômico e social nacional e internacional. Não houve falta de luta por parte do movimento sindical, mas os resultados não foram satisfatórios para os trabalhadores. Boito Jr. e Marcelino (2010) reconhecem que,

realmente, houve um refluxo do movimento sindical em escala internacional, principalmente, ao se fazer uma comparação do sindicalismo dos anos de 1980 e 1990 com o dos anos de 1970.

Contudo, Boito Jr. e Marcelino (2010) fazem uma crítica sobre a perspectiva de saídas para os sindicatos ao se caracterizar o refluxo do movimento sindical enquanto crise estrutural ou declínio do sindicalismo. Isto abre possibilidade de se pensar que, talvez, não haja uma saída para o movimento sindical. Neste sentido, é equivocado fazer uma análise da classe operária e do sindicalismo isoladamente do processo político e internacional, pois a conjuntura política e ideológica tem um peso fundamental para a ação das forças sociais, como, por exemplo, o movimento sindical.

Num estudo sobre as tendências da sindicalização no Brasil, ente 1992 a 2009, Pichler (2011) conclui que neste período houve um aumento do número de filiados e das taxas de sindicalização, com uma pequena queda da densidade sindical nas áreas urbanas (-1,5 ponto percentual) entre 1996 a 1998. Os dados de afiliados a sindicatos em 2009 eram de 9.886, 4 mil, destes de homes (60,1% do total geral de associados) e 6.563,9 mil de mulheres (39,9%). Um ponto importante destacado pelo autor foi o de que entre 1992 a 2009 o número de sócios do sexo masculino cresceu para 26,7%, sendo que os do sexo feminino mais que dobrou (109,4%). Além do número de novos sócios do sexo feminino ter representado 62,2% do total de novos sócios neste período. Estes dados inserem o Brasil entre os poucos países com um aumento dos níveis de sindicalização, salientando que o período de crescimento das taxas de densidade foi a partir dos anos 2000, sendo as mulheres as responsáveis por este crescimento. A década de 1990 foi marcada pelo declínio da densidade sindical nas áreas urbanas.

Um outro estudo sobre o ciclo de greves de 2004 a 2008 no Brasil, Boito Jr. e Marcelino (2010) avaliam que há uma conjuntura de recuperação da atividade sindical, ao analisarem os dados estatísticos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). De acordo com a pesquisa dos autores, no referido ciclo, a ação grevista esteve numa condição razoavelmente elevada, e, ao todo, na maior parte das greves resultou em ganho real nos salários; na cúpula do movimento, manteve-se o acirramento pela condução da política sindical e com isto surgem novas centrais sindicais. Este cenário de "recuperação da luta sindical pode ser tomada como um indicador da vitalidade do sindicalismo como movimento social" (Boito Jr. e

Marcelino (2010: 328). Quanto ao ganho real, considerando o INPC²⁷ calculado pelo IBGE²⁸, Boito Jr. e Marcelino (2010), defendem que os acordos salariais cresceram muito a partir de 2004, ponto inicial do ciclo de greves²⁹. Abaixo, a tabela 2 reforça a tese apresentada de que houve uma melhora considerável sobre os reajustes dos trabalhadores.

Tabela 2. Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC-IBGE. Brasil, 1998 a 2007

Ano	Acima do INPC		Igual ao INPC		Abaixo ao INPC		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1998	141	43,5	64	19,8	119	36,7	324	100
1999	111	35,1	46	14,6	159	50,3	316	100
2000	190	51,5	56	15,2	123	33,3	369	100
2001	214	43,2	97	19,6	184	37,2	495	100
2002	123	25,6	134	27,9	223	46,5	480	100
2003	103	18,8	125	22,8	320	58,4	548	100
2004	361	54,9	171	26	126	19,1	658	100
2005	459	71,7	104	16,3	77	12	640	100
2006	565	86,3	70	10,7	20	3,1	655	100
2007	627	87,7	59	8,3	29	4	715	100

Fonte: Lucio, Clemente Ganz 2008 "Balço das negociações coletivas e das greves no Brasil no período 1998-2007" (Dieese: São Paulo) pág. 5.

Como podemos perceber, especificamente no ano de 2004, período em que Boito e Marcelino (2010) consideram como o ponto inicial do atual ciclo de greves, que aumentou muito o número de acordos salariais com reajuste acima do INPC, há um salto de 18% «2003» anterior» para 54% «2004» do número de acordos. Posteriormente, houve uma continuidade do crescimento deste montante, em que a porcentagem chegou a 87% de acordos com reajuste acima da inflação no ano de 2007.

A Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas³⁰) surge justamente neste ascenso das lutas sindicais e sociais em 2004. Principalmente, depois da aprovação da Reforma

²⁷ Índice Nacional de Preços ao Consumidor, medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

²⁸ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

²⁹ "No documento "Estudos e Pesquisas nº 43: balanço das negociações e reajuste salariais em 2008" de 2009, o Dieese faz um série que vai desde o ano de 1996 até 2008, comparando os índices de reajuste salarial com o INPC-IBGE do período. Desagregando os dados para uma comparação entre o período 1996-2003 e o período do novo ciclo de greves (2004-2008), temos o seguinte: a média anual de reajustes abaixo do índice INPC-IBGE para o período 1996-2003 foi 44% das categorias, enquanto essa mesma média para o período 2004-2008 foi de 10,1% das categorias. Podemos, então, afirmar que uma das características do novo ciclo de greves é que os resultados da ação sindical têm sido muito mais favoráveis aos trabalhadores que no período anterior" (Boito Jr. e Marcelino, 2010:333).

³⁰ No CONCLAT em 2010 se ampliou e aderiu a nome CSP Conlutas – Central Sindical e Popular.

da Previdência Social e o anúncio do governo Lula de implementar novas reformas. A construção de uma alternativa ganhou força porque durante o ano de 2003 a CUT não mostrou a sua disposição de barrar a reforma, num momento de intenso conflito entre o governo e trabalhadores do setor público, com atos públicos, além das grandes marchas e greves. O conflito dentro do PT chegou num momento de inflexão quanto ao posicionamento dos parlamentares sobre a reforma que, como resultado, o diretório nacional do partido aprovou a expulsão de quatro parlamentares por terem votado contra a reforma³¹. Posteriormente, estes parlamentares, conjuntamente com alguns líderes de sindicatos, movimentos sociais e intelectuais que se desligaram do PT, fundaram o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

A possibilidade de uma reforma sindical foi também mais um elemento de conflito no movimento sindical e incentivador do rompimento de algumas entidades sindicais com a CUT. A proposta de uma reforma sindical foi debatida num dos fóruns criados no início do governo Lula, o Fórum Nacional do Trabalho (FNT) e teve uma forte reação do sindicalismo brasileiro em 2004, porém, com uma divergência quanto à reivindicação. O Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), composto por confederações e centrais sindicais «dentre elas a CUT», organizou um grande ato contra esta proposta, porém, deixaram nítido a defesa do imposto sindical obrigatório e a unicidade sindical. Outro ato foi realizado contra as reformas sindical e trabalhista, este coordenado pela Conlutas, que criticava a postura das centrais e confederações. Como não houve um acordo unificado e havia, ainda, interesses não resolvidos entre as centrais o projeto do governo não teve continuidade.

A campanha eleitoral de 2006, para a reeleição do presidente Lula foi marcada pela unificação da CUT com as grandes centrais e os principais movimentos sociais diante do forte ataque dos setores da burguesia, representados pelo candidato do PSDB. José Serra. Utilizamos a obra de Poulantzas (1978), O Estado, o Poder e o Socialismo, dentro do contexto europeu, para compreender o cenário político e eleitoral brasileiro. O autor traz elementos interessantes quando discute a proposta da transformação radical do Estado, numa perspectiva de construir um socialismo democrático. Faz uma forte crítica à experiência socialista na Rússia e nos países do Leste Europeu, e defende um socialismo democrático com a permanência do pluralismo democrático «partidos e ideologias», o sufrágio universal, as liberdades políticas «mesmo quando há

³¹ Deputados Federais Babá, Luciana Genro e João Fontes, além da senadora Heloísa Helena.

adversários», ou seja, defende a manutenção das instituições representativas para se ter a condição necessária de um socialismo democrático. Mas, para esta garantia é necessário que haja uma intervenção das massas populares sob o Estado Capitalista, com iniciativas próprias no meio deste mesmo Estado. Os perigos de um socialismo democrático tornam-se mais latentes quando a oposição burguesa procura destruir o governo «os aparelhos do Estado». Daí a importância das alianças populares, a união dos movimentos de classe e dos movimentos identitários. A eleição para o segundo mandato de Lula trouxe um pouco desta essência defendida por Poulantzas (1978), pois os movimentos sociais vinculados ao governo construíram uma unidade contra o ataque da burguesia, identificada nos partidos de direita, sendo a CUT o carro chefe de defesa da continuidade do projeto do governo petista. Se num período constituiu-se como um contra-poder nos anos de 1970 até 1990, pois havia um inimigo em comum, ora representado pela ditadura militar, ora durante o processo de redemocratização, ora pelo regime democrático em que o Estado aprofunda as práticas neoliberais com as reformas e as privatizações. Nestas eleições, este espectro foi usado para a continuidade de um governo que considera como democrático e popular. Quando dizemos que foi um pouco da essência da discussão teórica de Poulantzas (1978), foi porque o extrato central não havia, neste caso, a independência tanto da CUT quanto destes movimentos sociais em relação ao Estado. Sem contar, a relação do partido com maior influência de massa, o Partido dos Trabalhadores, se via envolvido numa dinâmica burguesa de tráfico de influência, interesses corporativistas, desvio de recursos públicos para fins partidários, o que Poulantzas (1978) chama de negocismo do partido dominante. A CUT surge tendo como influência a corrente hegemônica «Articulação Sindical», que combatia o socialismo real. Segundo Poulantzas (1978), dentro do socialismo democrático sempre tentarão destruir o Estado, neste caso a burguesia. Neste sentido, o governo Lula se cercou de amplos apoios, representados pelo movimento sindical, movimento negro, movimento de mulheres, ecológicos, movimento LGBTT³². Estes movimentos acabaram se movimentando para garantir a continuidade deste governo.

A proximidade de movimentos sociais e, principalmente, das maiores centrais sindicais com o presidente Lula foi marcada pela incorporação de lideranças sindicais³³

³² Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

³³ Pelo fato de muitos militantes do PT militarem na CUT, isso acabou fazendo “com que vários ministros e funcionários do primeiro escalão do governo fossem recrutados junto à central, caso de Jacques Wagner, ex-ministro do Trabalho e do Emprego, ex-ministro do Conselho de Desenvolvimento

no governo. Segundo Boito, Galvão e Marcelino (2009), este foi um período em que sindicalismo brasileiro passou por um processo de reorganização com a fundação de novas centrais sindicais, fruto das diferenças entre base «e correntes ideológicas» e cúpula do movimento sindical, formando, assim, novas organizações de cúpula. O pano de fundo, além da disputa da representatividade, era a garantia de sobrevivência frente à possível reforma sindical.

Boito Jr. e Marcelino (2010: 330) defendem que há uma recuperação do movimento sindical nos anos de 2000, denominado como o *novo ciclo* de greves, mesmo com um nível de atividade grevista inferior ao da década de 1990. Para os autores, as mudanças na conjuntura econômica, política e ideológica possivelmente ajudaram na recuperação do sindicalismo. Ou seja, quando há uma mudança na conjuntura, respectivamente a situação do movimento sindical também muda³⁴. Já, o estudo realizado por Boito, Galvão e Marcelino (2009), sobre o movimento sindical e popular na década de 2000 no Brasil, evidencia a força dos movimentos sociais «rural e urbano» em relação ao poderio reivindicativo, porém, não existe um movimento de massas centrado no combate ao capitalismo neoliberal. Para os autores, no período dos governos de Collor e FHC a repressão ao movimento sindical foi ponto de maior destaque, no governo Lula o sindicalismo deparou-se com uma política de pequenas concessões, em que houve a aproximação de muitos dirigentes sindicais «cooptados pelo governo» e, por este motivo, uma acomodação das principais centrais sindicais «CUT e Força Sindical» diante das reformas «previdenciária, sindical e trabalhista» que foram implementadas pelo governo e, no caso da CUT, houve a substituição da sua prática sindical de luta contra o neoliberalismo pela aceitação da reforma deste modelo

Econômico e Social (CDES) e ex-ministro da Secretaria de Relações Institucionais (ex-presidente do Sindiquímica da Bahia e fundador da CUT naquele estado); de Ricardo Berzoini, ex-ministro da Previdência e ex-ministro do Trabalho e do Emprego (ex-presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo); de Luiz Gushiken, ex-secretário de Comunicação do Governo e ex-secretário do Núcleo de Assuntos Estratégicos (também ex-presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo); de Luiz Marinho, ex-ministro Trabalho e do Emprego e ex-ministro da Previdência (ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e ex-presidente da CUT). Nesse contexto, a CUT passou a enfrentar dificuldades crescentes para manter sua independência frente a um governo que não apenas havia ajudado a eleger e com o qual se identificava, mas que contava com a participação direta de lideranças cutistas" (Boito; Galvão; Marcelino, 2009:46).

³⁴ "Essa divisão do sindicalismo brasileiro comporta dois aspectos contraditórios. De um lado, indica vitalidade, pois a criação de novos organismos de cúpula foi o caminho encontrado por uma parcela do movimento sindical para organizar os trabalhadores de forma independente do governo e para disputar as bases sindicais com as centrais sindicais acomodadas. De outro lado, essa mesma divisão permitiu, também, que a política sindical de acomodação com o governo fosse "premiada", já que algumas organizações foram criadas visando apenas a usufruir das benesses oferecidas pelo governo graças à nova legislação sindical" (Boito, Galvão e Marcelino, 2009:45).

neoliberal. Abaixo, apresentamos a tabela 3 com o índice de representatividade das centrais sindicais brasileiras:

Tabela 3. Índice de representatividade das Centrais Sindicais no Exercício de 2011
(Base de Número de Sócios em 21/12/2010)

Central Sindical	Nº de Sindicatos	Nº de Sócios	Índice de Representatividade
CUT	2.016	2.381.634	38,32%
Força Sindical	1.508	877.446	14,12%
UGT	893	490.153	7,89%
CTB	493	483.010	7,77%
NCST	844	437.229	7,04%
CGTB	379	436.332	7,02%
CONLUTAS	68	116.380	1,87%
CSP	65	13.806	0,22%
Sem Central	3.207	-	15,75%
	9.473	5.235.990	100%

Dados: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)/Secretariado de Relações de Trabalho (SRT)

A CUT mantém a sua força de representatividade com maior número de sindicatos (2.016) e grande concentração de associados (2.381.634). Ainda há um grande número de sindicatos sem vinculação a qualquer uma das centrais sindicais (3.207). Abaixo, procuramos fazer uma descrição do perfil das entidades sindicais nacionais:

*CSP/Conlutas*³⁵: Criada em 2004, como Coordenação Nacional de Lutas «dissidente da CUT», ampliou-se com a criação da CSP-Conlutas «Central Sindical e Popular», no Congresso Nacional da Classe Trabalhadora – CONCLAT de 2010. Constituída pela Conlutas, MTST «Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto», MUST «Movimento Urbano dos Sem-Teto» e outras organizações do movimento popular urbano, pelo MTL «Movimento Terra, Trabalho e Liberdade», Anel «Assembléia Nacional de Estudantes Livre», o Movimento Mulheres em Luta, o Movimento Quilombo Raça e Classe, dentre outros. Tem como campo majoritário na coordenação, militantes do Partido Socialista Unificado «PSTU»³⁶.

³⁵ <http://cspconlutas.org.br/> (Acesso: 08/06/2011).

³⁶ PSTU, originário da corrente Convergência Socialista «de origem trotskista é seção, no Brasil, da Liga Internacional dos Trabalhadores – LIT», fundado em 1994, a maioria dos que fundaram este partido vinha de uma ruptura com o PT. <http://www.pstu.org.br/> (Acesso: 13/05/2011).

CGTB³⁷: Criada em 1986, primeiramente como Central Geral dos Trabalhadores, passou a utilizar o nome de *CGT Central* porque a Confederação Geral dos Trabalhadores havia registrado a marca CGT e ingressou com uma ação judicial impedindo a utilização desta mesma sigla. Em 2004, a CGT Central registrou-se como Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB). Em 2010, incorporou, num processo de fusão, a Central Sindical de Profissionais (CSP).

CTB³⁸: Criada em 2007, a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, formada por antigas correntes da CUT, uma ligada ao Partido Comunista do Brasil «PC do B» e outra ao Partido Socialista Brasileiro «PSB». Ressalta-se que não há uma divergência política de fundo desta entidade com a CUT, ao ponto de considerá-la enquanto uma adversária. A disputa seria pelo recebimento do imposto sindical.

Força Sindical³⁹: A Força Sindical (FS) foi criada em março de 1991 através de um congresso realizado no Memorial da América Latina, na cidade de São Paulo. Surge com um discurso de levar a luta dos trabalhadores de forma moderna de combater quando for o momento, mas sobretudo, ser uma central com sabedoria nas negociações entre capital e trabalho, e com um projeto de defender um Brasil mais justo e solidário. A maioria dos dirigentes sindicais são filiados ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), tendo como presidente atual da entidade, Paulo Pereira da Silva, Deputado Federal pelo partido. Também, há dirigentes sindicais filiados ao PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira).

Intersindical (is): Surgiu em 2006, também em oposição a CUT, foi composta por sindicalistas ligados a partidos de esquerda como setores do Partido Socialismo e Liberdade «PSOL», em que uma corrente interna construiu outra Intersindical, no ano de 2008, «Instrumento de Luta, unidade da classe e de construção de uma central⁴⁰», e sindicalistas ligados ao Partido Comunista Brasileiro «PCB» e pela Alternativa Sindical Socialista «ASS», da primeira Intersindical, «Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora PCB⁴¹», deste movimento alternativo nem todos os dirigentes e sindicatos saíram da CUT.

³⁷ <http://www.cgtb.org.br/> (Acesso: 08/06/2011)

³⁸ <http://portalctb.org.br/site/> (Acesso: 08/06/2011).

³⁹ <http://www.fsindical.org.br/portal/> (Acesso: 08/06/2011).

⁴⁰ <http://www.intersindical.inf.br/index.php> (Acesso: 08/06/2011).

⁴¹ <http://www.intersindical.org.br/index.htm> (Acesso: 08/06/2011).

*NCST*⁴²: Criada em 2005, a Nova Central Sindical de Trabalhadores constituiu-se por um conjunto de sindicatos, federações e confederações. Com a regulamentação das centrais surgiu da necessidade de garantir que os recursos financeiros (imposto sindical) de seus sindicatos filiados fossem canalizados para a manutenção de suas estruturas.

*UGT*⁴³: Criada em 2007, a União Geral dos Trabalhadores como resultado da fusão da Confederação Geral dos Trabalhadores «CGT», da Social Democracia Sindical «SDS» e da Central Autônoma dos Trabalhadores «CAT». Possui dentro dos quadros dirigentes ligado aos partidos Democratas (DEM⁴⁴), Partido Verde (PV) e Partido Popular Socialista (PPS). Maior inserção nos setores do comércio e serviços.

A discussão sobre a reforma sindical provocou fenômenos de sobrevivência entre algumas entidades que, para sobreviverem e captar recursos, iniciaram um processo de fusão para ampliar a base de representatividade como foi o caso da CGTB e da UGT. Contando com o apoio e certo consenso das centrais sindicais, exceção da Conlutas e Intersindical, o governo Lula consegue a aprovação, em 2008, da Lei 11.648 que reconheceu juridicamente as centrais sindicais como representantes dos trabalhadores brasileiros. Cria um sistema híbrido para que as centrais pudessem receber os recursos do imposto sindical compulsório, não há a fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU), exige um percentual mínimo de 7% de representatividade dos trabalhadores empregados sindicalizados da categoria no país, para que os sindicatos possam filiar-se às centrais, com isso as centrais passaram a receber 10% do valor total do imposto sindical referente a um dia de trabalho de todos os trabalhadores assalariados. As centrais também poderão atuar nas negociações coletivas juntamente com os sindicatos filiados, mas a representação em juízo ainda fica sob a responsabilidade das entidades filiadas. São mantidas as estruturas basilares do corporativismo, com um sistema híbrido em que foi instituída a pluralidade na constituição das centrais e manteve-se a unicidade na base, pois a legislação continuou proibindo a existência de mais de um sindicato numa mesma categoria em uma determinada região.

⁴² <http://www.ncst.org.br/> (Acesso: 08/0006/2011)

⁴³ <http://www.ugt.org.br/> (Acesso: 08/06/2011)

⁴⁴ Anteriormente tinha como nomenclatura Partido da Frente Liberal (PFL).

A avaliação sobre a representatividade deixa de ser dos trabalhadores quando optam se é válido ou não filiar-se a determinada entidade em seus fóruns representativos e continua a ser do Estado, responsável pelo controle e distribuição do imposto sindical compulsório. Estanque (2006), ao analisar os obstáculos vividos pelo movimento sindical em Portugal, traz uma contribuição interessante que corrobora com esta situação no Brasil. Para o sociólogo português, quando os sindicatos começaram participar das experiências de negociação e diálogo social, muitos se enredaram na lógica neocorporativista, e isso colaborou "fortemente para inibir a participação e dificultar a penetração do discurso e da actividade dos sindicalistas junto da sociedade e dos segmentos mais frágeis da força de trabalho" (Estanque, 2006: 17).

A situação dos sindicatos classistas no Brasil continua numa indefinição, e cabe observar o movimento iniciado pela Conlutas de tornar-se um pólo de articulação e unidade com os movimentos sindicais e sociais. A entidade é mantida por uma polarização entre o setor hegemônico (PSTU) e setores do PSOL, porém a entidade mantém uma estrutura estatutária que garante um controle maior sobre as definições reivindicatórias, com uma coordenação horizontalizada, composta por representantes de todas as entidades filiadas em que há autonomia para substituição quando acharem necessário; proporcionalidade direta e qualificada; defesa e autonomia e independência frente ao Estado, governos e partidos políticos; atuação e solidariedade internacional; autonomia política, financeira e organizativa das entidades em relação à central.

A Conlutas surgiu em 2004 agregando vários setores do movimento sindical que lutaram contra as reformas neoliberais do governo Lula, e com a participação de alguns movimentos populares. Em 2010, amplia a sua base ao incorporar-se com outros movimentos sociais, sendo uma experiência inovadora no Brasil, quando se tornou uma entidade nacional que agrupa em seu interior os movimentos sindicais, populares, da juventude, aposentados, desempregados e a luta contra a opressão das mulheres, negros, homossexuais e outros segmentos.

4. SINDICALISMO E TRABALHO DOCENTE

Como nosso objeto de estudo pertence ao setor educacional apresentaremos uma análise de algumas literaturas teóricas que discutem tanto o trabalho docente quanto sindicalismo, antes de fazermos uma análise contextualizada do estudo de caso.

Assim como analisamos no capítulo 1, as transformações que ocorreram no mundo do trabalho estavam relacionadas diretamente com a globalização econômica e, neste caso, não seria diferente com o trabalho docente. O processo educacional teve como resultado a intervenção do capital na produção, «tendo como base o receituário do Banco Mundial para a educação», mudanças profundas na condição do trabalho docente, tais como as suas *tarefas*, a rígida *rotinização* e a implementação da *hierarquização* (Dias, 2001). De acordo Enguita (1991: 48) dentre outras conseqüências, o trabalho docente passou a ter a regulamentação das matérias a serem ensinadas, o total de horas a serem cumpridas, bem como os temas a serem adotados, ou seja, o docente perdeu "progressivamente a capacidade de decidir qual será o resultado do seu trabalho, pois, este já lhe chega previamente estabelecido, em forma de disciplinas, horários, programas, normas de avaliação". Ressalta-se que o autor pensa os docentes, enquanto categoria, e, neste sentido, estão submetidos a processos que tendem a levá-los à proletarização, como ocorre com a maioria dos trabalhadores assalariados⁴⁵, porém, estes processos "não atuam da mesma forma, nem ao mesmo tempo, nem com os mesmos resultados sobre todas as categorias de trabalhadores" (Enguita, 1991: 47). Hypolito (1991: 14), corrobora com esta análise ao descrever que:

Nosso professorado vive numa escola que se apresenta bastante fragmentada. A divisão do trabalho, a introdução dos especialistas, a separação entre os atos de conceber e executar, a diminuição do controle sobre o processo pedagógico, a influência cada vez menor sobre os conteúdos e métodos de ensino, enfim, a forma como o trabalho está organizado na escola, evidenciam o cotidiano que o professor enfrenta.

Toda inovação que ocorre na estrutura escolar afeta a produção dos docentes, ou seja, o trabalho e o tempo, os saberes, os valores e as culturas da docência. Por ser uma «experiência humana total» o trabalho traz consigo uma complexidade. "Tocar, alterar o trabalho e seus tempos" é o mesmo que incidir "na totalidade da experiência humana dos professores (as)" (Arroyo, 2007: 399). Como a instituição escola não está isolada da sociedade «sociedade capitalista», acaba por refletir em seus espaços as transformações ocorridas na sociedade.

De acordo Oliveira (2004), ao analisar a década de 1990, a reestruturação produtiva trouxe novas demandas para a educação, por exemplo, as mudanças nas formas de gestão e organização do trabalho na escola, ou seja, houve uma reestruturação

⁴⁵ "Constituem o que no jargão sociológico se designa como semiprofissões, geralmente constituídas por grupos assalariados, amiúde parte de burocracias públicas, cujo nível de formação é similar a dos profissionais liberais" (Enguita, 1991: 43).

do trabalho pedagógico. O Brasil assistiu, na década de 1960, a pressão de adequar o caráter formativo da educação às influências do modelo de acumulação fordista, além de um conjunto de idéias de caráter «nacional-desenvolvimentista», já na década de 1990 temos a ofensiva neoliberal, em que a educação passou por profundas transformações, tais como os seus objetivos, suas funções e sua organização. Para a autora, com estas reformas, o trabalho docente deixou de ser uma atividade estritamente em sala de aula e passou a abarcar a gestão da escola em que o professor teve de responder a novas formas de planejar, elaborar projetos, discutir currículo e avaliação o que provoca uma sensação de incerteza e abandono. Inicia-se uma maior flexibilidade na estrutura curricular e no processo avaliativo, o que exige um «novo perfil» de professor. Temos assim uma reestruturação do trabalho pedagógico que pode levar o trabalho docente a uma precarização. Segundo Dalila Oliveira,

O aumento dos contratos temporários nas redes públicas de ensino, chegando, em alguns estados, a número correspondente ao de trabalhadores efetivos, o arrocho salarial, o respeito a um piso salarial nacional, a inadequação ou mesmo ausência, em alguns casos, de planos de cargos e salários, a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias oriunda dos processos de reforma do Aparelho de Estado têm tornado cada vez mais agudo o quadro de instabilidade e precariedade do emprego no magistério público (2004: 1140).

Em relação aos professores que trabalham na rede privada de ensino «empresa capitalista de ensino»⁴⁶, Tumolo e Fontana (2008) defendem que a única identificação entre estes e os professores que trabalham por conta própria ou no setor público é a de *categoria profissional*. O docente do ensino privado, além de poder estar numa situação de precarização «característica do processo de trabalho», pode ser definido como classe proletária, ou seja, está inserido num processo de produção de capital. Neste sentido, "a proletarização dos docentes não ocorre por causa das características do processo de trabalho" (Tumolo; Fontana, 2008: 174).

A grande concentração de escolas, bem como a transformação das mesmas em estruturas mais complexas, deveu-se, principalmente, ao processo de urbanização e industrialização. Com isto, houve uma ampliação relevante do número de professores, desta forma, a figura do professor que trabalhava autonomamente desaparece com o

⁴⁶ "Embora estejamos considerando que nem todas as escolas privadas se constituem como empresas capitalistas, ou seja, que existem escolas privadas nas quais não ocorre a relação de produção especificamente capitalista, é necessário reconhecer, de outro lado, que as primeiras são claramente determinantes em relação a estas últimas. Por isso, neste texto, quando mencionarmos escola privada estaremos nos referindo àquelas escolas nas quais se realiza a produção de capital, confirmando o caráter produtivo do trabalho do professor" (Tumolo e Fontana, 2008: 168).

advento do professor assalariado. Como somatório desta transformação, para Hypolito (1991:15) a absorção da mão-de-obra feminina foi acentuada com expansão das redes de ensino, destaca-se que o fato dos salários, regra geral, serem idênticos tanto para os homens quanto para as mulheres "contribuiu para a convergência de mulheres para o setor de ensino", visto que isto não ocorre em boa parte dos empregos.

4.1 O movimento sindical docente

Vamos nos ater a fazer uma análise posterior à década de 1970⁴⁷, por ser um período marcado pelo forte protagonismo do movimento docente no Brasil. O país teve uma radicalização da sindicalização dos docentes durante a ditadura militar, que neste momento já eram a maioria no setor público, observando-se que este setor não tinha direito à criação de sindicatos até Constituição brasileira de 1988, somente existiam as associações⁴⁸ «de caráter não sindical» (Ferreira, 2007). Segundo Ferreira Jr. e Bittar (2006), a atuação do movimento dos professores entra para a história da educação contemporânea brasileira, pois trouxe para o cenário nacional os efeitos das políticas educacionais do regime militar sobre a educação pública. De acordo com Fontoura, Gindin e Gentili (2009) assim como ocorreu com o novo sindicalismo, surgiu um movimento caracterizado por um baixo corporativismo, pelo fato das ações contra a ditadura polarizaram-se nas reivindicações econômicas. Somado a isto, aconteceu uma forte disputa pelo comando das organizações docentes e as novas formas de ação sindical, rompendo com as características tradicionais.

As organizações começaram a se fortalecer tendo como fenômeno a unificação de entidades docentes como no Paraná (1981), Goiás (1988) e Minas Gerais em 1990, além de entidades municipais se fundirem com associações cuja base era formada por docentes da rede pública estadual⁴⁹. Temos então, nos anos de 1980, entidades docentes fundindo-se "com organizações de especialistas técnicos e administradores sem formação docente" construindo como identificação a terminologia 'Trabalhadores em Educação' ou 'Profissionais em Educação'. Ressalta-se que algumas entidades optaram em manter a representatividade dos técnicos e administradores sem fundir com outras

⁴⁷ Mais sobre a história do movimento associativo e sindical docente, ver Nóvoa (1995); Fontoura, Gentili e Gindin (2009), Rêses (2008).

⁴⁸ No Brasil, desde o final do século XIX, encontramos associações (não sindicais) docentes, mais bem estruturadas a partir da organização das redes de ensino público (anos 1930 em diante). (Souza, 1997).

⁴⁹ Inicia-se nos anos de 1970 o crescimento da base de representação sindical, como, por exemplo, a Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB) se transformou em CPB (Fontoura, Gindin e Gentili, 2009).

organizações. Também, com a expansão do ensino municipal na década de 1990 tivemos o fortalecimento de "alguns sindicatos de base municipal que não haviam unificado com as entidades de base da CPB/CNTE em seus estados" (Fontoura, Gindin e Gentili, 2009: 20).

Segundo Fontoura, Gindin e Gentili (2009) as disputas pela hegemonia do movimento docente radicalizam-se com as intervenções políticas das correntes da esquerda, assim como os protestos e as greves de massa. Houve uma tentativa frustrada, no início dos anos de 1980, por parte de docentes ligados com o PT, de fundar a União Nacional dos Trabalhadores em Educação (UNATE⁵⁰). Posteriormente, ingressaram na CPB após esta entidade efetuar reformas consideradas como democratizantes. Com o tempo houve o crescimento de uma corrente pró-CUT, composta por militantes do PT vinculados a Articulação Sindical, que cresceu dentro do movimento docente ao ponto de conseguir a filiação da CPB à CUT em 1987.

Segundo Fontoura, Gindin e Gentili (2009) outra diferença vivenciada pelo sindicalismo docente, contrariamente ao que havia ocorrido nos demais setores «desmobilização e, conseqüentemente, enfraquecimento organizacional», as entidades educacionais cresceram em representatividade ao longo dos anos de 1980, 1990 e 2000. Porém, não foi suficiente para combater a ofensiva neoliberal, principalmente no setor público «proporção maior do movimento docente», o Estado implementa uma série de reformas. E a pressão maior foi no governo de Fernando Henrique Cardoso, em que a flexibilização e precarização acentuaram-se com a Emenda Constitucional 19/1998, que abriu possibilidade de contratação sem concurso público e limitação do direito à estabilidade. Também, a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) «Lei complementar 101/2000», que limitou os gastos das administrações públicas nas três esferas «máximo 50% para o governo federal e máximo de 60% para os governos municipais e estaduais». Por fim, a reforma das pensões no serviço público através da Emenda Constitucional 20/1998, incluindo a idade mínima para aposentadoria «não havia este mínimo», ou seja, homens aposentando aos 60 anos de idade e com 35 anos de contribuição e as mulheres com 55 anos de idade e 35 de contribuição (Fontoura, Gindin e Gentili, 2009).

⁵⁰ A UNATE tinha como direção a presença de líderes do Movimento de Emancipação do Proletariado junto a correntes trotskistas como Convergência Socialista e a Organização Socialista Internacionalista (Ferreira, 1998).

Não bastasse este cenário, em âmbito nacional, tivemos ações mais agressivas aos direitos trabalhistas educacionais, por parte de algumas administrações estaduais. Como demissão voluntária e pagamentos por produtividade «Rio de Janeiro (1996/1999)»; políticas de terceirização «Paraná (1995/2002)»; municipalização dos anos iniciais, aumento do número mínimo de alunos em sala de aula, demissão de professores contratados e bonificação – *premiação* – para o cumprimento de metas e resultados no ensino «(São Paulo (1995/2001))» (Fontoura; Gindin; Gentili, 2009).

De acordo com Fontoura, Gindin e Gentili (2009: 30), ao utilizarem as pesquisas de Silveira (2002)⁵¹, sobre as mobilizações dos anos de 1990 e 1980, apresentam as seguintes características comparativas:

A primeira, que as greves são cada vez mais extensas e as conquistas relativamente menores. A segunda, que o grau de mobilização dos anos 80 não se reedita. A terceira, a pouca participação da comunidade educacional. A quarta, uma certa burocratização, evidenciada na falta de renovação das lideranças.

Nos anos 2000, especificamente com eleição do presidente Lula, representando o Partido dos Trabalhadores, com forte apoio dos movimentos sociais e, conforme já foi descrito no capítulo 3, trouxe consigo limitações quanto a uma possível e radical mudança social ao ter constituído alianças⁵² com um dos partidos de maior peso eleitoral «o Partido do Movimento Democrático do Brasil (PMDB)», *sem grande definição ideológica*, entre outros partidos. O governo acabou por ser um prenúncio das experiências dos governos do PT «estaduais e municipais» como pouca satisfação quanto às demandas salariais, mesmo com diálogos institucionais e avaliações positivas por parte dos sindicatos próximos ao governo, e, sobretudo, *crises político-sindicais* (Fontoura, Gindin e Gentili, 2009).

Dentre as crises do movimento sindical docente com o governo Lula, a principal foi concernente à reforma da previdência. No geral, havia uma expectativa de que o governo, em relação à previdência social, garantisse a universalização da cobertura do *risco velhice*, em que milhões de brasileiros e suas famílias estavam desprotegidos, e, também, definisse a situação sobre a injustiça causada pelo *fator previdenciário*⁵³ no

⁵¹ Silveira, Marta de Moraes Lima (2002), "Entre gregos e troianos. As relações entre o SEPE/RJ e a Categoria de Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro". *Dissertação de Mestrado em Educação*. Niterói: Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense.

⁵² Não bastava apenas derrotar o principal opositor, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que estava no governo, era necessário ter governabilidade.

⁵³ Atingiu o setor privado fortemente, com a vigência da Lei n. 9.876/99 «fator previdenciário», "o valor da aposentadoria não seria mais calculado com base na média aritmética dos últimos 36 meses de

Regime Geral de Previdência Social (RGPS) (Marques; Mendes, 2004). Com uma certa atuação diferenciada de outros movimentos sindicais:

A CNTE não abandonou a mobilização apesar da identificação de seus principais líderes com o governo; e hoje os dirigentes docentes se orgulham por ter sido os primeiros a marchar contra a reforma previdenciária em 2003. De qualquer maneira, essa reforma e as características continuistas de muitas políticas federais (principalmente das que envolviam definições macroeconômicas) provocaram uma grande ruptura na militância docente do PT e da CUT (Fontoura, Gindin e Gentili, 2009: 37).

Contudo, com os motivos já relatados no capítulo 3, os partidos surgidos em oposição aos rumos tomados pelo PT e o governo Lula promoveram a saída das entidades sindicais docentes, em que tinham influência política, tanto da CUT quanto da CNTE. Temos o exemplo do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDE/SN)⁵⁴ «em março de 2005» e Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) «em novembro de 2005» aprovaram, em seus respectivos congressos, a desfiliação da CUT, ambos do setor público. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará (SINTEPP), filiada à CNTE, se desfiliou da CUT em 2006. Já o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE-RJ) aprovou no Congresso realizado em 2007 a desfiliação da CUT e em maio de 2011 referendou a desfiliação da CNTE. Em relação à desfiliação da CUT, os sindicatos docentes com a hegemonia do PC do B iniciam processo de filiação destes à CTB⁵⁵, utilizam a argumentação que muitos militantes do PSOL e do PSTU sobre a perda de autonomia e independência da CUT, porém, o pano de fundo como descrevem Fontoura, Gindin e Gentili (2009: 37) tinha como principal "a possibilidade de construir uma central sindical 'própria' no âmbito da regulamentação legal das centrais sindicais".

Quando pensamos na construção identitária dos professores com os operários algumas questões são pertinentes para termos uma idéia superficial de homogeneidade. Miguel Arroyo (2000) ao perceber a reorganização do movimento dos professores no final da década de 1970 analisa que há uma tentativa dos mesmos de construir uma

contribuição (ou no máximo um período de 48 meses) e sim pela média aritmética dos maiores salários de contribuição, corrigidos monetariamente, de, no mínimo, 80% do período contributivo do segurado. Sobre esse cálculo é aplicado um fator redutor que varia de acordo com a idade do segurado, ou seja, o quanto de vida ele terá depois de aposentado, segundo estimativas do IBGE. Esse fator foi denominado Fator Previdenciário" (Marques; Mendes, 2004:7).

⁵⁴ Ver Melo Santos (2007).

⁵⁵ "Com esta decisão da CSC, outros sindicatos da CNTE saíram da CUT, entre eles o importante sindicato do estado da Bahia" (Fontoura; Gindin; Gentili, 2009:37).

identidade de *trabalhadores em educação*⁵⁶ diante da sociedade. A cultura de classe foi absorvida pelas classes trabalhadoras, assim como foram os *sujeitos culturais* de maior destaque no século XX. A identificação dos professores, como trabalhadores, nos momentos efetivos das lutas reivindicativas não garante, de forma automática, a *cultura do trabalho*. Não é muito fácil para a *cultura do magistério* absorver o mundo da *cultura da classe trabalhadora*, mesmo que haja uma união e uma proximidade social, ainda permanecem afastados culturalmente. Para Miguel Arroyo,

As escolas estão muito isoladas e seus mestres também. Isolados atrás das grades curriculares. É nesse cotidiano onde se joga a sorte da construção cultural profissional. Os docentes saem das grades, vão às ruas se reconhecem trabalhadores, mas voltam às grades, ao isolamento das aldeias de suas áreas e disciplinas. Fica difícil afirmar outra cultura, identificar-se com uma imagem mais aberta construída pela classe trabalhadora (Arroyo, 2000: 191).

Se nos anos de 1980 os professores se aproximaram da cultura do trabalho, nos anos de 1990, com a ofensiva neoliberal à *cultura pública*, os mesmos retornam ao reforço da sua condição de servidor público. Os professores ao identificarem-se como trabalhadores aproximaram-se mais do perfil de uma *cultura de direitos* «essência histórica do movimento operário», buscando assim o reconhecimento social. Num estudo mais recente sobre identidades docentes na perspectiva de dirigentes sindicais, Ferreira (2006), contribuiu com pensamento de Arroyo (2000) ao quebrar com a lógica de que a aproximação identitária dos professores com a da classe trabalhadora deve-se à compreensão da condição de classe por parte dos mesmos. Foi por causa do *desprestígio* e a *pauperização* que os professores organizaram-se, sobretudo no século passado em diante, em organizações sindicais "que, por sua natureza – melhor dizendo, por sua construção histórica e cultural – subsumiram os sujeitos generificados numa idéia de classe social desgenerificada". E ela vai mais além, ao dizer que os sindicatos docentes possuem limitação em discussões que abrangem "as relações de gênero na sociedade e na educação" (Ferreira, 2006: 229).

De acordo com Ferreira (2006) as filiações ideológicas e solidárias tornam-se mais frequentes quanto mais se aproximam como aconteceu no Brasil, de lutas contra o regime militar. Já as filiações recentes podem ter como perfil de docentes que não vivenciaram este período e, portanto, tendem a possuir um esquecimento deste histórico

⁵⁶ Não estudaremos os demais segmentos da educação e corroboramos com a análise de Ferreira (2006: 238), pois esses segmentos acabam por ficar "subsumidos na categoria dos docentes e não o inverso, como o nome 'trabalhadores em Educação' parecia indicar. Ou seja, é a natureza do trabalho de ensinar que parece dar a tônica à identidade dos 'trabalhadores em Educação' sindicalizados pareceria indicar".

e a enxergar um desgaste das lutas sindicais tradicionais. Em seu estudo, a autora identificou que a sindicalização também tem como motivo a obtenção de vantagem individual imediata⁵⁷. Como consequência, há uma "compreensão" com estes docentes por parte de quem se preocupa pelos interesses coletivos, diferentemente daqueles militantes defensores da filiação sindical por obrigação moral, por convencimento político, ou por coerência.

4.2 Sind-Rede/BH versus Sind-UTE/MG: um prenúncio?

Como já vimos, o movimento sindical docente, em especial do setor público, trouxe um contributo importante na luta pela redemocratização no Brasil. O poder de reação e resistência durante as longas greves por melhores condições de trabalhos e salário, além de trazerem para o debate nacional a falência das políticas públicas e a necessidade da mudança do regime em vigência. E o movimento docente de Minas Gerais foi um dos pólos de resistência em que iniciam uma greve em 1979 que durou 41 dias, assim como a realidade dos outros movimentos, a deflagração da greve aconteceu sem o apoio das entidades representativas. Os trabalhos de Irma Luiz Bonacini (1992) e Wellington de Oliveira (2006) trazem um contributo importante sobre este período em que se iniciou a discussão sobre a criação da União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais (UTE), como uma associação devido a proibição dos servidores vincularem-se a sindicatos, e, somente depois, este direito foi garantido na Constituição Federal (1988), em 1990 tornou-se o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação.

A UTE/MG foi fundada em 1979 e trouxe consigo as experiências de uma greve que ultrapassou as questões econômicas para construir alianças com a sociedade civil sobre a situação da educação pública no país. A Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte (RME/BH) participou ativamente das greves de 1979 e 1980 com as professoras primárias, lecionavam para os quatro primeiros do ensino fundamental, em que foram decisivas para a manutenção do movimento grevista.

As professoras primárias de Belo Horizonte já haviam participado de outras greves, porém, de acordo com Bonacini (1992), a greve de 1979 tinham um componente

⁵⁷ Ver Mancur Olson (1998). O autor, em seu livro *A Lógica da Ação Coletiva: bens públicos e teoria dos grupos*, descreve sobre as limitações da ação coletiva ao pensar que os indivíduos agem apoiados num cálculo estratégico, ou seja, como atores racionais movidos pelo interesse próprio. Olson introduz desta forma, o problema da "carona" ou "boleia" (*free rider*), em que a ação coletiva só era examinada como exequível se fosse ofertado os incentivos adequados e se fossem tomadas medidas evidentes para afastar o *free riding*, ou seja, uma espécie de parasitismo.

novo, pois não era uma greve isolada. Os professores do país estavam em movimentos grevistas e construindo alianças, principalmente, com outros segmentos da classe trabalhadora que também amargavam anos de rebaixamento salarial. A mobilização dos professores mineiros só foi possível devido a articulação com professores da rede particular que já estavam se organizando por fora do sindicato que os representavam e também tinham uma experiência sobre organização de comandos de greve, acesso à imprensa alternativa, contato com outros movimentos sociais, comunidade universitária e ligados às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Igreja Católica, além da militância partidária. Isso deu base para o enfrentamento à resistência do movimento grevista naquele momento.

Este movimento consolida a sua base social e identificação com o que representou o novo sindicalismo do movimento operário e a influência das lideranças organizadas em correntes ideológicas disputam a necessidade de uma organização própria e o simbolismo em torno da inserção da terminologia trabalhadores em educação tinha como objetivo, de acordo com Oliveira (2006), de romper com a visão de sacerdócio da profissão docente, construir uma identificação de classe trabalhadora e ampliar a participação de outras profissões da educação. O I Congresso dos Trabalhadores do Ensino (1979) aprova uma estrutura sindical descentralizada através de regionais que fariam parte da diretoria e, também, congressos e assembléias de associados como instâncias de deliberação máxima. Oliveira (2006) descreve que a UTE/MG nasce com uma contradição, se num momento aparece como uma entidade independente do Estado e com contribuição voluntária dos sócios, no outro buscou a legalização enquanto entidade associativa, as contribuições dos sócios passaram a ser descontadas na folha de pagamento e a diretoria conseguiu liberação do Estado «patrão» para atuação na entidade. Esta ambigüidade continuou mesmo depois da constituição enquanto uma entidade sindical.

A UTE/MG construiu uma consolidação no campo da esquerda sindical, isso se deve ao fato de suas principais lideranças estarem ligadas às correntes ideológicas, em que muitos participaram da fundação do PT em 1980 e tornaram-se o campo majoritário (com as tendências) dentro da entidade e com forte inserção entre os trabalhadores em educação. Segundo Bonacini (1992) as disputas entre as correntes ideológicas pelo comando da direção da UTE/MG eram tão latentes ao ponto gerarem resistência de um

número grande dos trabalhadores em educação que apenas queriam estar organizados numa entidade.

As experiências negativas com a Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais (APPMG) e a participação positiva vivida com os organizadores da greve de 1979 contribuíram para a aproximação da maior parte professoras da RME/BH com a UTE/MG. Isso se concretiza com a participação no Congresso de criação do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG), em 1990, em que ocorreu a unificação das seguintes entidades: Associação dos Orientadores Educacionais de Minas Gerais – AOEMIG, Associação dos Supervisores Pedagógicos – AMISP, Associação dos Diretores e vice-diretores – ADVEM, Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Belo Horizonte – SINTEP/BH e a União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais – UTE/MG. De acordo com Rocha (2009: 148), mesmo com a unificação das entidades representativas da educação no Estado os embates sindicais sobre a condução reivindicativa da política educacional cresceu e "[...] o movimento por um sindicato específico da Rede manteve-se, sobretudo, devido às divergências de uma grande parcela dos/as professores/as municipais com a conduta política da maioria da direção do Sind-UTE/MG".

Com a criação do Sind-UTE/MG, do PT e da CUT as relações embrionárias são estabelecidas, seja pela luta em comum e o histórico do surgimento, seja pela maior parte dos dirigentes da UTE/MG que ajudaram na fundação tanto do PT quanto da CUT. Isso somente se efetiva porque esta entidade foi constituída por correntes ideológicas que participaram intensamente deste processo. As correntes que estavam no PT, também estavam em sua maioria no Sind-UTE/MG e conseguiram construir uma identidade com muitos trabalhadores em educação. A força de inserção no movimento refletiu tanto que, nas eleições de 1982, uma das principais lideranças das greves de 1979 e 1980 dos professores, Luiz Dulci, conseguiu se eleger deputado federal.

A RME/BH ajudou neste projeto do PT construir-se como um partido de massas, através dos dirigentes sindicais do Sind-UTE/MG tanto a direção estadual quanto a direção da subseção de Belo Horizonte. Com a consolidação do Sind-UTE/MG nos anos de 1980 algumas referências do movimento sindical docente do PT elegeram-se vereadores. Este não foi um ponto pacífico com os trabalhadores em educação da RME/BH, pois havia uma crítica relacionada ao uso da entidade sindical para eleger parlamentares.

O ponto de fissura começa com a experiência da RME/BH com o PT no governo municipal. Numa assembléia geral dos trabalhadores em educação da RME/BH foi aprovado o apoio ao candidato do PT, Patrus Ananias, que tinha sido advogado do Sind-UTE/BH e era vereador no momento. Oliveira e Melo (2006: 120) reforçam isto ao afirmarem que, em Belo Horizonte, há uma reformulação do quadro político com a eleição de um prefeito do PT, pois ao assumir a prefeitura em 1994, "a Frente BH-Popular⁵⁸ contou com forte apoio eleitoral da categoria docente e dos dirigentes mais expressivos". Outro ponto a ser destacado, foi a inserção de dirigentes sindicais nos cargos de secretariado, em que alguns participaram do Sind-UTE/MG. Criou-se uma expectativa com um governo de esquerda que teve apoio dos diversos movimentos sociais da cidade, porém com as primeiras lutas reivindicativas o movimento docente deparou-se com dificuldade e truculência nas negociações, além da prefeitura contar com o apoio das principais lideranças sindicais.

A relação com o governo e o Sind-UTE/MG agravava-se ainda mais em momentos como o de uma greve porque o governo, nas negociações, justificava o compromisso com a cidade, entendendo que o movimento sindical tinha compromisso somente com o econômico. Os dirigentes sindicais viveram um conflito interno ao negociarem com "companheiros" de partido, compreendendo a complexidade do macro e da governabilidade, mas também, isto causou uma debilidade diante da limitação em responder à altura as reivindicações da base que representam. Esta experiência coloca em interrogação um partido que se propôs, até aquele momento, romper com o Estado capitalista, no entanto manteve esta estrutura. De acordo com Oliveira (2006), a relação do Sind-UTE/MG com os governos petistas em Belo Horizonte demonstrou que as mudanças não acontecem quando se conquista o poder estatal e, como consequência, a base social começa a construir um sentimento de estranheza e desconfiança dos dirigentes sindicais, pois é difícil separar patrão «Estado» e o empregado «dirigentes sindicais» que são do mesmo partido.

A tensão entre movimento sindical de oposição da subseção da RME/BH com os dirigentes sindicais do Sind-UTE/MG pautava-se pela ausência de contrariedade destes com as ações do governo municipal. Ao longo dos anos a cisão ia se aproximando de vez, começando com o corte do repasse da contribuição sindical mensal dos filiados para a coordenação estadual do Sind-UTE/MG, aprovado numa assembléia da subseção

⁵⁸ A Coligação Frente BH Popular congregou os partidos PT, PSB, PCB, PC do B, PPS.

de Belo Horizonte. A cisão acontece quando os trabalhadores em educação da RME/BH filiados elegem como dirigentes sindicais uma chapa composta com uma maioria ligada correntes ideológicas que foram dissidentes do PT, neste caso o PSTU e setores do PSOL. Os dirigentes sindicais ligados ao PSTU e ao PSOL, com base na conjuntura nacional referente ao embate com a CUT⁵⁹ e o que acontecia com o PT em relação às denúncias de corrupção, atrelamento ao governo da maioria dos movimentos sociais, a reforma da previdência social e a perda da identidade dos trabalhadores em educação da RME/BH com o Sind-UTE/MG e a CUT, iniciam o processo de discussão sobre a desfiliação destas entidades.

Diante deste quadro vivenciado localmente e depois nacionalmente «com a influência das correntes opositoras», e com a possibilidade das reformas trabalhista e sindical, está última resumia-se na negação da autonomia, da liberdade e da independência sindical, acelerou-se a necessidade de separação do Sind-UTE/MG. Então, o VIII Congresso dos Trabalhadores em Educação aprovou a criação do Sind-Rede/BH e a desfiliação da Central Única dos Trabalhadores. A seguinte informação na página eletrônica do sindicato demonstra o embate com o Sind-UTE/MG e a CUT, para sustentar a deliberação do congresso pela desfiliação.

Foram anos de experiências e lutas contra o governo e contra a direção do Sind-UTE no qual amargamos um grande isolamento por parte do movimento sindical ligado à CUT e este isolamento se aprofundou com a chegada de Lula/PT à presidência da república". Site do Sind-Rede/BH. Acesso: 19 de Abril de 2010.

Isto demonstra a base da argumentação dos dirigentes sindicais, que conduziam o processo de criação de uma nova entidade, baseada no embate com o governo municipal e o "rompimento" de diálogo e isolamento ocasionado pelo Sind-UTE/MG, agravando-se com o PT em âmbito nacional e as entidades "próximas" ao governo. Como ocorreu com outras entidades que se desfiliam da CUT, o congresso seguinte, maio de 2008, aprovou a filiação do Sind-Rede/BH à Conlutas. Porém, não houve a mesma unidade como veremos adiante.

Numa breve análise sobre a estrutura organizacional do Sind-Rede/BH, pois mais detalhes serão analisados no próximo capítulo, percebemos que, além da

⁵⁹ "Tendências da esquerda do PT, que enfrentavam há tempos a condução lulista, foram progressivamente se organizando em um novo partido, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e passaram a promover o desligamento das entidades sindicais docentes da CUT. O argumento era que a CUT havia perdido autonomia por ter se tornado pilar de apoio de um governo que aplica medidas antipopulares. Em oposição ao PT e à CUT, este setor confluuiu com os militantes docentes do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU)." (Fontoura, Gindin e Gentili, 2009: 37)

participação dos representantes de escola e unidades municipais de educação infantil (UMEIs) nos fóruns específicos, a diretoria é colegiada, ou seja, não há a estrutura tradicional da figura central do presidente, mas sim, o cargo de diretor de departamentos em que a composição efetua-se de acordo com proporcionalidade de votos que cada chapa concorrente obtém na eleição desta entidade. Há participação de membros com e sem vínculo partidário, refletindo os diferentes segmentos numa rede de ensino que reúne 186 escolas, sendo três as escolas de ensino especial, e 54 Unidades de Educação Infantil, inseridas em nove regionais, vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, atendendo 174.683 estudantes e composta por 14.450 trabalhadores em educação⁶⁰, sendo que destes 4.373 são filiados⁶¹.

Tabela 4. Trabalhadores em Educação da RME/BH

Especificação	2010
Professores Municipais	10.280
Educadores Infantis	2.172
Pedagogos	197
Bibliotecários	43
Auxiliares de Biblioteca	431
Auxiliares de Escola	775
Auxiliares de Secretaria	552
Total	14.450

Fonte: GLPI/GEOE/PBH

Como podemos observar na tabela 4, a quantidade de docentes «incluem-se também os educadores infantis e os pedagogos» representam 88% da categoria *trabalhadores em educação* ao compararmos com os *não docentes* «bibliotecários e auxiliares». Não temos como objeto de estudo os não docentes, mas corroboramos com a análise de Ferreira (2006: 238), ao concluir em seu estudo que estes funcionários das escolas e umeis acabam por ficar "subsumidos na categoria dos docentes e não o inverso", como parece indicar a nomenclatura 'trabalhadores em educação'. Isso quer dizer que "é a natureza do trabalho de ensinar que parece dar a tônica à identidade dos 'trabalhadores em Educação' sindicalizados pareceria indicar". A autora reforça a importância de haver mais estudos que analisem profundamente as relações entre docentes e os funcionários nas escolas.

⁶⁰ Dados retirados da "Agenda da Educação – 2011" da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte que traz o Perfil da Educação Municipal, cujos dados foram atualizado 07/08/2010. Ressalta-se que neste total de trabalhadores em educação estão incluídos também professores e educadores possuidores de dois concursos, ou seja, trabalham dois turnos.

⁶¹ Estes dados foram disponibilizados, por email, no dia 16 de abril de 2010 pelo Sind-Rede/BH.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo discutiremos as questões que motivaram a criação do Sind-Rede/BH que, sobretudo, estão relacionadas com a experiência vivenciada num período de filiação no Sind-UTE/MG e na CUT, sendo que estas entidades eram compostas por dirigentes sindicais, majoritariamente de correntes ideológicas pertencentes ao PT. A conjuntura nacional também influenciará na criação da entidade, visto que ocorria uma reorganização do movimento sindical brasileiro com a experiência da CUT nos governos Lula, bem como, as alternativas que estavam a ocorrer fora desta central sindical.

De forma mais detalhada, a fundação do Sind-Rede/BH enquadra-se num momento de perda de identidade da maioria dos trabalhadores em educação da RME/BH, representados tanto pelas correntes ideológicas quanto pelos ativistas sem vinculação partidária, com o Sind-UTE/MG e a CUT, tendo como referência a experiência de aproximação institucional destas entidades sindicais com os governos do PT na administração municipal e nos governos do presidente Lula. A ruptura da relação com o Sind-UTE/MG, a CUT e o próprio PT foi na eleição do Sind-UTE/MG subsele Belo Horizonte (2004), em que a maioria dos filiados optou por uma chapa de oposição, constituída por dissidentes do PT.

O VIII Congresso dos trabalhadores em educação da RME/BH (2006) refletiu a polarização entre a desfiliação ou não do Sind-UTE/MG. De um lado, a diretoria tinha um posicionamento unificado, tanto entre as correntes ideológicas quanto com os dirigentes sindicais independentes, como se pode notar no texto de abertura do Congresso: "Definindo caminhos para a garantia dos nossos direitos: balanço da atual gestão, aliança pela independência sindical frente aos governos". Podemos perceber que a proposta do texto, assinado pela diretoria colegiada, faz uma avaliação de sua atuação e defende uma liberdade de atuação sindical que não esteja presa às orientações da CUT. Tal proposta já aponta o descontentamento que esta entidade já apresentava para com a relação estabelecida entre governo e sindicatos. Neste cenário, o texto da diretoria colegiada já apontava que a cisão estaria respaldada por uma política que não estava isolada dos acontecimentos nacionais quando relatam que "... a criação de um sindicato próprio da Rede, aliado às entidades dos movimentos sociais que hoje realmente lutam em defesa da classe trabalhadora e não foram cooptados pelos governos".

A fala de alguns dirigentes sindicais que participaram deste congresso corrobora com balanço da diretoria neste congresso:

O que que ocorreu, o mesmo processo que ocorreu no Sind-UTE, de o Sind-UTE querer proteger o governo municipal, por apoiar o governo, por serem petistas igual o governo, aconteceu com a CUT também. A partir da entrada em 2003 de Lula na presidência da república iniciou-se um processo muito semelhante ao que aconteceu aqui em Belo Horizonte, e a primeira experiência que houve com CUT foi através da reforma da previdência de 2003 (Manuel).

...

Eu acho que foi um acerto, eu acho que foi um movimento de independência dessa categoria de trabalhadores em educação de BH. Eu acho que valeu a pena, nós, hoje, somos um sindicato com muitos problemas mas um sindicato que pode falar assim: olha, quem traça a nossa política sindical somos nós, não tem governo, não tem partido, parlamentar ou executivo que diz o que nós temos que fazer e o que nós não devemos fazer (Rui).

Tanto o posicionamento da diretoria colegiada quanto dos dirigentes sindicais entrevistados demarca o resgate de origem de fundação do Sind-UTE/MG e da CUT, tendo como defesa a independência frente aos governos, partidos, ou seja, retomar a essência do que foi o novo sindicalismo: autonomia sindical e contato próximo com os trabalhadores. O texto da diretoria colegiada indica que as experiências com os governos de esquerda (PT), tanto no âmbito municipal quanto no federal, não tem sido uma tarefa tranqüila. E destacam que o conhecimento sindical adquirido pelos governos do PT, tanto nas experiências de base sindical quanto nas direções dos sindicatos, proporcionou um forte desgaste nos movimentos de luta, pois colocaram em cheque disputas ideológicas.

Como podemos perceber, neste congresso houve uma posição unificada da diretoria colegiada, reforçada de um discurso de unificação das divergências dentro da entidade, porém, havia a presença de correntes ideológicas do PT que representavam uma base dos trabalhadores em educação da RME/BH, expressada no plebiscito realizado em 2005 (18% não concordavam com a criação de outra entidade sindical), mas não teve a mesma representatividade no número de filiados presentes, pois apenas quatro foram contrários à criação do Sind-Rede/BH. Os argumentos utilizados pelas correntes ideológicas do PT (TM e Articulação) pautavam-se pelo resgate da identidade com o Sind-UTE/MG e a importância dos trabalhadores em educação da RME/BH na construção desta entidade. Já o sentimento de perda da identidade com o Sind-UTE/MG e a CUT também marca aqueles dirigentes sindicais que faziam a defesa da desfiliação e apostavam na possibilidade de renovação do movimento sindical. Há um reconhecimento que a CUT tem mudado sua postura, porém, é preciso reconhecer o seu

poder histórico de luta, de unificar os movimentos sociais e exigir da mesma um retorno às bases de sua estruturação. Tal discurso também revela um descontentamento pelas ações tomadas pela diretoria do Sind-UTE/MG, subsele de Belo Horizonte, e revelam que a atuação tende a ser partidária e direcionando as ações para outro lado, acusam um desgaste sobre os filiados, para levar o sindicato a se filiar em um movimento (Conlutas) que não se sabe qual é a sua direção. As seguintes falas das dirigentes sindicais expressam o debate realizado no congresso e o sentimento do que representava o Sind-UTE/MG:

[...] aí eu vou ter que entrar um pouco nesta questão de partido político. Aconteceu que o pessoal saiu do PT, o que que aconteceu, nós éramos [...] no PT das correntes dentro do PT das quais nós participávamos, que hoje ainda continua no sindicato, nós, na época eu era do PRC⁶² depois acabou o comunismo e aí se dissolveu o PRC e nós formamos a TM. Na época tinha a DS, que agora é o PSOL, tinha a Convergência Socialista, que é o atual PSTU. Estávamos todos no PT. Então na verdade foi saindo, primeiro a sair foi o PSTU, que é a Convergência, depois saiu a DS. E muitos de nós que estamos na TM ainda estão no PT, e nem todos estão. Então é isso, eu que tenho essa dificuldade a gente constrói uma coisa e depois a gente não consegue argumentar e discutir, a gente sai. A mesma coisa que a gente fez no Sind-UTE. Esta é a minha grande discordância, a gente saiu, largou patrimônio, largou o trabalho e começou de novo (Beatriz).

...

[...] A criação do Sind-Rede e da própria Conlutas parte de uma derrota dos trabalhadores por quê? Porque quando a CUT e o Sind-UTE foram fundados foi uma vitória, uma vitória no sentido de criar organizações amplas de luta. A necessidade de fundar outras organizações, porque estas faliram, parte de uma derrota que é a falência das organizações quando elas foram criadas, este é o marco. A partir daí, o fato de termos conseguido nos organizar e criar novas entidades foi uma nova conquista. Então, sobre este aspecto, o Sind-Rede foi um conquista muito difícil, mas foi uma conquista porque o Sind-UTE estava falido. (Joana).

O posicionamento apresentado na primeira fala, pela dirigente sindical, mostra a polarização entre as correntes ideológicas de esquerda, os conflitos dentro PT, mas, principalmente, o sentimento de perda simbólica de um trabalho realizado na construção do PT e do Sind-UTE/MG, subsele de Belo Horizonte. A segunda dirigente sindical faz um comparativo do Sind-Rede/BH e da Conlutas com a história do que representou o Sind-UTE/MG e a CUT, que surgiram em cenários políticos e sociais completamente diferentes. No qual a identidade construída com estas entidades rompe com o idealismo da transformação social, tão presente no momento da fundação das mesmas, tornando-se uma derrota para os trabalhadores identificados com o princípio classista e socialista, como é o caso desta dirigente sindical. Outros dirigentes sindicais relacionavam a

⁶² Partido Revolucionário Comunista, se dissolveu enquanto partido em 1989 e adotou o caráter de uma tendência dentro do PT.

desfiliação do Sind-UTE/MG a uma perda de identidade, conforme os trechos das entrevistas abaixo:

[...] Achei interessante porque o Sind-UTE estava muito assim parado, então a categoria da rede municipal estava precisando de mudar isso aí, de buscar um sindicato mais próximo a base dele, o Sind-UTE estava abordando muito o Estado e esquecendo o Município, o Município parece que contribuía bem com o Sind-UTE, mas não tinha retorno em termos de atenção, então eu acho que o congresso quando aprovou a separação foi bem pensado, por causa justamente da prática que não estava favorecendo o pessoal da rede municipal (Hugo).

...

[...] A minha avaliação é a de que foi um acerto da rede, o Sind-UTE já não estava atendendo a gente mais já fazia um tempo e a gente precisava muito de criar um sindicato que representasse a categoria (Núblia).

...

[...] Eu acho que foi importante porque a gente estava com vários atritos com o Sind-UTE, como eu era nova na rede eu não vivenciei essas dificuldades, mas a gente escuta muito falar. Então a gente tinha divergências, a CUT estava muito atrelada ao governo e não estava atendendo as nossas necessidades, então a criação do nosso sindicato foi importante para trazer as nossas lutas mesmo, no que realmente mesmo interessava (Aléxia).

...

[...] Olha, eu participei ativamente de sindicato desde que eu entrei para a rede, desde 1987, então que que acontecia, eu ia às reuniões, eu ia às assembleias e eu participava dessas reuniões e naquela época, os dirigentes sindicais, daquela época, todos que eu me lembro se venderam para a prefeitura. Um virou diretor porque foi colocado, o outro virou político, o outro virou chefe de alguma coisa importante na prefeitura (Célia).

Podemos perceber que as falas trazem questões como o distanciamento do Sind-UTE/MG com a base, neste caso, com as reivindicações dos trabalhadores em educação da RME/BH em detrimento dos trabalhadores da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais (REE/MG). Os conflitos com o Sind-UTE/MG ficaram arraigados no imaginário dos trabalhadores em educação da RME/BH, de tal forma, que as novas gerações de sindicalistas, que não acompanharam todo este processo, percebiam como era forte este sentimento de perda de identidade com o Sind-UTE/MG e a CUT. A dirigente sindical com maior tempo na RME/BH (Célia), que presenciou a experiência destas entidades com o primeiro governo municipal do PT, demonstra que a perda de sua identidade acontece quando percebe que os dirigentes sindicais utilizavam a entidade como trampolim, ou seja, para interesses particulares.

Neste VIII Congresso dos trabalhadores em educação da RME/BH foi aprovado o Estatuto do Sind-Rede/BH em que foram preservadas questões defendidas no período do novo sindicalismo como uma entidade de caráter sindical sem fins lucrativos, que combate qualquer tipo de discriminação, sejam elas de raça, credo religioso, gênero ou convicção política ou ideológica. E, como princípio, a independência e autonomia em

relação às organizações e partidos políticos, organizações religiosas, entidades patronais e ao Estado. Além da revogabilidade dos mandatos individuais e coletivos, respeito à unidade, à democracia de base do movimento, expressa na organização de todas as instâncias da entidade, para a eleição dos dirigentes sindicais foi garantida a proporcionalidade numa diretoria colegiada. Por fim, foi mantido no estatuto o limite de recondução consecutiva com o objetivo de combater o continuísmo dos dirigentes sindicais. Cabe ressaltar, que a entidade há muitos anos não cobra o imposto sindical compulsório e sustenta-se somente com a contribuição dos filiados, porém, autonomia frente ao Estado esbarra-se na dependência deste mesmo Estado em reconhecer o Sind-Rede/BH, através da carta sindical expedida pelo MTE, no repasse da contribuição sindical dos filiados⁶³, descontado direto na folha de pagamento, e a liberação das atividades para exercer o mandato sindical, seja pela PBH seja via ação judicial⁶⁴.

Se por um lado, no VIII Congresso a discussão maior girou em torno da criação de uma nova entidade representativa, com a desfiliação do Sind-UTE/MG e da CUT. Por outro, o IX Congresso dos trabalhadores em educação da RME/BH e o I d Sind-Rede/BH (2008) polarizou a discussão sobre a filiação do Sind-Rede/BH à Conlutas. A condução deste Congresso já contava com a nova diretoria colegiada eleita, sendo composta por três correntes ideológicas: Coletivo Fortalecer (PSTU, PV e Independentes), Coletivo Travessia (PSOL e Independentes) e Mudar de Rumo (PT, PC do B, e Independentes). Se no Congresso anterior havia uma unidade da diretoria em relação à criação do Sind-Rede/BH, com desfiliação do Sind-UTE/MG e da CUT, neste Congresso a diretoria não tinha uma posição consensual quanto à filiação do Sind-Rede/BH numa central, a contar que não houve uma avaliação conjunta sobre a atuação da diretoria colegiada. Foram apresentadas somente duas teses⁶⁵ que avaliavam positivamente a criação do Sind-Rede, bem como a desfiliação do Sind-UTE/MG e da CUT. As teses tinham os seguintes títulos:

⁶³ Com a criação do Sind-Rede/BH, a PBH parou de repassar a contribuição sindical dos filiados, pois exigia a carta sindical, que estava em tramitação. O sindicato teve que contar com o apoio financeiro de outras entidades. Uma outra alternativa utilizada foi recadastrar os filiados para que pudessem autorizar a contribuição por débito automático, através de um contrato realizado entre o Sind-Rede/BH e o Banco do Brasil. Isso se mantém até os dias atuais, solucionou em partes a dependência frente ao Estado (PBH), porém, o contrato com o banco estatal não garante que possa haver uma intervenção, pois o mesmo está subordinado ao Estado (Governo Federal).

⁶⁴ A diretoria eleita para o triênio 2007/2009 não foram reconhecidas pela PBH, pois a mesma exigia a carta sindical, além de tentar reduzir o número de liberados de todas as entidades sindicais e associações. As liberações só foram conseguidas através de ações judiciais, sendo que essa prática ainda é mantida.

⁶⁵ Havia um texto que discutia apenas o embasamento jurídico para o professor garantir o seu tempo de avaliação e planejamento na escola.

Consolidar o SindREDEBH, organizar a categoria e abrir o debate com os/as trabalhadores/as sobre a construção de uma nova central sindical para resistir aos ataques neoliberais. Retomar o debate de uma educação comprometida com a classe trabalhadora e com a construção do socialismo e de uma escola pública gratuita, laica, de qualidade e democrática (Coletivo Travessia/2008).

...

Fortalecer o Sind-REDE/BH: democrático, de luta e independente (Coletivo Fortalecer/2008)

A avaliação sobre a conjuntura nacional tinha como ponto convergente o governo Lula, que estava no segundo ano da sua reeleição, bem como a situação do movimento sindical. Abaixo, temos alguns trechos sobre esta avaliação:

[...] Apesar dos desgastes sofridos e da permanente oposição da direita contra o governo (que é naturalmente a oposição com maior visibilidade), Lula ainda tem conseguido manter altos índices de popularidade e aprovação, e preservar parte fundamental de sua base de apoio nos movimentos sociais e nos meios populares. Isto confunde e neutraliza lideranças e funciona como um forte mecanismo de cooptação de setores potencialmente mais rebeldes, criando uma dificuldade adicional para a afirmação de uma alternativa de esquerda no país. (Coletivo Travessia/2008).

...

[...] O governo Lula é um marco no qual se encerra o ciclo histórico do PT e da CUT, abrindo um profundo processo de reorganização no país. As organizações construídas no momento anterior, como a CUT e a UNE, perderam sua independência, transformaram-se em instrumentos do governo e obstáculos para as lutas. (Coletivo Fortalecer/2008).

Os trechos acima apontam para uma convergência quanto ao apoio que o governo Lula conseguiu com os principais movimentos sociais no Brasil, reforçando o discurso da perda de autonomia e independência da CUT diante do PT e do governo, apresentado no Congresso anterior. Porém, a popularidade conseguida por Lula e o papel desempenhado pela CUT causam uma confusão para os movimentos sociais e lideranças que construíram uma identidade com o PT e com a CUT.

A divergência maior no Congresso, como já dissemos, foi quanto à filiação do Sind-Rede/BH numa central. De um lado, os dirigentes sindicais ligados ao PSTU defendiam a filiação e indicavam a Conlutas, do outro, os dirigentes sindicais do PSOL eram contrários, e conseguiram o apoio de dirigentes sindicais do PT e PC do B e, também, militantes do PCB. Abaixo, temos alguns trechos sobre esta questão:

[...] Por isso, defendemos que o SindREDEBH participe dos debates sobre a necessidade de construir uma nova central sindical no Brasil, que aglutine amplos setores do movimento, mas que parta da nossa experiência de unidade de ação com uma diretoria plural, para enfrentarmos esse período de fragmentação, divisão, dispersão, cooptação ou sectarismos. O SindREDEBH deve realizar esse debate em sua base, com tranquilidade e profundidade, sem precipitações ou vacilações, pois sabemos que o processo de unificação do movimento sindical só se dará se formos capazes de fortalecer o SindREDEBH, a Intersindical e a Conlutas, consolidar uma

concepção combativa e autônoma no movimento sindical, respeitando as experiências, os ritmos, as formas, as tradições e a realidade de cada setor da classe trabalhadora (Coletivo Travessia).

...

[...] Nós, que assinamos essas propostas, estamos engajados na construção de uma nova alternativa: A Coordenação Nacional de Lutas – Conlutas, constituída a partir de um bloco que rompeu com a CUT em 2003. A Conlutas tem se destacado por impulsionar as principais lutas da classe trabalhadora contra as reformas neoliberais e a favor de direitos. Sempre buscando a unidade dos movimentos combativos, a Conlutas não tem poupado esforços para unificar todos os setores que lutam. A dispersão das forças dos trabalhadores só ajuda ao governo e aos patrões. Neste sentido, para o seu congresso que ocorrerá em julho de 2008, está fazendo um chamado aberto a outras iniciativas de luta e independentes por fora da CUT, a exemplo da Intersindical, para que busquem entre si a unificação (Coletivo Fortalecer).

Podemos observar que ainda havia uma convergência quanto ao momento do Sind-Rede/BH participar desta reorganização do movimento sindical brasileiro, porém a divergência era como e quando isso se daria. Na primeira tese, os dirigentes sindicais do PSOL defendiam um maior debate com os filiados, continuidade da participação nas alternativas que estavam sendo construídas como a Intersindical e a Conlutas. Como já discutimos no capítulo 3, sobre o perfil da Intersindical, cabe ressaltar que neste momento os setores do PSOL estavam juntamente com o PCB e outras lideranças discutindo o caráter estrutural desta entidade. Na segunda tese, os dirigentes sindicais ligados ao PSTU defendiam que a filiação do Sind-Rede/BH à Conlutas iria fortalecer a unificação das lutas, sendo assim, defendiam que esta entidade, diante da fragmentação das lutas sindicais, cumpria este papel de pólo aglutinador. Ao final, os participantes do Congresso definiram pela filiação do Sind-Rede/BH a uma Central e, em uma segunda votação, aprovaram que a entidade a ser filiada seria a Conlutas, pela diferença de um voto. Este Congresso ficou marcado pela disputa ideológica de qual alternativa seria viável para a classe trabalhadora. Mostrando, que neste período, os trabalhadores em educação da RME/BH, presentes neste Congresso, compreendiam o momento da reorganização do movimento sindical brasileiro e o papel do Sind-Rede/BH era fundamental nisso, porém, ainda não havia uma identidade consolidada com a Conlutas.

Um dos graves problemas causados com as rupturas com o Sind-UTE/MG e com a CUT foi o recomeço na construção de alternativas para o movimento sindical, pois, as ações deveriam continuar e, seria natural, a desconfiança por parte dos trabalhadores. E, como podemos perceber, a sustentação e o poder de reação deste sindicato estão ligadas diretamente com as disputas ideológicas e pedagógicas que estes

docentes fazem nos espaços de discussão na entidade. A garantia destes espaços democráticos abre a possibilidade de aproximação dos trabalhadores em educação da RME/BH e, conseqüentemente, possibilidades de renovação das ações da entidade sindical. Estas disputas, mesmo que difíceis, ainda se fazem presentes numa entidade em que a direção seja constituída também por dirigentes ligados a alguma corrente ideológica. Não propomos que deixem de existir, pois nunca o deixarão, mas que garantam e valorizem os espaços democráticos de participação. Além disso, com a fragmentação das ações do sindicalismo brasileiro, a construção de unidades é fundamental para o fortalecimento das entidades, e isso significa fazer alianças dentro do movimento sindical, com os movimentos populares e sociais. Como defende Santos (2006), a finalidade de trazer à tona os pontos de aproximação entre as práticas sociais desenvolvidas pelos grupos, mas não como simples troca de idéias e sim como um passo inicial para articulações e centralização de esforços em projetos transformadores em comum.

CONCLUSÃO

Os efeitos da globalização econômica no mundo do trabalho não só transformaram a atuação dos trabalhadores como abriram uma crise sobre o papel do sindicalismo na sociedade. O sindicalismo fortaleceu-se muito numa característica de oposição, porém, as transformações no mundo do trabalho conduziram a sua atuação a experimentar uma participação, que buscasse a concertação social. Como conseqüência, o sindicalismo mudou a sua essência de ser um veículo de transformação social e passou a desempenhar ações de caráter defensivo e limitado, para preservar direitos conquistados. A partir das discussões sobre as mudanças no mundo trabalho e às suas novas configurações assumidas perante a reestruturação produtiva entendemos que é necessária uma reorganização dos sindicatos, bem como dos demais movimentos sociais. Principalmente, porque a tendência internacional é a de haver um aprofundamento da precarização das condições laborais, um maior ataque aos direitos trabalhistas por parte do Estado, pactuadas com as empresas, e, relacionadas a isso, as alterações econômicas, políticas e sociais.

As pesquisas sobre o sindicalismo trazem dados estatísticos sobre filiação, número de greves, grevistas e a perda de horas trabalhadas. Numa análise global, alguns estudos apontam para uma crise e, em alguns casos, também o declínio do sindicalismo. Realmente, o sindicalismo passa por um momento de crise, porém, não há uma crise

global do sindicalismo, levando-se em consideração as taxas de filiação e de greves. As realidades continentais são diferenciadas e as reações também o são. A globalização dos mercados trouxe mudanças no mundo do trabalho, porém o seu desenvolvimento não foi homogêneo, neste sentido a crise e, até mesmo, a renovação da ação sindical, não serão homogêneas. Isso dependerá muito do poder de reação do movimento sindical diante da ofensiva do capital.

O movimento sindical deve preocupar-se com a formação dos filiados, pois há uma enorme distância entre os novos trabalhadores com os trabalhadores mais antigos. A sobrevivência financeira dos sindicatos passa pela via dos seus filiados para que haja uma autonomia frente ao patronato e ao Estado. E, mais do que isso, a sobrevivência da atuação política sobreviverá com a identidade construída frente à sua base de representação. Um movimento paredista e grevista são fortes quando há uma participação desta base, seja de filiados e não-filiados. Os resultados positivos facilitam um aumento de filiação. O papel dos filiados continua a ter um peso significativo ao manterem uma relação de identidade e confiança sobre a sua entidade representativa.

O sindicalismo brasileiro vive um momento de crise, não em relação às taxas de filiação e densidade de greves, mas, sobretudo, nas respostas a serem dadas aos trabalhadores mais fragilizados, presentes em empregos precarizados, bem como os desempregados. As principais centrais sindicais, como é caso da CUT, abandonaram a luta pela transformação da sociedade. Com a legalização das centrais sindicais no último mandato do governo Lula inicia-se um processo de fusão e surgimento de novas de centrais com o objetivo de captar os recursos do imposto sindical. A CUT e a Força Sindical, as duas maiores centrais, mesmo sendo base do governo Lula vivem uma disputa, entre os bastidores, por ampliar a base de representativa. Esta relação que se estabeleceu entre as centrais e os sindicatos nos governos Lula, direcionaram-se para um acordo de interesses, ou concertação harmônica, que diminuiu os embates sobre a luta de classes entre o capital e o trabalho, para propostas que foram acomodadas dentro do sistema capitalista.

A CUT da década de 1980 foi construída por um movimento de contestação e com ampla participação de movimentos sociais, inserindo em sua pauta reivindicativa questões que não eram voltadas apenas para a questão de um salário melhor, mas de uma sociedade melhor. Existia um diálogo com as bases, em que os seus sindicatos se sentiam representados, ou seja, tinham uma identidade com a CUT. A aproximação

institucional nos governos Lula inicia uma quebra desta identidade com alguns dirigentes sindicais, refletindo na base dos sindicatos que estes sindicalistas possuem influência hegemônica. A ruptura se dá pela perda de identidade e de pertencimento com a CUT, passam a ver uma entidade sem oposição ao Estado «governo Lula» que é visto como propulsor de políticas que prejudicam o trabalhador. A CUT perde o seu papel de ação coletiva e social que fez a diferença no regime militar, na transição democrática, nos governos democráticos, mais com viés de direita. Se num período havia uma crítica da CUT às centrais que eram próximas do Estado, nos governos Lula há um abandono desta crítica, mesmo porque a CUT é uma célula embrionária do PT, e carrega dentro de si a ideologia daquele que é a principal referência do movimento sindical: o sindicalista Lula. A CUT é a essência do dirigente sindical Lula, mas ao tornar-se presidente, o Lula não é mais a CUT. O adversário da CUT deixa de ser o Estado, há uma fragmentação, ou seja, a situação que vive os trabalhadores é por causa de outros fatores. Pode passar despercebido, mas não deixa de ser significativo, que a aproximação institucional da CUT nos governos Lula pode ser percebida, por exemplo, quando num período em que as palavras de ordem eram dirigidas contra o governo militar, Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique tinham um foco central, contrariamente no período estudado houve uma descentralização dos ataques ora para algum ministério, ora para o parlamento, ora para os empresários, ora para o sistema capitalista mundial, porém, o endereço do presidente Lula era preservado. A CUT perdeu o seu poder de oposição ao Estado e refugiou-se para uma zona intermediária, tornando-se uma almofada do poder, ou seja, assumiu a roupagem de uma nova classe burocrática. A CUT construiu uma visão de que os oprimidos estão sendo respaldados pelo governo.

O surgimento da Conlutas insere-se num momento de acirramento com as reformas do início do governo Lula, que contou com o apoio da CUT. Incorporou muitos sindicatos do setor público que lutaram contra as reformas e, principalmente, perderam a identificação com a CUT. É uma entidade que possui uma base de filiados oriundos dos movimentos sindical, popular, social e estudantil, em que predominantemente estão presentes as correntes ideológicas da esquerda radical, muitos foram fundadores da CUT. A Conlutas traz alguns elementos do sindicalismo de movimento social, como a necessidade de alianças, solidariedade internacionalista, luta contra a opressão, mas cumpre aguardar e acompanhar se ações da Conlutas vão superar

as reivindicações de cunho econômico e crença de que somente os sindicatos serão responsáveis pela transformação da sociedade.

A Conlutas apresenta-se como uma alternativa para os movimentos sindical e social e possui uma estrutura institucional que permite a representação das suas entidades filiadas. Será que daqui poderemos esperar uma revitalização do sindicalismo brasileiro? Ou esta situação pode ser apresentada como uma entidade que inicia um projeto de transformação social e com as disputas este projeto recuará? Esta entidade possui elementos de um sindicalismo de movimento social? Entidades sindicais que ainda preservam a luta de classes e a defesa de uma sociedade socialista conseguirão sobreviver diante das transformações do mundo trabalho? Em estruturas sindicais tão burocratizadas como a CUT é possível disputar espaços que garantam a autonomia e a participação da sua base? As disputas das correntes ideológicas dentro do movimento sindical conseguem romper com as relações privilegiadas entre as organizações sindicais e os partidos?

As experiências do PT nos governos estaduais e municipais, como foi o caso de Belo Horizonte, acabaram sendo o prenúncio do que seria o governo Lula. Houve perda da identidade fundadora do PT, em nome da governabilidade, e o movimento sindical da CUT e das suas correntes ideológicas nos principais sindicatos deixaram de ter um papel importante dentro da estrutura do poder, pois, ao assumirem e defenderem o governo como sendo deles, afastaram-se da origem da formação do novo sindicalismo e foram absorvidos pelos interesses burocráticos da máquina estatal e a crença de que é possível um capitalismo mais humano.

O Sind-Rede/BH é fruto de uma reorganização que está acontecendo no movimento sindical brasileiro, manteve os espaços democráticos de proximidade com a sua base representativa e instrumentos estatutários de controle dos dirigentes sindicais, uma composição na direção da entidade para refletir as diferenças e a pluralidade das correntes ideológicas e das diversas concepções políticas e pedagógicas. Estas são experiências interessantes que requerem um amadurecimento para se conviver com as diferenças. A experiência com a Conlutas requer uma avaliação e estudo sobre qual identidade dos trabalhadores em educação da RME/BH em relação a esta entidade, após o I Congresso do Sind-Rede/BH (2008).

ANEXO I

GUIÃO DA ENTREVISTA AOS PARTICIPANTES DO COLETIVO

A) – *Critério 1*

- Qual o ano de nascimento?
- Qual a formação acadêmica?
- Qual a sua profissão?
- Qual cargo que atua?
- Atua a quanto tempo nesta profissão?
- Atua em mais de uma escola?
- Porque decidiu ser professor?

B) *Critério 2*

- Já acompanhou ou acompanha algum aluno com deficiência?
- Se sim, recebeu informações sobre o aluno antes de recebê-lo?
- A escola/umei reúne-se para planejar a inserção destes alunos?
- Teve algum curso de formação para atuar com este aluno?
- Se sim, qual curso?
- Quando foi este curso?
- Você está preparado para atuar com alunos com deficiência?

C) *Critério 3*

- Quais dificuldades com a inclusão de alunos com deficiência você vivencia ou já vivenciou?
- Houve algum acompanhamento da prefeitura?
- Em algum momento você procurou ajuda da prefeitura?
- Que ajuda solicitou?
- Foi atendido como esperava? Justifique.
- Qual avaliação faz da prefeitura frente à política de inclusão escolar?

D) *Critério 4*

- Como ficou sabendo do Coletivo de Inclusão?
- Porque participou do Coletivo de Inclusão?
- Quais foram as expectativas criadas?
- Elas foram supridas?
- Para você, o que este coletivo representa?

E) *Critério 5*

- É filiado ao sindicato?
- Porque (não) é filiado?
- As demandas do coletivo de inclusão foram incorporadas pelo sindicato?
- Qual a sua avaliação sobre o papel do sindicato referente à inclusão?
- Há alguma informação que gostaria de acrescentar?

ANEXO II

GUIÃO DA ENTREVISTA AOS DIRIGENTES SINDICAIS

A) – *Critério 1*

- Qual o ano de nascimento?
- Qual a formação académica?
- Qual a sua profissão?
- Qual cargo que atua?
- Atua a quanto tempo nesta profissão?
- Atua em mais de uma escola?
- Porque decidiu ser professor?

B) – *Critério 2*

- Já acompanhou ou acompanha algum aluno com deficiência?
- Se sim, recebeu informações sobre o aluno antes de recebê-lo?
- A escola/umei reúne-se para planejar a inserção destes alunos?
- Teve algum curso de formação para atuar com este aluno?
- Se sim, qual curso?
- Quando foi este curso?
- Você está preparado para atuar com alunos com deficiência?

C) *Critério 3*

- Quais dificuldades com a inclusão de alunos com deficiência você vivencia ou já vivenciou?
- Houve algum acompanhamento da prefeitura?
- Em algum momento você procurou ajuda da prefeitura?
- Que ajuda solicitou?
- Foi atendido como esperava? Justifique.
- Qual avaliação faz da prefeitura frente à política de inclusão escolar?

D) *Critério 4*

- Qual o seu pensamento sobre a educação inclusiva?
- Acredita que os professores estejam preparados para atuarem com os alunos apresentam algum tipo de deficiência?
- Já participou do Coletivo de Inclusão?
- Para você, o que este coletivo representou para o sindicato? E para os trabalhadores em educação?
- Acredita que as demandas do coletivo de inclusão foram incorporadas pelo sindicato?

E) *Critério 5*

- É ou já foi filiado a algum partido político? Qual(is)?
- Já participou ou participa de algum outro movimento associativo?
- Estava na Rede Municipal quando da criação do Sind-Rede/BH?
- Era dirigente sindical naquele momento?
- Qual o seu posicionamento sobre a criação deste sindicato (incluindo a desfiliação do Sind-UTE/MG e da CUT)?
- Como avalia o sindicalismo atual frente à globalização?
- Quais seriam os reflexos do neoliberalismo no sector privado? E no sector público?
- No seu ponto de vista quais são as saídas para a classe trabalhadora neste momento de reformas e retirada de direitos?
- Há alguma informação que gostaria de acrescentar?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, Geovanni (2007), "Trabalho, crise e dessubjetivação da classe", in Corsi, Francisco Luiz, *et al* (orgs.), *Dilemas da globalização: o Brasil e a mundialização do capital*, Londrina: Praxis; Bauru: Canal 06, 25-45.
- Alves, Geovanni (2006), "Trabalho e sindicalismo no Brasil dos anos 2000", in Antunes, Ricardo (org.), *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 461-474.
- Alves, Geovanni (2000), "Do 'Novo Sindicalismo' à 'Concertação Social': ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998)". *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 15, p. 111-124, Novembro.
- Antunes, Paulo e Carvalho, Pedro Carlos de (2008), *A Trajetória do Sindicalismo: Uma Análise da História, Conceitos e as Perspectivas Sindicais*. Campinas: Alínea.
- Antunes, Ricardo (2009), "Século XI: nova era da precarização estrutural do trabalho?" in Antunes, Ricardo e Braga, Ruy, *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 231-238.
- Arroyo, Miguel Gonzalez (2007), *Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres*. [4ª ed.], Petrópolis: Vozes.
- Arroyo, Miguel Gonzalez (2000), *Ofício de mestre*. Petrópolis: Vozes.
- Boito Jr, Armando e Marcelino, Paula (2010), "O sindicalismo deixou a crise para trás? um novo ciclo de greves na década de 2000". *Caderno CRH – Centro de Recursos Humanos da UFBA*, Vol. 23, 59, 323-338.
- Boito Jr., Armando (1991), *Sindicalismo de Estado no Brasil*. São Paulo: Hucitec.
- Boito, Armando; Galvão, Andréia y Marcelino, Paula (2009) "Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000". en OSAL (Buenos Aires: CLACSO) Año X, Nº 26, octubre. Consultado em 10 de Junho de 2011, <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal26/05boito.pdf>>.
- Bonacini, Irma Luiz (1992), "A maior aula em praça pública: trabalho política e imaginário das professoras primárias em Minas Gerais (1979-1980). *Tese de Doutorado em Educação*. Campinas: Faculdade de Educação da Universidade de Campinas.
- Cardoso, Adalberto Moreira (2007), "Os sindicatos: representação de interesses e ação política de capital e trabalho no Brasil, in Arturo, Fernandes (editor) *Estados y sindicatos en perspectiva latinoamericana*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo, 89-104.
- Comin, Álvaro Augusto, (1995), "Estrutura sindical corporativa: um obstáculo à consolidação das centrais sindicais no Brasil". *Dissertação de Mestrado*. São Paulo: USP/FFCLCH, 1995.
- Costa, Hermes Augusto da (2005), "Sindicalismo global ou metáfora Adiada? Os discursos e as práticas transnacionais da CGTP e da CUT", *Tese de Doutorado em Sociologia*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Dias, Regina Lúcia Cerqueira (2001), "O trabalho docente e a questão da autonomia: um estudo a partir das percepções de professores sobre seus ciclos de vida profissional". *Dissertação de Mestrado em Educação*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica.
- Dibben, Pauline (2004) "Social movement unionism", in Harcourt, Mark & Geoffrey Wood (eds.), *Trade Unions and Democracy*. Manchester: Manchester University Press, pp. 280-392.

- Druck, Graça (1996), "Globalização, reestruturação, produtiva e movimento sindical". *Caderno CRH – Centro de Recursos Humanos da UFBA*, Vol. 24/25, 21-40.
- Enguita, Mariano Fernández (1991), "A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização". *Teoria & Educação*, Porto Alegre, 4, 41-61.
- Estanque, Elísio (2010), "Sindicalismo e movimentos sociais: Ação coletiva e regulação social no contexto europeu e português", *Revista Lutas Sociais*, 23.
- Estanque, Elísio (2009a), "A Crise Mundial e os Dilemas do Trabalho", *Estudos do Trabalho – Revista da RET*, Ano III, 5, 1-19.
- Estanque, Elísio (2009b), Trabalho, desigualdades e sindicalismo em Portugal, in Buiza, Alfredo y Perez, Enrique (org.), *Relaciones Laborales y Acción Sindicale. Relaciones Laborales Transfronterizas, Portugal-España.* Valladolid/ Granada: Instituto de Estudios Europeos, 127-150.
- Estanque, Elísio (2009c), "Trabalho e Sindicalismo – os impactos da crise", *Finisterra*, 65/66, 0, 135-150.
- Estanque, Elísio (2006), "A questão social e a democracia no início do século XXI: participação cívica, desigualdades sociais e sindicalismo", *Revista Finisterra*, vol. 55-56-57, 77-99.
- Estanque, Elísio *et al.* (orgs.) (2005), *Mudanças no Trabalho e Ação Sindical: Brasil e Portugal no contexto da transnacionalização*. São Paulo: Cortez Editora.
- Estanque, Elísio (orgs.) (2004), *Relações Laborais e Sindicalismo em Mudança: Portugal, Brasil e o contexto internacional*. Coimbra: Quarteto.
- Estanque, Elísio (1999), "Classe e Comunidade num Contexto em Mudança: práticas e subjectividades de uma classe em recomposição - o caso do operariado do calçado em S. João da Madeira". *Tese de doutoramento em Sociologia*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Étienne, Jean *et al.* (1998), *Dicionário de Sociologia*, Lisboa: Plátano.
- Ferreira Jr., Amarílio e Bittar, Marisa (2006), "A ditadura militar e a proletarização dos professores". *Educação & Sociedade*, Vol. 27, 97, p. 1159-1179.
- Ferreira, Amarílio (1998), "Sindicalismo e proletarização: a saga dos professores brasileiros". *Tese de Doutorado em História Social*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- Ferreira, Márcia Ondina Vieira (2007), "Notas sobre as relações entre identidades e sindicalismo". *Educação & Sociedade*, Vol. 28, 99, maio-agosto, 377-399.
- Ferreira, Márcia Ondina Vieira (2006), "Somos todos trabalhadores em educação?: reflexões sobre identidades docentes desde a perspectiva de sindicalistas". *Educação & Pesquisa*, Vol. 32, n. 2, p. 225-240, maio/ago
- Freire, João (2002) *Sociologia do Trabalho: uma introdução*. [3ª ed.] Porto: Afrontamento.
- Freire, Paulo (1997), *Professora sim Tia não*. São Paulo: Olho D'água.
- Fontoura, Joana; Gentili, Pablo e Gindin, Julián (2009), *Os sindicatos docentes e as reformas educacionais na América Latina. O caso brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.
- Ghiglione, Rodolphe e Matalon, Benjamin (2001). *O Inquérito. Teoria e Prática*. [4ª ed.] Oeiras: Celta.
- Giddens, Anthony (2000), *Mundo em Descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro: Record.
- Harvey, David (1996), *A condição pós-moderna*. [6ª ed.] São Paulo: Edições Loyola.

- Hypolito, Álvaro Moreira (1991), "Processo de trabalho na escola: algumas categorias para análise". *Teoria e Educação*, Porto Alegre, v. 4, 3-21.
- Kloosterboer, Dirk, 2007. *Estratégias Sindicais Inovadoras*. Lisboa, Fundação Ruben Rolo.
- Ladosky, Mario Henrique Guedes (2009), *A CUT no governo Lula: a defesa da "Liberdade e autonomia" à reforma sindical inconclusiva*, *Tese de doutorado em sociologia*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- Lima, Cristiane Leyendecker de (2004), "A relação partido/sindicato: um estudo de caso". *Dissertação de Mestrado: Ciência Política*. Brasília: Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília.
- Marques, Rosa Maria e Mendes, Áquila (2004), "O governo Lula e a contra-reforma previdenciária". *São Paulo em Perspectiva*, Vol. 18, 3, 3-15.
- Melo Santos, Patrícia Targino (2007). "Espaço representacional do sindicalismo docente das universidades". *Dissertação de Mestrado em História*. Brasília: Universidade de Brasília
- Melucci, Alberto (2003), *Challenging Codes: Collective Action in the Information Age*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Nogueira, Arnaldo José França Mazzei (1996), "Trabalho e sindicalismo no Estado brasileiro: experiências e desafios". *Tese de Doutorado em Ciências Sociais*. Campinas: Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.
- Nóvoa, António (org.) (1995), *Vidas de professores*. Porto: Porto Editora.
- Oliveira, Celina Gomes (1995), "A gênese da CUT: oposição sindical (e novo sindicalismo) na construção da central". *Dissertação de Mestrado em Sociologia*. Campinas: Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.
- Oliveira, Dalila Andrade (2004), "A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilidade". *Educação & Sociedade*, Vol. 25, 89, 1127-1144.
- Oliveira, Dalila Andrade e Melo, Savana Diniz Gomes (2006), "Conflito docente no Brasil e manifestações sindicais: natureza e significados". *Revista Lusófona de Educação*, Vol. 8, 8, 117-131.
- Oliveira, Francisco (2004), "Quem canta de novo a L'Internationale", in Santos, Boaventura de Sousa Santos (Org.), *Trabalhar o mundo, os caminhos do novo internacionalismo operário*. Porto: Afrontamento, 113-142.
- Oliveira, Wellington (2011), "Trajetória Histórica do movimento docente de Minas Gerais: da UTE ao Sind-UTE", in Dal Rosso, Sadi et al. (org.), *Associativismo e sindicalismo em educação. Organização e lutas*. Brasília: Paralelo 15.
- Oliveira, Wellington (2006), "A trajetória histórica do movimento docente de Minas Gerais: UTE ao Sind-UTE". *Tese de Doutorado em Educação*: Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.
- Olson, Mancur (1998), *A lógica da acção colectiva: bens públicos e teoria dos grupos*. Oeiras: Celta.
- Pas, Iran da Costa (2009), *A ação sindical em tempos de crise*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- Pichler, Walter Arno (2011), "Tendências da taxa de sindicalização no Brasil: 1992-2009". *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, vol. 38, nº 3, p.37-46.
- Poulantzas, Nicos (1978), *O Estado, o Poder, o Socialismo*. Lisboa: Moraes Editores.

- Quivy, Raymond e Champenhdout, Luc Van (1998), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. [2ª ed.] Lisboa: Gradiva.
- Rêses, Erlando da Silva (2008), "De vocação para profissão: organização sindical docente e identidade social do professor". *Tese de Doutorado em Sociologia*. Brasília: Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.
- Rocha, Maria da Consolação (2009), "Políticas de valorização do magistério: remuneração, plano de carreira, condições de trabalho - uma análise da experiência de Belo Horizonte". *Tese de Doutorado em Educação*. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
- Rocha, Wanderson Paiva (2011), "Reorganizações interventivas em estruturas sindicais: o caso do coletivo de inclusão no Sind-Rede/BH". In: *Seminário da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação*, 3, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: IUPERJ/UFRJ/UnB, 18 a 20 de abril.
- Rocha, Wanderson Paiva (2010a), "Sindicalismo e Movimentos Sociais: caso do coletivo de inclusão no Sindicato dos trabalhadores em educação da rede municipal de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, Brasil". Comunicação apresentada no grupo de trabalho *Atores Sociais, instituições participativas e democracia do I Seminário Internacional e III Seminário Nacional Movimentos sociais, participação e democracia*, Florianópolis – Universidade Federal de Santa Catarina, 11 a 13 de Agosto.
- Rocha, Wanderson Paiva (2010b), "Sindicalismo e ação colectiva: o caso do colectivo de inclusão no Sindicato dos trabalhadores em educação da rede municipal de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, Brasil". Comunicação apresentada nas *Primeiras Jornadas Luso-Brasileiras de Trabalho e Educação*, Porto – Universidade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, 31 de maio e 01 de junho.
- Rodrigues, Iram Jácome (2006), "Transformações no mundo do Trabalho e dilemas do sindicalismo", in Silva, Josué Pereira da Silva e Rodrigues, Iram Jácome (orgs.), *André Gorz e seus críticos*. São Paulo: Annablume.
- Rodrigues, Leôncio Martins (2002), *Destino do Sindicalismo*. São Paulo: Edusp.
- Santana, Marco Aurélio (2010), "Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990" in Ferreira, Jorge e Neves, Lucilia de Almeida, *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. [4ª ed.] Rio de Janeiro: Civilização Brasileira – (O Brasil Republicano; Vol. 4).
- Santos, Boaventura de Sousa (2006), *A gramática do tempo. Para uma nova cultura política*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (org.) (2005), *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*. [3ª ed.] Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa, (2004). "Teses para a Renovação do Sindicalismo em Portugal, seguidas de um apelo." In Elísio Estanque e outros, *Relações Laborais e Sindicalismo e Mudança*. Coimbra: Quarteto, pp. 161-180.
- Santos, Boaventura de Sousa e Costa, Hermes (2004), "Introdução: para ampliar o cânone do internacionalismo operário", in Santos, Boaventura de Sousa (org.), *Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*. Porto: Afrontamento, 17-61.
- Silva, Vânia Souza da (2001), "Tripartismo e descentralização na política de emprego, trabalho e renda: estudo de caso do Rio de Janeiro". Dissertação de

Mestrado em Administração Pública. Rio de Janeiro: Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas.

- Silveira, Marta de Moraes Lima (2002). "Entre gregos e troianos. As relações entre o SEPE/RJ e a Categoria de Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro". *Dissertação de Mestrado em Educação*. Niterói: Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense
- Sind-Rede/BH (2006). História do Sind-Rede/BH. Consultado em 10 de Abril de 2011, <www.redebh.com.br>.
- Sind-Rede/BH (2008). Caderno de Teses para o 8º Congresso dos Trabalhadores em Educação da RME/BH. Belo Horizonte: Sind-Rede/BH.
- Sind-Rede/BH (2006). Caderno de Teses para o 9º Congresso dos Trabalhadores em Educação da RME/BH e 1º Congresso do Sind-Rede/BH. Belo Horizonte: Sind-Rede/BH.
- Souza, Aparecida Neri de (1997), "Movimento sindical docente: a difícil trajetória", *In: LEITE, Márcia de Paula (Org.), O trabalho em movimento: reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil*. Campinas: Papirus, 1997.
- Souza, José dos Santos (2002), *Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil: anos 90*. Campinas: Autores Associados.
- Touraine, Alain (1984), *O Retorno do Actor: Ensaio sobre Sociologia*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Trindade, Carlos; Naumann, Reinhard (2008), "Prefácio", in Kloosterboer, Dirk, 2007. *Estratégias Sindicais Inovadoras*. Lisboa, Fundação Ruben Rolo.
- Tumolo, Paulo Sergio e Fontana, Klalter Bez (2008), "Trabalho docente e capitalismo: um estudo crítico da produção acadêmica da década de 1990". *Educação & Sociedade*, Vol. 29, n. 102, p. 159-180.
- Waterman, Peter (2004), "Adventures of Emancipatory Labour Strategy as The New Global Movement Challenges International Unionism", *Journal of World-Systems Research*, X(I), 217-253.